

**TRABALHO DOMÉSTICO E GEOGRAFIA:  
A CRIAÇÃO DE SIGNIFICADOS A PARTIR DE *QUE HORAS ELA VOLTA?* POR  
TRABALHADORAS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC**

**RÔMULO SCARIOT**

**CHAPECÓ**

**2023**

RÔMULO SCARIOT

**TRABALHO DOMÉSTICO E GEOGRAFIA:**  
A CRIAÇÃO DE SIGNIFICADOS A PARTIR DE *QUE HORAS ELA VOLTA?* POR  
TRABALHADORAS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rossetto Gallego Campos.

CHAPECÓ

2023

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Scariot, Rômulo

Trabalho Doméstico e Geografia:: A criação de significados a partir de Que Horas Ela Volta? por trabalhadoras do município de Concórdia - SC / Rômulo Scariot. -- 2023.  
129 f.:il.

Orientador: Dr Fernando Rossetto Gallego Campos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Chapecó,SC; Erechim,RS, 2023.

1. Geografia. 2. Trabalho Doméstico. 3. Cinema. 4. Espaço Vivido. I. Campos., Fernando Rossetto Gallego, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - CHAPECÓ

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 4/2023 - PPGGEO - CH (10.41.13.10.06)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Chapecó-SC, 04 de abril de 2023.

**Ata de Defesa de Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Geografia**

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, de modo híbrido, por videoconferência Webex e no Auditório do Bloco B da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó/SC, reuniu-se a banca examinadora para defesa da dissertação apresentada por **RÔMULO SCARIOT**, intitulada: "**Trabalho doméstico e Geografia: a criação de significados a partir de Que Horas Ela Volta? por trabalhadoras do município de Concórdia**", composta pelos professores: Prof. Dr. Fernando Rossetto Gallego Campos (orientador/presidente - UFFS/IFSC), Prof. Dr. Igor de França Catalão (membro titular interno - UFFS) e Prof.ª Dr.ª Karina Eugênia Fioravante (membro titular externo - UEPG), que participou por videoconferência. O presidente da banca examinadora deu por aberta a sessão e, logo a seguir, passou a palavra ao mestrando para que, em até trinta minutos, expusesse seu trabalho. Terminada a exposição, passou-se à arguição da Banca Examinadora. Os membros examinadores decidiram por (X) aprovar ( ) reprovando o trabalho.

**Observações:**

A banca salienta a relevância do tema e do trabalho e recomenda que as sugestões sejam acatadas, em particular as que dizem respeito à metodologia e à incorporação de autores e imagens. Nestes termos, esta ata segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora e pelo mestrando.

*(Assinado digitalmente em 14/04/2023 11:46)*  
**IGOR DE FRANCA CATALAO**  
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR  
ACAD. CH (1041.13)  
Matrícula: 44477144

*(Assinado digitalmente em 19/04/2023 18:54)*  
**RÔMULO SCARIOT**  
ASSISTENTE EXTERNO  
CPF: 044.444.319-44

*(Assinado digitalmente em 14/04/2023 20:29)*  
**FERNANDO ROSSETTO GALLEGO CAMPOS**  
ASSISTENTE EXTERNO  
CPF: 044.444.385-44

*(Assinado digitalmente em 19/04/2023 09:43)*  
**KARINA EUGENIA FIORAVANTE**  
ASSISTENTE EXTERNO  
CPF: 044.444.319-44

Processo Associado: 23205.008445/2023-31

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 4, ano: 2023, tipo: ATADE DEFESA DE DISSERTAÇÃO, data de emissão: 04/04/2023 e o código de verificação: e22371d934

## AGRADECIMENTOS

No momento em que escrevo os agradecimentos, percebo que estou projetando um novo olhar sobre o trajeto que percorri ao longo de minha formação como sujeito, como um sujeito que se viu como estudante, e agora encontra um caminho como professor, seguindo suas próprias ideias, seus próprios desafios e percursos em sala de aula. Por essa razão que em minha memória, se fazem presentes as pessoas que mais contribuíram para esta formação.

Antes de qualquer coisa, reconheço a importância dos meus professores e professoras do mestrado, da graduação e do ensino básico, que despenderam tanto de seu tempo e dedicação para dividir uma parte daquilo que sabiam, suas ideias e trajetórias de maneira geral. Num país desigual como o Brasil, professores estão entre os que mais conhecem, e os que mais se dedicam a transformar esse cenário, um dia de cada vez. Não são raros os casos em que o professor é a figura capaz de enxergar capacidades em potencial, até mesmo antes do que o próprio aluno, seus pais e colegas o reconheçam. Em particular, nesse momento, agradeço especialmente as reflexões e a colaboração do professor Fernando, que me acompanhou e me orientou com muita paciência, sabedoria e dedicação, trazendo ideias e provocações que complementam as discussões da pesquisa, e outras que certamente vão além disso, já que hoje percebo influências que ecoam até nas perspectivas que construo do mundo.

Para além disso, não posso deixar de agradecer à minha família, sobretudo minha mãe Nelci e meu pai Laércio, que pela sua enorme dedicação durante todos esses anos, foram capazes de me ajudar a encontrar um sentido para a vida, não apenas por suas palavras, mas pelas suas histórias, pelo exemplo que representam para mim como pessoas. Do mesmo modo, devo agradecer também aos meus irmãos, Willian e Pablo, que me ajudaram sempre que foi necessário, e junto com as suas companheiras, tornaram-se forte inspiração e referência para mim na docência. No entanto, nesse momento, a pessoa que eu sou mais grato é a minha companheira Patrícia, que lutou e abriu mão de tantas coisas junto comigo, para que pudessemos chegar aonde chegamos. Dedico esse trabalho a ela, afinal, eu não teria como chegar a esta conclusão sem o seu incentivo, compreensão, ajuda e carinho. Muito obrigado!

Por fim, não poderia deixar de agradecer as trabalhadoras domésticas que aceitaram participar do grupo focal, suas contribuições foram fundamentais para a pesquisa. Agradeço também a CAPES, à UFFS e seus colaboradores, por trabalharem em produzir uma formação de qualidade, sem deixar de ser compreensiva e humana. Mais do que isso, agradeço ao povo brasileiro, aqueles que reconhecem na educação algo fundamental para uma sociedade justa.

## RESUMO

No mundo contemporâneo, o trabalho é visto como um elemento fundamental para pensar as maneiras que sociedades constroem o espaço, na medida em que ocupa uma fração considerável do tempo, energia e raciocínio do cotidiano de um grande número de pessoas. Nas últimas décadas, a Geografia tem se renovado como um campo socialmente crítico, reunindo preocupações em torno da produção da vida social, da reprodução das desigualdades e da espacialidade humana. Geógrafos têm afirmado que, com a hegemonia global do capitalismo, o trabalho e a produção do espaço de maneira geral têm se transformado numa direção semelhante, em que suas possibilidades de uso e apropriação se confundem e se perdem no seu valor de troca, o que tem como resultado uma sociedade injusta e desigual. Embora ainda seja pouco discutida, a categoria do trabalho doméstico ocupa um lugar importante nesse cenário, em muitos casos revelando essa grave contradição entre capital e trabalho, entre propriedade e apropriação como um elemento da produção do espaço no capitalismo. Conforme será argumentado, a condição enfrentada por quem pratica a profissão não é apenas uma questão na ordem do comportamento individual, de regulamentação judicial ou de conjuntura econômica, mas sim, reflete elementos de natureza histórica, cultural e geográfica do Brasil, apesar de poder manifestar especificidades regionais e/ou locais, ou em relação ao mundo. Para pensar essas particularidades do trabalho doméstico no Brasil, foram levados em consideração não apenas o papel de fatores econômicos e materiais, como também da cultura, das representações. De maneira geral, o trabalho envolve a articulação entre o debate do trabalho e uma abordagem cultural em Geografia, além de buscar dar voz às trabalhadoras e suas experiências no campo. A pesquisa tem o objetivo de analisar a relação entre representações sociais do trabalho doméstico e a criação de significados por trabalhadoras domésticas do município de Concórdia - SC a partir da obra *Que Horas Ela Volta?* (2015). Para alcançar esse objetivo, foi optada pela realização de um grupo focal, onde o filme foi exibido e seguido por um debate entre as participantes, buscando trazer à tona uma variedade de perspectivas sobre cada ponto. Como resultado, foram trazidos ao grupo diversos temas, experiências e símbolos que remetem a sua prática como trabalhadoras domésticas.

**Palavras Chave:** Trabalho doméstico; espaço vivido; cinema; geografia.

## ABSTRACT

In the contemporary world, work is seen as a fundamental element for thinking about the ways that societies build space, insofar as it occupies a considerable fraction of the time, energy and reasoning of the daily life of a large number of people. In recent decades, Geography has been renewed as a socially critical field, bringing together concerns around the production of social life, the reproduction of inequalities and human spatiality. Geographers have claimed that, with the global hegemony of capitalism, work and the production of space in general have been transformed in a similar direction, in which their possibilities of use and appropriation are confused and lost in their exchange value, which results in an unfair and unequal society. Although it is still little discussed, the category of domestic work occupies an important place in this scenario, in many cases revealing this serious contradiction between capital and work, between property and appropriation as an element of the production of space in capitalism. As will be argued, the condition faced by those who practice the profession is not just a matter of individual behavior, judicial regulation or the economic situation, but rather reflects elements of a historical, cultural and geographic nature in Brazil, despite being able to manifest regional and/or local specificities, or in relation to the world. To think about these particularities of domestic work in Brazil, not only the role of economic and material factors were taken into account, but also the role of culture and representations. In general, the work involves the articulation between the work debate and a cultural approach in Geography, in addition to seeking to give voice to workers and their experiences in the field. The research aims to analyze the relationship between social representations of domestic work and the creation of meanings by domestic workers in the mcity of Concórdia - SC based on the work *The Second Mother* (2015). To achieve this objective, a focus group was chosen, where the film was shown and followed by a debate among the participants, seeking to bring out a variety of perspectives on each point. As a result, several themes, experiences and symbols that refer to their practice as domestic workers were brought to the group.

**Keywords:** Housework; lived space; movie theater; geography.

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SINPROESTE - Sindicato dos Professores das escolas particulares do Oeste de Santa Catarina

SINTRADC - Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Concórdia.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Câmera do lado de dentro da cozinha acompanhando Val .....	74
Figura 2 - Val fazendo carinho em Fabinho, no seu colo .....	76
Figura 3 - Localização da cidade de Concórdia no Estado de Santa Catarina .....	81
Figura 4 - Mancha urbana da cidade de Concórdia .....	83
Figura 5 - Imagem retirada na noite da realização do grupo focal .....	87
Figura 6 - Louças deixadas do lado de fora do quarto .....	95

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. TRABALHO DOMÉSTICO, ESPAÇO E VIDA COTIDIANA</b> .....	20
2.1. ESPAÇO E VIDA COTIDIANA NA GEOGRAFIA .....	21
2.2. A CONTRIBUIÇÃO DE HENRI LEFEBVRE .....	30
2.3. O TRABALHO E O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO.....	38
2.4. A JUSTIÇA ESPACIAL E OS FEMINISMOS.....	46
<b>3. GEOGRAFIA, CULTURA E CINEMA</b> .....	53
3.1. UMA ABORDAGEM CULTURAL EM GEOGRAFIA .....	54
3.2. AS IMAGENS E O CINEMA COMO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO	62
3.3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	70
3.4. O FILME <i>QUE HORAS ELA VOLTA?</i> .....	75
<b>4. CONTEXTUALIZAÇÃO E METODOLOGIA</b> .....	80
4.1. A CIDADE DE CONCÓRDIA.....	82
4.2. PASSOS REALIZADOS NA PESQUISA .....	87
4.2.1. Ambientação.....	87
4.2.2. Recrutamento .....	88
4.2.3. Dinâmica e Realização do Grupo .....	89
4.2.4. Transcrição e Organização dos Dados.....	91
<b>5. DIÁLOGOS A PARTIR DA RECEPÇÃO DO GRUPO FOCAL</b> .....	93
5.1. PERFIL GERAL DAS PARTICIPANTES.....	93
5.2. O ESPAÇO DA CASA E AS RELAÇÕES DE PODER.....	96
5.3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, GÊNERO E IDENTIDADE.....	103
5.4. JUSTIÇA ESPACIAL E TRABALHO DOMÉSTICO .....	107
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	118
<b>APÊNDICE 1 - FORMULÁRIO</b> .....	128
<b>APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO</b> .....	131

## 1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata-se de um estudo interdisciplinar, que toma como ponto de partida a Geografia e o Cinema para tratar sobre o tema do trabalho doméstico remunerado no Brasil. Num mundo que se revela cada vez mais agitado pelas mudanças climáticas, pela globalização e pelas consequências do capitalismo digitalizado sobre a vida social, o tema do trabalho doméstico pode, para muitos leitores, soar um tanto quanto corriqueiro. Não há nenhuma pretensão em afirmar que todos são, em alguma medida, familiarizados com a natureza do trabalho doméstico, sobretudo aquele do tipo não remunerado, e que se referem como um todo ao conjunto de atividades de preservação, manutenção e de reprodução da vida ou da propriedade privada, desempenhados diariamente no âmbito residencial. Apesar disso, as características do trabalho tendem a variar de acordo com região, com a faixa etária dos indivíduos, seus interesses e demandas particulares da residência. Ao lado de tantos outros elementos que compõem o cotidiano, o trabalho doméstico na maior parte das vezes surge como algo secundário, banal, raramente aparecendo como um assunto que provoca maior atenção ou investigação.

No entanto, nas últimas décadas, e em particular desde ascensão da pandemia de Covid-19, o espaço da residência e suas dinâmicas sociais tem se revelado como um universo complexo e dinâmico, que boa parte das vezes passa despercebido nos debates acerca da cidade, da sociedade e da Geografia. Conforme discute Avila (2020), o trabalho doméstico diz respeito a duas formas de relações de trabalho, que em última medida devem ser pensadas como intrinsecamente conectadas: uma delas desempenhada de maneira gratuita, na residência dos próprios sujeitos beneficiados, e outra de maneira remunerada, na casa de patrões e empregadores terceiros. Embora a natureza dessas atividades seja certamente muito diversa, variando conforme a cultura, a região e a classe social, entende-se que a continuidade da vida social tem dependido, ao longo dos últimos séculos, dessa forma de trabalho, que tende a expressar uma desigualdade de gênero considerável na distribuição de tais tarefas (BIROLI, 2015).

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2010, p. 5), embora esse tempo como um todo venha reduzindo no Brasil, 86,3% das mulheres relatam passar em média 23,9 horas semanais em atividades domésticas, contrapostas a apenas 45,3% dos homens, que gastam em média 9,7 horas. Ainda segundo o IPEA (2010), levando em consideração a classe social, essa média pode chegar a mais de 30 horas semanais em grupos

familiares de menor renda. Isso significa dizer que, numa média grosseira, mulheres tendem a despender pelo menos quatro vezes mais tempo realizando tarefas domésticas do que homens, algo que certamente afeta as possibilidades de trabalho remunerado fora de casa, de profissionalização, busca por melhores colocações profissionais, tempo de descanso, etc (FERRER, 2022). Para Ferrer (2022, p. 1296), com base em Garcia-Ramon (1990, p. 256), a divisão sexual do trabalho tende a surgir como uma forma de controle das mulheres, sendo, portanto:

- (i) um mecanismo para manter a subordinação da mulher; (ii) permite discriminação de salários, que em parte, empurra mulheres para o casamento; (iii) no casamento as mulheres são empurradas para a maior parte do trabalho doméstico; (iv) gerando por consequência uma piora de posição no mercado de trabalho.

De uma maneira geral, ao se observar dados em torno do trabalho doméstico remunerado, tais disparidades se repetem, e em muitos casos são ainda mais aprofundadas. Conforme apontam dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2013), pelo menos um quarto da força de trabalho feminina no Brasil trabalha na atividade, sendo o maior contingente da categoria no mundo (ainda que países como a Índia e a China podem ter um número maior, mas não relatado). Com suas particularidades, a atividade encontra-se presente na maior parte das cidades do país, e segundo os últimos dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2021), há 5,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras domésticos, dos quais 92% são mulheres, sendo 65% negras. Além disso, segundo o DIEESE (2021), a categoria está entre as que possuem menor acesso à seguridade social e a outros direitos oriundos das Leis Trabalhistas: apenas 24% das trabalhadoras domésticas com a carteira assinada em abril de 2022.

Acerca das condições de trabalho para a população brasileira, Gonzales (2020, s.n.) aponta a persistência do preconceito e da falta de boas oportunidades, num cenário em que adolescentes e jovens negros, grande parte das vezes, se veem escolhendo entre o desemprego, o mercado informal e o subemprego. Na introdução de seu livro *Eu, empregada doméstica* (2019), a ex-empregada Preta Rara relata que, assim como sua mãe e avó (e tantas outras gerações), se viu sob a necessidade de exercer a atividade para poder garantir sua renda e subsistência. Conforme trata Rara (2019), a atividade tem sido a única possibilidade de emprego para muitas gerações de mulheres negras, deixando em evidência o racismo e a discriminação presentes em muitas situações enfrentadas por domésticas, sobretudo no Brasil.

Para a autora (2019, s.n.), a imaginação da elite brasileira entende a profissão como um lugar naturalizado para mulheres negras, e tais laços devem ser rompidos, “é um trabalho como qualquer outro, porém eu não conheço ninguém que deseje isso para seus filhos”.

Por estas e outras razões, tem se observado ao longo da última década um crescimento no volume de pesquisas e reportagens em torno da atividade e a sua condição como um mercado de trabalho, ganhando força nas preocupações de artistas, juristas e cientistas. Em particular, geógrafos têm enxergado a situação do trabalho doméstico como um dos fatores que mais contribuem para a manutenção de uma sociedade desigual e injusta, estruturados em torno de desigualdades como as de gênero, de raça, de classe social, de região, ou na maioria das vezes, por uma combinação dos mesmos. Conforme destaca Teixeira (2015), entre seus deslocamentos e permanências, o cotidiano do trabalho doméstico remunerado tende a envolver o trânsito entre realidades socioespaciais muito distintas. Ainda de acordo com Teixeira (2015, p. 161), na medida em que a casa do empregador se torna o espaço de trabalho, a atividade envolve uma confusão entre a esfera produtiva e esfera residencial, o que pode ter como resultado “[...] a proximidade física e o distanciamento simbólico [...] nas relações entre as empregadas domésticas e seus empregadores”. Com base nessas reflexões, muitos autores têm levantado a continuidade entre a situação de trabalhadoras domésticas e a história colonial do Brasil, argumentando que fatores como o machismo, o racismo e a desigualdade são essenciais para pensar a atividade (TEIXEIRA, 2015).

Sabe-se que geógrafos, durante muitas décadas, se dedicaram a pensar a *influência do meio sobre o homem*, a encontrar elementos da Natureza que pudessem explicar as particularidades dos grupos sociais, e em última medida, produzindo conhecimentos que muitas vezes apagavam o papel da agência humana na construção do espaço. Atualmente, a Geografia tem sido pensada como englobando o estudo da dimensão espacial da sociedade, as relações entre dinâmicas da sociedade e da natureza, ou ainda, como o campo que esquematiza e representa os conhecimentos sobre o mundo (GOMES, 1996). Portanto, seguindo essa perspectiva, espaço e sociedade são vistos como em constante construção, num processo que se realiza de múltiplas maneiras na vida cotidiana, sempre envolvendo a articulação entre prática, uma consciência e vivência (LEFEBVRE, 1991).

Por essa leitura da dimensão espacial, suas formas e dinâmicas são vistas como contendo uma inerente historicidade, que se revela a partir dos usos e das relações estabelecidas em cada lugar. Ao discutir o papel do sujeito nessa produção do espaço, Moraes (2005) pontua que para investigar tais formas, deve-se considerar o seu caráter teleológico, ou

seja, levar em conta de que essa produção sempre envolve uma apropriação intelectual, não há produção sem uma abstração consciente dos elementos da paisagem. Moraes (2005, p. 16) ainda pontua que, apesar de se definir em torno das relações e valores socialmente construídos, esta “[...] consciência está sediada, em termos estritos e absolutos, no ser individual”. Ao considerar esse papel do sujeito, também se leva em conta aquilo que Moraes (2002, p. 19) chama de *ressalva antropológica*, ou seja, deve-se considerar que a consciência está sempre inserida num universo cultural, numa gama de valores e de significados que exprimem uma intenção situada num contexto espacial determinado.

Moraes (2005) ainda aborda as implicações dessa perspectiva em torno do sujeito para a ciência de maneira geral, e para a Geografia Cultural, em particular. Segundo o autor (2005), o campo que até poucas décadas focava quase que exclusivamente na interpretação da paisagem como um elemento definidor de uma cultura, agora se desloca para uma discussão em torno das representações do espaço, revelando discursos e percepções em torno do lugar, que são situados histórica e culturalmente na sociedade. Dessa forma, tem-se presenciado na Geografia um enfoque cada vez maior no lugar enquanto imaginado e representado, nas imagens do espaço que última medida dá significado a sua produção e reprodução. Por essa perspectiva, a ciência geográfica aparece como particularmente apropriada para abordar os elementos em torno da problemática da cultura e do trabalho, na medida em que tem se voltado para a relação entre a subjetividade, o concreto e o social.

Diversos autores como Soja (1998), Lefebvre (1991), Gil Filho (2005) e Gallego Campos (2009) tem afirmado a importância de considerar as concepções do espaço em sua produção, enquanto ao mesmo tempo, defendem que tais representações se distinguem do espaço como vivido, da intersecção entre a experiência sensorial, a consciência e a significação prática desse espaço. Em particular, destaca-se o esforço de Soja (1998, 2000) em construir uma reorientação epistemológica para a Geografia, defendendo que pesquisadores deixem de lado dicotomias como sujeito/objeto, realidade/imaginação, sociedade/natureza, etc., e passem a se apropriar do debate da espacialidade de uma maneira criativa, permitindo articulações com distintos campos do conhecimento que buscam pensar essa vivência.

Por essa razão, assim como Soja (1998, 2000), optou-se por produzir uma articulação entre a teoria da produção do espaço e uma abordagem cultural em Geografia, como uma maneira de pensar criticamente a relação entre a cultura e a produção. Aqui, surge a oportunidade de mobilizar a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici (2008)

como uma maneira de articular entre duas dimensões culturais distintas, uma com um discurso que se aparenta distante, consolidado, e outra flexível, cotidiana, que o autor chama, respectivamente, de universo reificado e universo consensual.

Nesse sentido, assumindo o desafio de Soja (1998), este trabalho pensa uma aproximação entre a ideia de Terceiro Espaço, a TRS de Moscovici (2008) e os debates em torno das políticas de identidade. De acordo com Claval (2014), a influência da pós-modernidade na Geografia tem trazido nova relevância para a identidade como um elemento contextual, que surge e se define em relação ao próprio cenário socioespacial e histórico. Conforme argumenta Name (2013), o Cinema tem se consolidado entre as formas artísticas mais centrais na formação da imaginação espacial, que exerce influência não apenas na maneira como os lugares são pensados, mas também como o Outro é imaginado. Embora geógrafos tenham permanecido por décadas praticamente alheios ao desenvolvimento do Cinema, tem se observado desde meados de 1990 uma ampliação no número de estudos e pesquisas que buscam pensar a arte a partir dessa ciência, sobretudo a partir de uma perspectiva com ênfase cultural.

No Cinema, diversas obras têm sido premiadas e reconhecidas por construírem uma perspectiva crítica em torno do trabalho doméstico, como *Roma* (2018), *Parasita* (2019), entre outras. Esse também é o caso do filme brasileiro *Que Horas Ela Volta?* (2015). A obra estreou entre os destaques do Brasil no Festival de Cinema de Sundance, no qual Regina Casé e Camila Márdila foram consagradas com o Prêmio Especial do Júri Pela Atuação, que se somaria a outros dezenove recebidos nos anos seguintes. Dirigido e escrito por Anna Muylaert, o filme conta a história de Val (Regina Casé), uma mãe que se mudou de Pernambuco para São Paulo há treze anos, e desde então trabalha como doméstica e reside com a mesma família de classe média, cuidando de seu filho Fabinho (Michel Joelsas). O cenário passa a mudar quando sua filha Jéssica (Camila Márdila) viaja para São Paulo por alguns dias para prestar o mesmo vestibular que Fabinho, e torna a convivência cada vez mais difícil ao questionar a separação que parecia implicitamente estabelecida entre lugares e comportamentos de *empregados* e de *patrões*.

Conforme a leitura de Aitken e Dixon (2006), geógrafos abordaram obras cinematográficas ao longo da história a partir de três principais vertentes: pela primeira perspectiva, inspirada numa interpretação *realista*, o Cinema é enfatizado a partir de sua capacidade de produzir um registro mais fiel e detalhado do espaço do que outras técnicas, como no caso da fotografia, na medida em que captura o ritmo e o movimento de seus

elementos ao longo do tempo; pela segunda perspectiva, inspirada em discussões da *economia política*, filmes são vistos como representações que podem ocultar ou mistificar a interpretação da realidade, na medida em que ecoam ideologias de uma classe dominante; e numa terceira perspectiva, inspirada em uma abordagem *anti-essencialista*, entende-se que não há uma única significação fixa ou verdadeira para as obras, que devem ser pensadas considerando o contexto socioespacial em que ganham sentido (AITKEN, DIXON, 2006).

Particularmente, esta pesquisa buscou explorar a recepção do filme *Que Horas Ela Volta?* (2015) partindo da terceira perspectiva, ou seja, entendendo o Cinema como um elemento constitutivo da vida social. Tomando o trabalho de Henri Lefebvre (1991) e sua interpretação por Edward Soja (1998) como fios condutores, assume-se o desafio de pensar a espacialidade do trabalho doméstico e de sua representação no Cinema brasileiro como elementos para refletir sobre o cotidiano da profissão. Entende-se que, ao tratarem sobre o trabalho doméstico, filmes chamam atenção para uma parcela muito negligenciada da realidade, mas que é conhecida na experiência vivida de quem trabalha ou trabalhou na atividade. Essa questão também é discutida por Brum (2019 s.n.), ao relacionar o enredo da *Que Horas Ela Volta?* com a realidade brasileira,

A parcela da sociedade brasileira que cresceu e se multiplicou no apartheid racial não oficial, mas dolorosamente real e normalizado, que determinava e ainda determina - o cotidiano em um dos países mais desiguais do mundo, descobriu-se confrontada nos seus privilégios. Anos mais tarde, os seguidores de Jair Bolsonaro, o perverso que se elegeu presidente em 2018, acusariam o PT de 'inventar o racismo no Brasil'. Para eles, até então, nunca houvera "briga" entre brancos e negros, entre pobres e ricos. Bastaria, claro, que os negros e os pobres continuassem no seu lugar. Esta era a "paz" que defendiam. E ainda defendem. *Que horas ela volta?* retrata justamente esse deslocamento dos lugares - e a tensão que esse deslocamento produziu. Anna Muylaert percebeu que os ódios estavam sendo gestados dentro. Não só dos corpos brancos e sulistas, mas das casas de classe média, a versão da Casa Grande contemporânea. [...] *Que horas ela volta?* mostra que a principal marca da arquitetura brasileira não é o modernismo de Oscar Niemeyer, mas a persistência do quartinho de empregada nas plantas de casas e apartamentos.

Mencionado por Brum (2019), o conhecido e ainda presente *quartinho da empregada* é certamente um marco da arquitetura em muitas casas no Brasil, revelando um fator importante para pensar a espacialidade do trabalho doméstico remunerado. Silva (2003) atribui a presença de uma cultura machista na divisão entre espaço privado e espaço público, e argumentando, assim como Lefebvre (1991), que a produção do espaço no capitalismo se dá a partir de uma hegemonia do patriarcado, onde se origina a separação entre espaços de produção e reprodução no trabalho. Garcia Ramon (2008) questiona a pretensão de que os

espaços sejam analisados como assexuados, já que a sociedade se encontra marcada pelas diferenças culturalmente estabelecidas em torno do gênero. Em particular, tem se presenciado na América Latina um crescimento no volume de trabalhos, pesquisas e abordagens que posicionam o Feminismo como um movimento estratégico para o combate às desigualdades e a consideração da diferença. Massey (2008) também sugere que o lar, geralmente representado como um espaço de mulheres, seja articulado com uma política do lugar, que seja capaz de reconhecer as relações de poder que buscam naturalizar e perpetuar um cenário de injustiça social e espacial.

Conforme discutido ao longo do trabalho, tanto o trabalho doméstico como o filme *Que Horas Ela Volta?* (2015) já foram abordados como objetos de pesquisa por uma série de autores no Brasil. Dessa forma, somando a estes e outros trabalhos que ainda podem surgir, esta pesquisa busca contribuir com o debate a partir dos parâmetros da Geografia, e através do conceito de justiça espacial, busca o reconhecimento das injustiças que atravessam e marcam o espaço social. Para Benach (2010), a ideia de justiça espacial é um elemento que perpassa todas as principais obras de Soja (1993, 1998, 2000), ganhando uma relevância especial em seu último livro, *Seeking Spatial Justice* (2013). De acordo com Soja (2013), se expandida até seu limite máximo, é possível compreender o alcance da dimensões espaciais, perpassando uma série de questões cruciais, e ainda em pleno debate na sociedade, e que podem pensadas em duas escalas principais: de um lado, as geografias injustas do corpo humano, como nos debates em torno do direito ao aborto, a obesidade, pesquisas com células tronco, transplantes e transfusões, práticas sexuais ou a manipulação dos indivíduos; e por outro, as injustiças que dizem respeito a escala mundial, como por exemplo, movimentos em torno das mudanças climáticas, em torno de migrações e os conflitos políticos entre diversos grupos.

Dessa forma, Soja (2013) reconhece que, ao mesmo tempo em que tais geografias injustas expressam relações de dominação e opressão ao longo da história, é através do seu reconhecimento que se torna possível imaginar uma transformação, às denunciando em favor da criação de geografias mais justas para todos. Nesse cenário, a realidade parece ser que, enquanto muitas categorias vêm seus direitos ameaçados pela crescente mecanização, informalização e pela *uberização* do mercado de trabalho, domésticas no Brasil ainda tem lutado pelo reconhecimento e pelo pleno acesso a estes direitos. Assim, a escolha por pensar o trabalho doméstico a partir de suas representações se dá pelo reconhecimento de que o valor que lhe é atribuído na sociedade não corresponde apenas a sua capacidade de gerar ou não riqueza, mas envolve diversos aspectos de natureza geográfica, cultural e simbólica.

Embora a preocupação seja em discutir o trabalho doméstico numa multiplicidade de escalas, a parte empírica do trabalho foi realizada no município de Concórdia, devido a algumas razões, que são expostas brevemente a seguir. Antes de mais nada, os estudos foram em boa parte realizados durante a pandemia de Covid-19, algo que limitou e reduziu consideravelmente o acesso a lugares e pessoas durante alguns anos no Brasil. Além disso, a cidade em questão tem sido, já alguns anos, o local de residência do autor deste trabalho, assim como sua família, o que significa dizer que a pesquisa está relacionada ao interesse de investigar e contribuir para o debate de maneira ampla, sobretudo a partir do que acontece no nosso lugar. Em segundo lugar, ainda são poucas e escassas investigações partindo das ciências sociais e direcionadas à cidade e as transformações que a região têm passado como um todo, o que também nutre a originalidade e a relevância desta pesquisa. Por fim, também surge da oportunidade de dar voz a muitas das trabalhadoras domésticas do município de Concórdia, algumas conhecidas do pesquisador de longa data, algo que facilitou a comunicação, além do encontro de um lugar em comum.

Conforme foi argumentado ao longo deste trabalho, a importância desse estudo se justifica, sobretudo, a partir de dois aspectos principais: por representar a ocupação de milhões de mulheres<sup>1</sup>, seja no Brasil seja no mundo, e pelo lugar que a atividade parece ter ocupado ao longo da formação de parte de uma cultura, de uma imagem nacional. Tendo em vista os elementos apresentados nesta introdução, a pesquisa teve como principal objetivo analisar a relação entre representações sociais do trabalho doméstico e a criação de significados por trabalhadoras domésticas do município de Concórdia - SC a partir da obra *Que Horas Ela Volta?* (2015). Seus objetivos específicos são três: Construir articulações entre uma abordagem cultural e a Teoria das Representações Sociais para pensar o Cinema a partir da Geografia; Pensar o papel da organização do trabalho no cotidiano e na manutenção de injustiças espaciais na sociedade; Analisar os significados criados a partir da exibição da obra *Que Horas Ela Volta?* (2015).

De maneira geral, para além desta introdução, o texto encontra-se estruturado em quatro principais capítulos. Logo a seguir, no segundo capítulo, intitulado *Trabalho doméstico, espaço e vida cotidiana*, há um esforço para refletir acerca das relações entre a

---

<sup>1</sup> Nas Ciências Sociais e na Filosofia, há uma discussão em torno do uso de termos genericados para descrever profissões ou funções, na medida em que a pronúncia expressa e reforça as desigualdades de gênero, ao assumir um dos sexos como *naturalmente* ocupando aquela posição. Contudo, neste trabalho, a escolha de identificar a profissão majoritariamente com o gênero feminino é política, na medida em que, pelo menos por hora, a profissão é exercida por uma maioria de mulheres no Brasil e no mundo.

Geografia, o estudo do trabalho e do cotidiano, além das particularidades do trabalho de maneira geral, e do trabalho doméstico remunerado no Brasil. O terceiro capítulo, intitulado *Geografia, Cultura e Cinema*, busca-se delinear possibilidades para uma abordagem espacial do Cinema e explorar sua relação com a representação social. Por seguida, no quarto capítulo, são expostos os parâmetros e estratégias metodológicas adotadas para o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, no quinto capítulo, são expostas e analisadas as significações criadas por trabalhadoras domésticas no município de Concórdia - SC em torno do cinema como representação da atividade.

## 2. TRABALHO DOMÉSTICO, ESPAÇO E VIDA COTIDIANA

Na Geografia contemporânea, estudos culturais e acerca do processo de produção do espaço têm assumido centralidade, buscando através de múltiplas matrizes teóricas, revelar o caráter construído das dinâmicas espaciais. Para Corrêa (1995), o espaço tem sido pensado como algo que ultrapassa a condição de palco, sendo ao mesmo tempo vivido, imaginado e representado, configurando as relações desenvolvidas nos lugares, enquanto ao mesmo tempo, é construído e transformado por tais relações. O trabalho e sua forma social de emprego cumprem um papel essencial na produção do espaço, na medida em que organizam cotidianamente a reprodução das condições básicas para a existência da sociedade. O acesso a oportunidades de trabalho tem se tornado para a maioria das pessoas uma condição de sobrevivência, e sua ausência deve produzir mais precariedade e exclusão social.

Para o IBGE (2010), o trabalho doméstico remunerado compreende uma ou mais funções desempenhadas na residência do empregador, de maneira contínua, sem que isso possa ser transformado em valor de troca, como na forma de um produto. Essas funções, segundo o IBGE (2010), devem incluir as de doméstica, faxineira, babá, cozinheira, lavadeira, passadeira, arrumadeira, acompanhante de idoso, acompanhante de doente, acompanhante de criança à escola, etc. Outra distinção fundamental é a partir do tipo de contrato, as mensalistas diferem das diaristas por passarem três ou mais dias por semana na mesma residência.

Como demonstrado ao longo deste capítulo, o trabalho doméstico ocupa um lugar particular na produção do espaço, sendo um elemento fundamental para pensar a divisão racial e sexual do trabalho. Não é incomum, nesse cenário, que o emprego seja posicionado como um elemento estrutural, parte da necessidade de produzir condições para existência da sociedade. Segundo Lhuillier (2013, p. 484), no entanto, o trabalho nunca é apenas atividade material, mas é sempre orientado para a sociedade, sendo “a cena onde se confrontam, simultânea e dialeticamente, a relação consigo, a relação com o outro e a relação ao real”.

Tendo isso em vista, o presente capítulo encontra-se estruturado em três seções, que buscam em seu conjunto pensar a relação entre o trabalho doméstico e o espaço. Inicialmente, são pensadas as relações entre a produção do espaço e a vida cotidiana. Após isso, é enfatizada brevemente a importância do trabalho de Henri Lefebvre. Em seguida, há uma contextualização histórica do trabalho doméstico e suas particularidades no Brasil. Por fim, volta-se ao direito à cidade e aos feminismos e como princípios para pensar a justiça no trabalho doméstico.

## 2.1. ESPAÇO E VIDA COTIDIANA NA GEOGRAFIA

Ao conceber o universo como um grande relógio, cientistas alcançaram sucesso em descrever um mundo conhecido, impregnado de objetos, cada vez mais previsíveis e dessa forma, sob controle do trabalho e do pensamento (GONÇALVES, 2006). Nesse mesmo sentido, a Geografia, durante muito tempo, reunia sobretudo esforços em torno da construção de descrições detalhadas do espaço conhecido, através do desenvolvimento de técnicas de representação, classificação e descrição. Contudo, por suspeitar consistentemente das *mentalidades* e do senso comum, tiveram dificuldades em abordar e reconhecer os simbolismos e as subjetividades (SANTOS, 1985). É em resposta às críticas direcionadas a esses modelos que, ao longo dos últimos cinquenta anos, tem se buscado revelar o espaço e suas formas como indissociáveis da sociedade, e partindo dessa reflexão, a presente seção busca discutir de maneira geral algumas relações entre espaço, trabalho e vida cotidiana.

O termo espaço é muito usado no cotidiano, e costuma evocar algo como um palco, um recipiente, ou até um mero intervalo (como naquele entre as letras grafadas neste texto), referindo-se, portanto, a um caráter de organização ou disposição de objetos. Muito antes da Geografia, filósofos da Grécia Antiga já haviam concebido o espaço e o tempo como dimensões essenciais da existência humana (SOUZA, 2013, p. 21). Buscando sua origem, Gomes (1995) aponta a permanência desse certo sentido de *ordenação* desde seu surgimento no latim *spatium*. Mas seria no século XVII, buscando calcular as regras gerais da gravidade, que o físico Isaac Newton imaginou uma nova centralidade para o conceito, defendendo que o movimento dos corpos não acontece através de uma matéria perceptível, como se acreditava até então, mas por meio da existência de um tempo e um espaço absolutos. Martins (2008, p. 38) sintetiza as implicações de sua concepção, ao afirmar que, “esse espaço não se move, as coisas se movem no espaço. Ele é sempre igual, não sofre transformações; é o palco onde as coisas acontecem. Mesmo que fosse possível retirar tudo o que existe no Universo, esse espaço continuaria a existir”.

Corrêa (1995) observa que o conceito de espaço é pouco encontrado nos textos da Geografia Tradicional, praticada entre o início do séc. XIX e a metade do séc. XX, sendo mais elaborado somente nas ideias de Ratzel e no neokantismo de Hartshorne. De qualquer modo, com algumas exceções, pode-se afirmar que as ciências como um todo se orientaram por uma concepção absoluta de tempo e espaço, semelhante à de Newton, em que apareciam como uma extensa grade, onde os eventos eram inscritos e localizados (GUPTA,

FERGUSON, 2000). Segundo Santos (1985), sobretudo a partir de Descartes, muitos passaram a entender a razão e a consciência humana como exceções únicas na Natureza, e o corpo fora tomado e estudado essencialmente como um objeto, enquanto sua subjetividade fora simplesmente negada ou, um tempo mais tarde, isolada no campo da psicologia. Conforme pontua Gomes (1996), apesar de reconhecer de maneira geral o trabalho humano, geógrafos ainda não tinham as ferramentas adequadas para verdadeiramente investigar a lógica por trás de suas transformações; o espaço aparecia apenas como um verdadeiro palco para a ação humana, para a humanização da paisagem.

Nesse contexto, o marxismo veio se tornar uma influência chave, tendo em vista seu forte histórico de oposição ao positivismo e ao imperialismo de modo geral na ciência, o que permitia que geógrafos assumissem uma postura crítica frente às ideias dominantes na ciência (MOREIRA, 2012). Essa influência foi importante para muitos geógrafos do final do século XX, que passaram a buscar uma ciência mais crítica e comprometida com a transformação social (GOMES, 1996). Da mesma forma, a situação começava a permitir o fortalecimento das vozes de sujeitos sociais até então amplamente excluídos do reconhecimento e da prática científica, como no espaço duramente conquistado por acadêmicos do chamado *terceiro mundo*, das classes mais pobres, mulheres e negros, permitindo o estudo de temas antes marginalizados ou sequer considerados por pesquisadores mais estabelecidos.

Para Moreira (2004), apesar de divergentes em muitos sentidos, a Geografia parece compartilhar três de suas principais categorias chave com o Marxismo, sendo elas: Natureza, Trabalho e Ser Humano. Certamente, marxistas também discutem relações entre sociedade e Natureza, contudo a partir de outros pressupostos, mantendo um esforço de não pensá-las como instâncias à parte, mas que se determinam mutuamente, num movimento dialético. Correia (1995) observa que a ênfase no caráter histórico e a ausência de formulações espaciais claras no marxismo se dava, em parte, pelas críticas que o autor fazia à concepção hegeliana do conceito, intimamente ligada com a maneira como Hegel justificava a necessidade do Estado. Semelhante às ideias de Ritter, Hegel concebeu Natureza e espaço como manifestações materiais da pureza das ideias e do espírito, lógica que Marx buscou inverter ao desenvolver seu debate em torno da superestrutura e sua determinação pela base material, trata-se das condições para o surgimento e sobrevivência do ser social.

Para Soja (1993), devido a esta oposição ao hegelianismo, os marxistas por muito tempo foram afetados por uma *anti-espacialidade*, por uma explícita rejeição do reconhecimento da dinamicidade do espaço. Conforme traz Santos (2002), geógrafos de

orientação marxista também estiveram entre os primeiros a chamar atenção para a ausência do espaço nas formulações originais de Marx, tal qual naqueles que deram continuidade ao seu projeto. Isso levou muitos autores a buscarem uma nova conciliação entre os parâmetros da Geografia e os debates trazidos por diferentes vertentes do marxismo. Geógrafos logo perceberam que eram muitas as diferenças entre o capitalismo do século XIX e a sua expressão naquele final de século XX, afirmando que já não se tratava apenas de abordar uma produção no sentido econômico e industrial, mas sim das maneiras como a reprodução do sistema capitalista depende do controle, do uso da força e da manutenção de operações e representações espaciais específicas (LEFEBVRE, 1991).

Para Gomes (1996), buscando conciliar com a Geografia uma visão mais restrita do marxismo, essa preocupação com os aspectos político-econômicos do espaço exerceu influência significativa no campo entre as décadas de 1970 e 1980. Com isso, as aproximações feitas entre a ciência e o marxismo trouxeram uma contribuição fundamental para o conceito de espaço, concebendo sua indissociabilidade das dimensões sociais e históricas. Com essa associação, muitos geógrafos viram-se incumbidos de historicizar o desenvolvimento de sua ciência e reconhecer seu papel de legitimação do modo de produção em quase todo mundo. O caráter revolucionário que o movimento assumia buscava romper com a ideia de neutralidade no fazer científico, e passava a denunciar o papel omissivo dessa ciência e sua leitura do espaço na manutenção de desigualdades históricas (GOMES, 1996).

Dessa forma, assim como muitos outros autores da chamada vertente crítica, o geógrafo brasileiro Milton Santos (2002) sempre se mostrou atento à desigualdade social produzida pelo capitalismo, defendendo uma Geografia consciente da sua importância política, comprometida com a igualdade e a transformação social. Na França, Yves Lacoste (1977) preocupou-se com os usos político-militares do conhecimento geográfico, reconhecendo sua participação na manutenção do imperialismo frente aos povos que estudavam. Com base nas reformulações epistemológicas trazidas por essa abertura ao materialismo dialético, muitos geógrafos voltam sua preocupação para os elementos que estruturam o modo de produção capitalista, como no desenvolvimento desigual, da divisão social do trabalho, da reprodução da mais-valia e das forças produtivas, entre outras (GOMES, 1996). Nesse sentido, pode-se afirmar que o cotidiano na modernidade tende a ser marcado por uma suposta divisão entre os espaços de trabalho e a vida privada.

Conforme pontua Araújo (2009), ao longo do século XX, as Ciências Sociais passaram a reconhecer a noção de vida cotidiana como um elemento importante para se

pensar aspectos da sociedade. Certamente, uma conceituação do que é cotidiano toma como ponto de partida aquilo que o termo representa no senso comum, ou seja, assinala para os processos do dia-a-dia, repetitivo e cíclico, mas ao mesmo tempo, os momentos de ruptura com o monótono, de encontro com o inesperado. Conforme aponta Santos (2002), o cotidiano é um componente imprescindível do espaço geográfico, sendo ao mesmo tempo: “uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação”, correspondendo a uma materialidade, vinda das relações entre sociedade e espaço, que se realiza diariamente nos lugares. De acordo com Sztompka (2008), foi precisamente num momento de profunda transformação no cotidiano em que se percebeu o surgimento do conceito, entre o final do XIX e início do XX, sobretudo na Sociologia. Dentre estas transformações estão as consequências do avanço da industrialização e urbanização, associadas a avanços em comunicações e transportes, a globalização e a crescente financeirização da vida em comunidade.

De maneira geral, um dos primeiros autores a prestar atenção em tais transformações no cotidiano foi o sociólogo e filósofo alemão Georg Simmel, a partir de seus escritos acerca da vida nas metrópoles no início do século XX. De acordo com Kapp (2011), em seus trabalhos, Simmel comparava a vida cotidiana nas metrópoles com a de cidades antigas ou áreas rurais, identificando mais do que apenas diferenças quantitativas, e sim no próprio fundamento das relações sociais. Como um leitor de Marx, Simmel tomava como ponto de partida uma filosofia do dinheiro, além das maneiras como o acesso a essa forma social marcava o alcance e a experiência dos sujeitos naquele novo cotidiano que aparecia nas cidades (KAPP, 2011). Ainda segundo Kapp (2011, p. 442), Simmel percebia nessa “vida nervosa” e agitada que surgia nas cidades uma afastamento entre as pessoas, algo diferente de uma comunidade doméstica ou familiar, ainda que cada vez mais próximas fisicamente na cidade, o distanciamento surgia do ponto de vista afetivo e emocional. Conforme aponta Shields (1999), esse debate viria a exercer influência significativa no trabalho de Lefebvre, já que ainda cedo em sua vida acadêmica compareceu a palestras de Simmel sobre dinheiro e alienação, em Berlin.

Na concepção desenvolvida por Lefebvre (1983, 1991), no capitalismo, o cotidiano é organizado em torno do trabalho e do emprego, e embora seja orientado para sociedade, se vê quase que efetivamente subordinado ao seu valor de troca, a forças como a economia, o mercado, a lógica financeira, ou, em suma, o dinheiro (LEFEBVRE, 1991). De acordo com Gallego Campos (2009, p. 50), por essa concepção, o lazer não pode ser pensado como aquilo

que está além do trabalho, já que ambos se encontram numa relação de contradição, “esta ilusão cria um círculo vicioso em que o trabalhador trabalha para conseguir o lazer, mas que o lazer não tem outro significado senão o escapar do trabalho.” Dessa forma, o dinheiro, que é uma abstração, passa a ser o fator determinante das relações de troca, e que tem como fundamento as relações sociais entre os indivíduos. A ideologia, portanto, aparece como expressão desse deslocamento, uma vez que reflete as ideias da classe dominante, e a história, dessa maneira, seria marcada pelo progresso industrial e tecnológico, o que significa a hegemonia do espaço concebido sobre o vivido (LEFEBVRE, 1991).

Dessa forma, de acordo com Araújo (2009), a vida cotidiana consolidou-se como objeto na Sociologia a partir de três abordagens principais, duas das quais são de maior interesse para esta pesquisa. Representada por trabalhos como os de Erving Goffman e George Simmel e tendo como base elementos da fenomenologia, uma primeira perspectiva estuda o cotidiano como um ritual ou uma dramatização, em que os comportamentos são tributários à inserção e ao posicionamento dos sujeitos perante o seu mundo. Araújo (2009, p. 2) também menciona uma perspectiva representada pelos trabalhos de Michel Maffesoli e Michel de Certeau, que preocupados em pensar o cotidiano como um *locus* de resistência, buscam chamar atenção para as chamadas *táticas de resistência*, os gestos de apropriação e de transformação de significados que acenam para novas formas de se viver. Por fim, uma abordagem marxista, ou *abordagem da alienação*, em que autores como Henri Lefebvre e Agnes Heller buscam discutir como o capitalismo transforma as relações de trabalho, causando um estranhamento ou alienação entre o mundo e os sujeitos que o constroem.

De modo geral, é a partir daquela que é considerada sua principal contribuição para o marxismo que Lefebvre (2014) torna-se inicialmente mais conhecido no contexto acadêmico, sua concepção renovada e articulada de cotidiano. A ideia de alienação trazida pelo autor adquire importância neste trabalho, tendo em vista o histórico de oposição ao senso comum e à interpretação que os sujeitos constroem de sua realidade, concretizada numa suspeita em torno das representações por parte de muitos autores. Williams (2011) entende que, partindo do materialismo-histórico, a *base* costuma referir-se, de uma maneira abstrata, às forças produtivas e às relações de trabalho desempenhadas concretamente no interior das sociedades capitalistas. No entanto, o autor (2011) alerta que uma vulgarização em torno de tais afirmações levou muitos a deixarem completamente de lado nuances e particularidades em torno daquilo que consideravam o substrato material das ideias. Nesse sentido, autores falando em nome do marxismo muitas vezes argumentaram que as ciências, a religião, o

Estado moderno, a filosofia, a cultura e até mesmo a arte seriam *reflexos* ou *determinações* originadas na base econômica da sociedade (WILLIAMS, 2011).

Esta desconfiança de investigações provenientes de debates culturais também ajuda a entender a rejeição e o estranhamento expresso por muitos geógrafos em direção à Nova Geografia Cultural, discutida com maior ênfase no próximo capítulo do trabalho. Pode-se afirmar que a desconfiança de muitos autores em direção à Nova Geografia Cultural se dá pela percepção da presença de um forte sentimento identitário e de um certo ecletismo, o que a caracterizaria como um campo *descompromissado* (SMITH, 2015), como se funcionasse como um refúgio para abordagens emergentes e pouco estruturadas no estudo da sociedade.

Smith (2021), por exemplo, identifica o surgimento e popularização de uma nova perspectiva cultural na Geografia norte-americana associada a um esforço fundamental de desafiar os poderes e reivindicações da contribuição marxista. Para o autor (2021), a emergência de pesquisas na temática cultural diz respeito a um abandono da centralidade da esfera da produção, naquilo que, para muitos autores, se traduz como preocupações de sociedades pós-industriais. Segundo Smith (2021, p. 336), embora as contribuições do campo estiveram inicialmente voltadas para o consumo, com o tempo acabaram se afastando de uma dimensão política, “nada desse período foi tão super analisada quanto às escolhas de vestimenta da Madonna”.

A respeito disso, a nova geografia cultural, que se orgulhou em colonizar a ponta de lança da transformação social — o novo poder do consumo —, é dramaticamente irrelevante para muito do que está acontecendo no mundo e para grandes partes das vidas da maioria das pessoas. A partir desse ponto de vista, pelo menos no mundo anglófono, a nova geografia cultural veio cada vez mais a representar uma visão do mundo extremamente etnocêntrica e com privilégios de classe. (SMITH, 2021, p. 339).

Assim, muitos afirmam que ao se afastar ou se isentar de uma perspectiva crítica, o campo termina por se tornar cúmplice da lógica de trabalho do neoliberalismo global. “A nova geografia cultural não somente negou progressivamente a economia política, mas se desviou amplamente de comentários sobre os principais eventos políticos dos últimos poucos anos” (SMITH, 2021, p. 342). Dessa forma, houve inicialmente uma resistência em torno de tais propostas, que Almeida (2013, p. 34) atribuí a uma rejeição do debate em torno da fenomenologia, sobretudo no Brasil, “ser marxista ou adotar a geografia crítica prevaleceu e afastou os geógrafos do risco de serem considerados positivistas se adotassem outra abordagem”. Através dessa perspectiva, o conceito de cultura aparece para muitos como uma

possibilidade de serem deixadas de lado aspectos mais estruturais da sociabilidade no espaço, e para autores como Levy (2015) e Ferraz (2007), se torna questionável a pertinência de se reunirem estudos em torno de uma Nova Geografia Cultural. Smith (2021), no entanto, não descarta a contribuição do debate, evidenciando que muitos marxistas também permaneceram alheios aos debates da cultura, com algumas exceções, como Antônio Gramsci, Raymond Williams e Henri Lefebvre.

Embora não tenha sido muito debatida no contexto de seu lançamento, na década de 1970, a teoria da produção do espaço de Lefebvre (1991) viria a se tornar uma influência chave para a Geografia Contemporânea, com maior força após a sua tradução para o inglês no início da década de 1990. Mesmo que já buscassem conciliar as ideias de Marx a uma dimensão espacial, Gomes (1996) entende que muitos autores da vertente crítica sentiram a necessidade de uma verdadeira incorporação do espaço ao marxismo, frequentemente ainda deixado de lado em favor de fatores históricos e econômicos, sobretudo na Geografia anglo-saxã. É nesse sentido que veio a adquirir relevância os movimentos e críticas reunidas em torno do debate da pós-modernidade, que ganhava cada vez mais força

Mesmo nos dias de hoje, existe muita discordância e suspeita na academia em torno da ideia da pós-modernidade, com fortes e distintas posições contrárias e favoráveis, conforme discute Haesbaert (1997). Na reflexão do sociólogo Michel Maffesoli (2010), a pós-modernidade não é propriamente um movimento, mas um termo que busca identificar uma série de transformações que parecem estar consolidando-se na sociedade contemporânea. Dentre elas, Maffesoli (2010) destaca: a fragilização das instituições tidas como solidificadas na Modernidade; o fim de uma noção de progresso e finalidade histórica em nome do cotidiano e um *presenteísmo*; e a proeminência do imaginário e da imagem na constituição do sujeito e da sociedade; e por fim, o prevalecimento das relações sociais baseadas no sentimento de tribo, de pertencimento social e do local em frente ao global.

Nesse mesmo sentido, Pedrosa (2016) reconhece a influência do pós-modernismo na Geografia como um todo ao longo das décadas de 1990 e 2000. Isso porque ao final da década de 1980, surgiam os primeiros esforços para considerar o debate da pós-modernidade na ciência, a partir da publicação de duas obras significativamente distintas, mas essenciais ao se pensar os novos caminhos estabelecidos entre a Geografia e o marxismo: *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica* (1993), por Edward Soja, e *Condição Pós-moderna* (1992), por David Harvey.

Harvey (1992) busca produzir uma leitura detalhada do capitalismo tardio e, através da ideia de acumulação flexível, tenta explicar os ciclos de expansão e retração do capital que caracterizam esse espaço, produzindo o que chama de compressão do espaço-tempo. Soja (1993, 1998, 2000, 2013) segue outra direção, e, indo ao encontro de argumentos e ideias de Lefebvre (1991) e Foucault (1998), constrói uma crítica às Ciências Sociais e as formas convencionais de imaginar a sociedade, com uma atenção exacerbada ao tempo e à História em detrimento da dimensão espacial e da Geografia. Sarmiento (2012) também destaca o movimento em direção ao cultural feito por parte de muitos marxistas contemporâneos, por exemplo, expresso em momentos da carreira de David Harvey. Assim, Hoefle (2012, s.n.) destaca as diferenças entre a cultura no marxismo clássico e as formas que assume nos debates neomarxistas, ao buscarem uma aproximação com o conceito.

Em vez de falarem numa entidade monolítica de cultura ou sociedade, os neomarxistas usavam o conceito de "formação social, composta de diferentes classes sociais, na qual a cultura hegemônica da classe alta define a linguagem e as práticas consideradas "corretas" e necessárias para se ter sucesso na vida, acrescentando mais uma dimensão ao acesso desigual aos meios de produção. Para os neomarxistas, o escopo espacial foi ao mesmo tempo global e local, no sentido de um mundo controlado pelo modo de produção capitalista, em que as regiões centrais dominam as semiperiféricas e periféricas, havendo, porém, variação de diferentes formas de produção no nível local dessas regiões. O subdesenvolvimento foi criado historicamente pelo capitalismo, e não pelo atraso evolutivo, ao contrário dos marxistas clássicos, que esperavam a revolução nos países centrais e faziam aliança com a burguesia nacional baseados nessa esperança fatalista, os neomarxistas acreditavam que só a revolução nos países periféricos romperia com a dependência político-econômica deles em relação aos países centrais, sendo inimigo imediato na luta a burguesia nacional, pois esta servia ao capital multinacional.

Tendo isso em vista, diferente de Levy (2015), Smith (2021) assume uma posição intermediária frente ao debate do conceito de cultura, afirmando que não se trata de descartar completamente o aporte e as contribuições da Nova Geografia Cultural, mas de repensá-la e revitalizá-la a partir de articulações com as dimensões políticas e estruturais do capitalismo contemporâneo. Posição semelhante é defendida por Sayer (2001) a partir da proposta de uma *economia política cultural crítica*, que permita a articulação crítica de fatores econômicos e sistêmicos com o mundo da vida (*lifeworld*). Hoefle (2012, s.n.) vê potencial na discussão de Sayer, “[a] junção dessas duas abordagens críticas representa muito mais do que cada uma separada, indo além do relativismo particularista do pós-modernismo e do racionalismo determinista bioeconômico do neodarwinismo.”

Certamente, conforme afirma Smith (2021), ainda que não tenha discutido o tema de maneira mais clara, é possível encontrar no trabalho de Lefebvre (1991) elementos para construir uma teoria social crítica e materialista, sem, contudo, deixar de lado uma dimensão subjetiva e cultural. De maneira semelhante, fortemente inspirado no trabalho de Lefebvre (1991), o geógrafo norte-americano Edward Soja (1993) dedicou parte considerável de sua escrita ao debate da política cultural e a sua importância para se pensar e transformar o espaço. Em concordância com Foucault (1998), o autor (1993) percebeu que a teoria social crítica teve muito sucesso em desenvolver uma imaginação histórica como uma ferramenta central para explicar o funcionamento das sociedades, contudo, isso teria tido como consequência um apagamento da dimensão espacial. Indo ao encontro desta questão, com base numa ontologia pós-moderna para a espacialidade, Soja (1993) sugere uma certa inversão dessa tendência, defendendo espacialidade como um elemento essencial para pensar problemas antigos, e também novas questões que vêm surgindo na teoria social.

De maneira mais clara, Soja (1998) toma a ideia de espaço vivido de Lefebvre (1991) como ponto de partida para suas epistemologias do Terceiro Espaço (*Thirdspace*), buscando maneiras de revigorar a análise espacial através da valorização da diferença, conforme se discute com maior profundidade no próximo capítulo. Lefebvre (1991) e suas ideias em torno do espaço são caras ao trabalho do geógrafo brasileiro Ângelo Serpa, que tem defendido a construção de uma Geografia dos Espaços Vividos, que tenha como ênfase o dia-a-dia e o cotidiano no espaço. Investigar uma Geografia do cotidiano pode permitir não apenas uma apreensão do espaço enquanto partes do mundo, mas como lugares simultaneamente vividos, imaginados e representados.

Se partirmos da ideia de que a dimensão espacial de nossas ações e práticas se revela através da maneira como vivemos e reproduzimos nossas vidas no dia a dia, então as mais diversas temáticas emergem desta constatação e podem ser abordadas a partir de uma perspectiva de uma Geografia do dia a dia: o trabalho; o labor; a cultura; o lazer; o turismo/as viagens; o habitat/o habitar; a mobilidade/o transporte; a saúde, os hospitais e clínicas etc.; a educação, as escolas, as universidades etc.; o público e o privado/o íntimo e o social. (SERPA, 2020, p. 101).

Assumindo o trabalho como preocupação central, Galvão (2004) expõe que, nas ciências sociais, parte considerável dos estudos acerca das relações de trabalho têm sido realizados com base em conceitos derivados de referenciais teóricos conservadores, tendo em vista que concebem o conflito como uma disfunção ou mal-entendido negligenciável. Segunda a autora (2004), críticas a esse modelo têm sido feitas sobretudo a partir de

perspectivas marxistas, reconhecendo que relações de trabalho são realizadas num cenário dinâmico e, portanto, envolvendo disputas e contradições. Enquanto na primeira concepção o conflito aparece com um mero desentendimento eventual, marxistas tendem a enxergá-lo como inerente ao trabalho, originado na assimetria de poder entre capital e o trabalho (GALVÃO, 2004).

Nesse sentido, para Barroso (2018), o conflito nas relações de trabalho não aparece necessariamente num campo aberto, mas pode permanecer latente, manifestando-se através de outras formas de poder, como na associação entre a exploração econômica e opressão cultural. A rejeição de muitos autores que se preocupam com a produção do espaço em incluir ou dar maior atenção a fatores culturais, como o gênero, a identidade, as representações e as celebrações populares, tende a produzir uma concepção esvaziada de espaço, em que o comportamento e as atitudes dos sujeitos são nada mais do que variações num mesmo padrão operacional. Por essa razão, se tem em mente a intenção de mobilizar as contribuições de um encontro entre a Geografia Crítica e uma abordagem cultural em Geografia, articulando entre a representação cinematográfica do trabalho doméstico remunerado e sua Representação Social num grupo específico destas trabalhadoras, buscando a partir da dinâmica do grupo focal, mobilizar sua experiência vivida com a recepção da obra em questão.

## 2.2. A CONTRIBUIÇÃO DE HENRI LEFEBVRE

Conforme aponta Martins (1996), a extensa obra de Lefebvre, com mais de 70 livros, pode ser pensada como um retorno à obra de Marx e à noção de dialética. No entanto, seu impacto ainda é muito fragmentado, trabalhos que discutem ou utilizam ideias trazidas pelo autor, em muitos casos, sequer reconhecem a influência de seu pensamento espacial. Apesar disso, Lefebvre não era geógrafo, tampouco preocupava-se em sintetizar ou produzir uma teoria mais delimitada, mas isso não impediu Soja (1993) de reconhecer em seu trabalho uma imaginação espacial ainda pouco presente no ambiente acadêmico do século XX. Dessa forma, a presente seção busca discutir de maneira mais específica parte das contribuições de Lefebvre à Geografia, além de suas reapropriações por Edward Soja.

Lefebvre (1991) foi um forte crítico das Ciências Humanas, sobretudo, sua falha em reconhecer a complexidade do pensamento humano, se constituindo em torno de espaços mentais, abstratos e distantes da concretude da vida cotidiana. Com o determinismo e sua concepção mecânica do universo, o espaço como um todo tem seu conteúdo subjetivo

ocultado, sendo transformado no mais puro objeto, havendo uma compreensão de que o senso comum, distante da lógica científica seria incapaz de interpretar a realidade material. Para Lefebvre (1991), isso é evidente na maneira como se abordou o cotidiano e a experiência humana, não apenas em Marx, mas desde o surgimento do pensamento cartesiano.

Por isso, Lefebvre (1991) não pensa o trabalho de Marx como algo encerrado, mas como esforços para conceber as transformações socioespaciais que o cotidiano no mundo estava passando, uma aproximação que se encontra interrompida, e que ao longo do tempo parece ter sido reduzida a uma dinâmica dualista, imaginando a história ao embate entre forças antagônicas. O autor enfatiza o cotidiano como central para sua perspectiva ao se pensar a vida em sociedade, tendo em vista que esse é o real locus da ação e da apropriação humana. Como uma maneira de reconsiderá-lo, Lefebvre (1991) propõe parâmetros para uma teoria da produção do espaço, criando uma visão que une aspectos físicos, mentais e sociais, e que articula entre três dimensões indissociáveis da espacialidade humana: as práticas sociais, as representações do espaço, e os espaços de representação.

Inicialmente, as práticas espaciais correspondem essencialmente às formas físicas, como a experiência de se estar no espaço, com os sentidos, cores e texturas, o próprio deslocamento. Pode ser comparada com a ideia de base material do marxismo, onde são organizadas as estruturas e as forças produtivas, definida em oposição à ideologia (LEFEBVRE, 1991). É a dimensão que compõe a maior parte do cotidiano, caracterizado pelo trabalho e atividades repetitivas, um tempo cíclico, e corresponde, na perspectiva do sujeito, ao espaço como percebido intuitivamente pelo corpo. Em seguida, as representações do espaço se referem ao conteúdo, aos esquemas mentais ou construções sociais do espaço, e englobam as ideologias, a ciência e algumas das representações artísticas (LEFEBVRE, 1991). Nesse sentido, se confundem com as ideologias, na medida em que podem afastar do mundo vivido, mas também vão além delas, na medida em que comportam a possibilidade da sua ruptura. Em certa medida, capturam as ideias e correspondem, na perspectiva do sujeito, ao espaço concebido. Por fim, surgem os espaços de representação, que funcionam como inversão lógica da dimensão mental, onde através da apropriação do espaço é rompida a alienação do corpo e da mente, criando dessa maneira o que Lefebvre (1991) chama de presença. Estes espaços correspondem, na experiência do indivíduo, ao espaço vivido. Essa produção do espaço, para Lefebvre (2008, p. 48), significa uma produção mais ampla e significativa para a sociedade do que a ideia de produção num sentido mais restrito:

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção e toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção. [...].

Para Gallego Campos (2009), se observada fora de contexto, a concepção de cotidiano trazida por Lefebvre aparenta ser um tanto pessimista, na medida em que sua expressão na sociedade contemporânea é concebida como fundamentalmente alienada. Tendo isso em vista, cabe ressaltar que, para Lefebvre (1983, 1991), é nesse mesmo cotidiano que se manifestam as possibilidades de rompimento das relações de troca por relações de uso ou de apropriação, que o autor chama de momentos de presença. Por outro lado, quando o indivíduo sente um estranhamento ou um distanciamento da Natureza e outros membros da sociedade, ou mesmo, de seu próprio corpo, seriam entendidos como momentos de ausência. As implicações da ideia de momentos para uma concepção lefebvriana de cotidiano são discutidas por Gallego Campos (2009, p. 55).

Se os momentos buscam uma distinção do cotidiano eles vão em direção a uma vida plenamente vivida, autêntica e desalienada. Desta forma, são experiências não apenas pela quais se procura atingir o impossível, o desejado, mas também vias para que o homem caminhe em direção à figura do homem total. Configura-se, portanto, como negação da alienação na dialética da vida cotidiana. E, mesmo sendo tributários da vida cotidiana, devido ao fato de terem que dela tirar seus elementos e referenciais, os momentos são qualitativamente distintos das tarefas diárias, das banalidades e das trivialidades. Isto não significa que os momentos não possam ocorrer diariamente nem com um intervalo de tempo previamente conhecido, mas que são formas distintas de se experienciar o tempo, fugindo-se de sua comum linearidade. Exemplos simples como encontros amorosos comprovariam que os momentos não são iguais à vida cotidiana, mas fazem parte dela, por uma questão dialética.

Considerando tais colocações, também é necessária uma contextualização em torno da distinção conceitual entre *cotidiano* e *vida cotidiana*, que aparece em vários trechos do trabalho de Lefebvre (1991), e remonta as especificidades de seu uso em francês. Shields (1999) se aproxima dessa distinção, afirmando que, enquanto a vida cotidiana diz respeito a atividades mais ou menos comuns, o cotidiano se refere ao banal, repetitivo e ordinário. De maneira semelhante, Gallego Campos (2009, p. 50) pontua que, para Lefebvre (1991), a “vida cotidiana passa a ser dominada pela alienação, pela falta de consciência, pela privação do homem em relação à realidade social e ao poder sobre si mesmo. Desta forma, é tomada pelo e confundida com o cotidiano.” Ainda de acordo com Shields (1999), Lefebvre evitou definições mais claras e cartesianas para os dois termos, justamente, buscando evitar que

fossem encaixados em dinâmicas duais e idealizadas, e sim pensado como espectros sobrepostos de uma experiência cotidiana. Considerando os momentos de presença, associado a estas duas formas de se pensar o cotidiano, pode se afirmar que Lefebvre (1991) busca construir uma crítica do modo de vida moderno, enfatizando que, da mesma forma que nem sempre o trabalho resulta em uma alienação, o lazer e o tempo livre também nem sempre representam uma fuga ou ruptura com essa alienação.

Nesse cenário, pode se dizer que Lefebvre (1991) demonstrava um apreço muito grande pela arte e as possibilidades de transformação das representações. Em sua obra *A presença e a ausência* (1983), elege a arte como o caminho entre a primeira e a segunda natureza, como uma possibilidade de rompimento com essa alienação. Isso quer dizer que mesmo que a arte funcione como produto, também representa um processo de criação, expressando uma vontade e inventividade do sujeito, aquilo que Lefebvre (1991) chama de obra. Conforme aponta Shields (1999, p. 57, tradução nossa), a arte para Lefebvre (1983) proporciona momentos de presença, como no exemplo do Dadaísmo, que “flutuava entre a afirmação absoluta da vida e a negação absoluta de tudo o que havia acontecido antes. Cada um cancelou o outro. Mas de qualquer forma, o absoluto se fez presente: o tédio e a falta de sentido da existência cotidiana foram esmagados”<sup>2</sup>. Conforme discute Gallego Campos (2009, p. 51), Lefebvre (1991) distingue, por escala de grandeza, entre três níveis de lazer:

o primeiro, como as caminhadas ou passeios em família, não é claramente distinguível das demais atividades do cotidiano; o segundo, refere-se a atividades de lazer que envolvem atitudes passivas, que podem ser exploradas economicamente e em que a alienação é evidente, como ir ao cinema; o terceiro, o das atividades de lazer críticas, diz respeito a atividades que envolvem atitudes ativas, que exigem uma profunda participação de quem as pratica, pois é necessário um conhecimento técnico.

Portanto, lazeres considerados *passivos*, como o Cinema, parecem representar para a teoria de Lefebvre (1983, p. 215, tradução nossa), expressões de um cotidiano alienado e espetacularizado, sua sedução sendo “[...] não fazer nada. Não diga nada e fale nada. Deixe os outros fazerem. Quem? ‘Eles’, os competentes, os espertos, os especialistas, as pessoas com poder”<sup>3</sup>. No entanto, embora Lefebvre (1983) construa essa forte suspeita em torno de certas

---

<sup>2</sup> No original: “fluctuated between absolute affirmation of life and absolute negation of everything that had gone before. Each canceled out the other. But either way, the absolute was made present: the boredom and meaninglessness of day-to-day existence was smashed”.

<sup>3</sup> No original: “No hacer nada. No decir nada y hablar para nada. Dejar que otros hagan. ¿Quiénes? “Ellos”, los competentes, los expertos, los especialistas, la gente en el poder.”

formas de arte na modernidade, seria injusto tomá-la como sua única posição em relação ao Cinema. Em particular, no prefácio à segunda edição de seu livro *Critique of Everyday Life*, publicada em 1958, Lefebvre (2014) chama atenção para os primeiros filmes de Charles Chaplin e o ator e diretor construiu sua representação do cotidiano urbano. Para Lefebvre (2014), sua popularidade, humor e irreverência não dizem respeito apenas a si próprio, como parte considerável das comédias, mas na relação que estabelece com os objetos e os rituais que surgem à sua volta, entre seu corpo e o espaço. De acordo com Lefebvre (2014), o trabalho de Chaplin faz alusão à inocência de uma criança, como se desconhecesse completamente as coisas e as situações da vida moderna, chamando atenção para a maneira fixa e rígida que habitualmente o espaço é imaginado.

Considerando algumas das limitações da teoria de Lefebvre (1991, 2014) discutidas até aqui, sobretudo, sua concepção do cotidiano como quase totalmente alienado, e sua eventual suspeita em torno do Cinema como ferramenta de transformação, se faz necessária uma articulação com autores que possibilitem trazer maior profundidade ao debate que interessa para pesquisa. Tendo isso em vista, tal qual discutem Araújo (2009) e Gallego Campos (2009), a ideia é de mobilizar a dialética espacialidade a partir de uma articulação entre as concepções de vida cotidiana trazidas por Lefebvre (1991) como uma medida de trazer maior relevância às estratégias de resistência produzidas no cotidiano, através da imaginação e da sociabilidade no lugar. Para Araújo (2009), adotar essa dupla concepção significa, para ciência geográfica, a consideração da influência exercida por dois universos distintos, mas intrinsecamente conectados na determinação desse cotidiano, o próximo e o distante, o local e o global.

A partir das reflexões de Lefebvre (1991), Soja (1993) argumenta que na Geografia, mesmo quando o espaço é considerado como um elemento importante, sua visão é afetada por uma dupla ilusão, que tem como resultado um distanciamento do espaço real. Soja (1993) dedicou parte significativa de sua carreira a discutir reformulações, implicações e possíveis usos das ideias de Lefebvre para a Geografia, identificando seu trabalho como uma anunciação da virada espacial, bem como na vanguarda do se tornaria o debate da pós-modernidade. Para Soja (1993), por causa da *ilusão de opacidade*, os autores tendem a restringir o espaço a uma dimensão material, ao espaço como percebido e mensurável, produzindo em última medida uma ciência preocupada com as aparências. Com a *ilusão de transparência*, Soja (1993) entende que pesquisadores enxergam diretamente através do espaço concreto, projetando a produção e a existência de fatores sociais para um campo

totalmente idealizado e imaterial. Dessa forma, em acordo com Benach (2010), é possível identificar no trabalho de Soja a busca por construir uma teoria espacial que fosse a um só tempo crítica e pós-moderna, trazendo nova relevância para as dinâmicas socioespaciais, e para a relação entre produção material e imaginação.

Conforme pontua Benach (2010), assim como o trabalho de Harvey (1992), a recepção das ideias de Soja (1993) foi um tanto mista no interior da Geografia, e embora tenham sido celebradas por muitos, também suscitaram uma série de controvérsias. Em seu artigo *Flexible Sexism* (1991), Massey faz uma crítica feminista aos trabalhos de Harvey (1992) e Soja (1993), questionando sua concepção restrita e machista de modernidade. Para a autora (1991), em última instância, as obras terminaram por ignorar a contribuição do feminismo, produzindo um sujeito descorporificado e dotado de uma subjetividade genérica. Silva (2017) ainda pontua uma crítica em direção à simplicidade das relações entre poder e política na concepção de capitalismo das obras referidas, deixando de lado aspectos essenciais para se pensar a sociedade como a homofobia, o sexismo, o racismo, o colonialismo, etc.

Certamente, o autor levou a cabo tais críticas, e em sua próxima publicação, Soja (1998) busca construir uma teoria mais aberta, ampliando o debate em torno da espacialidade da diferença, e avançando ainda mais sobre os preceitos de Lefebvre (1991). Em consonância com sua própria interpretação da modernidade e do papel que a Geografia cumpre nesse cenário, Soja (1998) busca produzir uma reformulação epistemológica para o espaço que permita uma superação dos dualismos e das chamadas ilusões de transparência. De maneira geral, tais termos se referem ao conjunto de trabalhos e debates traçados ao longo da história das ciências espaciais, além de possíveis maneiras de enfrentá-los. Tomando como base a chamada dialética do espaço de Lefebvre (1991), ou seja, as práticas sociais, as representações do espaço e os espaços de representação, Soja (1998) elabora o que chama de Epistemologias: do Primeiro Espaço, do Segundo Espaço e do Terceiro Espaço.

As epistemologias do Primeiro Espaço são, certamente, as mais estudadas por geógrafos e outros cientistas, e corresponde à dimensão *física* ou *material* da existência humana, a localização das coisas e dos eventos, padrões de distribuição e organização dos fenômenos no lugar, além de representar o chamado *espaço da ação humana*, cidades, casas, edifícios, shoppings, armazéns, estradas, etc (SOJA, 1998). Epistemologias do Segundo Espaço seriam as voltadas para abstrações, para o *simbólico*, ou seja, preocupadas com a representação do mundo, através de imagens e do imaginário subjetivo. Soja (1998) argumenta que, tradicionalmente, geógrafos têm buscado encaixar suas pesquisas em tais

epistemologias, e que muitas vezes aparecem como confundidas ou sobrepostas uma à outra. Nesse sentido, a partir das epistemologias do Terceiro Espaço, Soja (1998) sugere uma outra maneira de pensar abordagens direcionadas à espacialidade, que incorpora as duas primeiras dimensões e busca ir além delas, concebendo os lugares e eventos como a um só tempo reais e imaginados. De acordo com Soja (2008, p. 50, tradução nossa),

Em primeiro lugar, Terceiro Espaço é uma metáfora para a necessidade de manter uma consciência e uma teorização sobre a espacialidade que sejam radicalmente abertas. É usado de forma mais ampla para destacar as que são consideradas mais interessantes das novas formas de pensar sobre o espaço e a espacialidade. Em seu sentido mais amplo, é um termo propositadamente experimental e flexível que tenta capturar o que é, na verdade, um conjunto de ideias, eventos, aparências e significados em constante mudança<sup>4</sup>.

Nesse sentido, a ideia é pensar uma teoria crítica pós-moderna que seja capaz de discutir o espaço social a partir de uma multiplicidade de princípios, parâmetros e orientações distintas, ou mesmo, contraditórias (SOJA, 1998). Com isso em mente, Soja (1998) segue para descrever o que considera como potencialidades para o debate da espacialidade, construindo uma ponte entre as epistemologias do Terceiro Espaço, a Geografia e os recentes debates nos mais diversos campos do conhecimento. Dentre estes diálogos interdisciplinares, aparecem discussões acerca da importância da espacialidade para pensar questões em torno das chamadas *políticas de identidade*, como o racismo, o feminismo e o anticolonialismo, temas que serão explorados com maior detalhe na terceira seção deste capítulo. Em outro momento, Soja (2008, p. 55, tradução nossa) traz outras afirmações sobre a ideia de Terceiro Espaço:

Tudo é reunido no Terceiro Espaço: subjetividade e objetividade, o abstrato e o concreto, o real e o imaginado, o cognoscível e o inimaginável, o repetitivo e o diferencial, a estrutura e a ação, a mente e o corpo, a consciência e o inconsciente, o disciplinado e transdisciplinar, a vida cotidiana e a história sem fim. Qualquer coisa que fragmente o Terceiro Espaço em conhecimentos especializados separados ou domínios exclusivos – mesmo sob o pretexto de lidar com sua complexidade infinita – destrói seu significado e abertura<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> First of all, Thirdspace is a metaphor for the necessity to keep the consciousness of and the theorizing on spatiality radically open. It is used most broadly to highlight what are considered to be the most interesting new ways of thinking about space and spatiality. In its broadest sense, it is a purposefully tentative and flexible term that attempts to capture what is actually a constantly shifting and changing milieu of ideas, events, appearances, and meanings.

<sup>5</sup> Everything comes together in Thirdspace: subjectivity and objectivity, the abstract and the concrete, the real and the imagined, the knowable and the unimaginable, the repetitive and the differential, structure and

Dessa forma, pode se afirmar que a proposta de Soja (1998) é tão provocadora quanto é inovadora e ambiciosa. De acordo com Benach (2010), suas ideias em torno do Terceiro Espaço tiveram uma recepção mista, permanecendo para muitos como um conceito demasiadamente vago e confuso. Para Shields (1999), não havia necessidade de outro conceito, uma vez que Soja (1998) poderia utilizar um termo mais consistente e já trabalhado por Lefebvre (1991), o de espaço vivido. Benach (2010) também entende como uma limitação o fato que as formulações de Soja (1998) só podem ser pensadas e compreendidas somente a partir de seu diálogo com o trabalho de Lefebvre (1991). De todo modo, Benach (2010) reconhece que a principal razão por trás dessa inclusão da ideia de Terceiro Espaço no trabalho de Soja (1998) seja, precisamente, para mostrar a necessidade de expandir e incorporar as ideias de alteridade e diferença, debatidos em seu livro anterior (SOJA, 1993).

O trabalho de Soja, de maneira geral, representa um esforço de seguir os passos dados inicialmente por Lefebvre, buscando ampliar e renovar suas aproximações do espaço social. Assim como Soja (1993), Lefebvre (1991) criou em seus textos novas leituras da obra de Marx, sobretudo, ampliando seu alcance e atualizando suas ideias a um mundo cada mais afetado pela urbanização e pelo capital, de maneiras que até então não poderiam ser previstas. Conforme ainda pontua Santos (2021), o autor (1991) também ultrapassa uma mera atualização do pensamento marxista, sobretudo se consideradas suas ligações com o romantismo e o pensamento utópico, que influenciam, por exemplo, a centralidade atribuída às emoções, ao espaço e à vida cotidiana em sua obra.

Mesmo com a riqueza das ideias de Soja (1998), concorda-se com Santos (2021) quando afirma que, apesar do notável impacto da obra de Lefebvre (1991), sobretudo sobre as disciplinas espaciais, como a Geografia, a Arquitetura e o Urbanismo, seu potencial de revolução e transformação ainda foi pouco explorado. De fato, não é incomum, seja por limitações de tempo, de leitura ou de interesse, que autores que discutem a especialidade a partir de pressupostos como os Soja (1998) e Lefebvre (1991) deem pouca relevância ou deixem completamente de lado o Terceiro Espaço ou o espaço vivido. Levando em conta esse debate, a próxima seção busca se aprofundar na discussão do que é trabalho, e em específico, o trabalho doméstico, trazendo elementos que permitam discutir suas formas e representações.

---

agency, mind and body, consciousness and the unconscious, the disciplined and the transdisciplinary, everyday life and unending history. Anything which fragments third space into separate specialized knowledges or exclusive domains — even on the pretext of handling its infinite complexity — destroys its meaning and openness.

### 2.3. O TRABALHO E O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

Tendo em vista os parâmetros gerais traçados anteriormente, será desenvolvida nesta seção uma discussão voltada para o trabalho de maneira geral, para as especificidades do trabalho doméstico no Brasil e como estas podem contribuir para uma compreensão do cotidiano da atividade. Assim como pontua o IBGE (2010), a categoria possuiu durante décadas uma legislação própria, que conferiu um estado de exceção à profissão em relação ao restante do cenário trabalhista brasileiro. Esse estado de exceção deu-se sob a justificativa de que o trabalho doméstico não gera valor de troca para o empregador, e de que, portanto, não poderia estar sujeito à mesma legislação que as demais profissões (AVILA, 2020). No entanto, tal explicação é fortemente baseada em concepções idealizadas para o trabalho, como nas oposições entre produtivo/improdutivo e concreto/mental, falhando em reconhecer uma série de outros fatores que certamente tornam o cenário mais complexo, sejam estes espaciais, sociais ou históricos. Em particular, seguindo o debate construído ao longo do trabalho, argumenta-se que para pensar o trabalho doméstico remunerado no Brasil, deve ser levado em consideração o peso exercido pela associação entre o capitalismo, o patriarcado e o *pacto de branquitude* (BENTO, 2022) ao longo da construção da formação social do país.

Albornoz (2017) chama atenção para o fato de que, em boa parte das línguas oriundas de culturas europeias, há mais de uma significação para a ideia. Isso fica claro ao se observar seu uso em português, se referindo a uma obra que expressa seu criador, e a uma atividade repetitiva, cotidiana, um incômodo inevitável, sendo, ao mesmo tempo, o nome que dá ao processo e ao seu resultado. Pensando a partir desses parâmetros, a divisão social do trabalho ocupa um lugar fundamental na organização do cotidiano e na manutenção de um determinado uso do espaço, levando muitos a lhe caracterizarem como uma *sociedade do trabalho*. Ainda de acordo com Albornoz (2017), entende-se que cada vez mais, o trabalho tem assumido a forma do mercado de trabalho e do emprego institucionalizado, através de um acordo estabelecido entre um ente empregador e um sujeito empregado.

Para Lazzareschi (2007), o emprego é uma relação de trabalho que surge em meados do século XVIII, no contexto da industrialização e da consolidação do modo de produção capitalista, e devido às lutas trabalhistas, foi institucionalizado e regulamentado ao longo dos séculos XIX e XX. O trabalho é, nesse sentido, diferente do emprego. O primeiro tende a se referir a uma atividade, exercício, dificuldade ou esforço, enquanto o segundo diz respeito à

relações sociais historicamente estabelecidas em função do trabalho. Segundo Albornoz (2017), acredita-se que para a maior parte dos grupos humanos, o trabalho surge essencialmente complementando o que já acontece na Natureza, como na extração de frutos, raízes, na caça de animais, pesca, etc. Dessa forma, pode ser afirmado que essa ambiguidade na significação linguística do trabalho reflete, em parte, dualidades historicamente presentes nas relações que são estabelecidas em sua função.

O que diferencia o trabalho humano do exercido pelos demais animais não é o uso de ferramentas e técnicas especializadas, segundo Albornoz (2017), mas sim a intencionalidade e a orientação em direção ao social. Na medida em que dependiam quase que totalmente da disponibilidade de alimentos em seu habitat, grupos não-sedentários tendiam a fazer deslocamentos frequentes, sendo em comparação, caracterizados como pouco baseados em grandes hierarquias sociais ou em propriedade privada. Ainda segundo Albornoz (2017), essa subsistência era apenas um objetivo indireto, na medida em que seus cotidianos pareciam ser geridos por um complexo sistema de deveres religiosos e familiares, caracterizando os primeiros sentidos do trabalho. Ao longo dos últimos séculos, as transformações ocorridas no mundo do trabalho têm se manifestado em mudanças na sua relação com a Natureza, bem como nas próprias relações sociais que indivíduos estabelecem entre si (ALBORNOZ, 2017). O trabalho em si também se transforma, e deixa de ser individualizado, circunscrito à própria relação do sujeito com a terra, e passa a representar sua inserção numa dinâmica social mais ampla, através de uma divisão social do trabalho (ALBORNOZ, 2017).

Segundo Lefebvre (1999), para compreender esse cenário, é necessário imaginar o contexto da Europa Feudal, onde camponeses compunham a parte majoritária da população. Seu trabalho era essencialmente dependente dos ciclos naturais, da regularidade nas estações, da presença de chuvas, da resistência a pragas e pestes, e embora produzissem o necessário, se viam associados à cidadãos para parte considerável de sua vida comunitária, religiosa, política e cultural. Por sua vez, as cidades correspondiam a uma parcela pequena da população, e eram dependentes do comércio, da coleta de impostos e do espólio de parte dos excedentes do campo (SOJA, 2000). Dessa forma, segundo Albornoz (2017),

conforme tempo e lugar, o país e a época, as terras podem ser trabalhadas por escravos, servos ou camponeses; e o excedente pode ser recebido por fidalgos independentes ou por funcionários de uma monarquia ou de uma potência imperialista. Mas as linhas principais das relações econômicas eram semelhantes: o excedente era consumido em parte para manter um aparato militar e em parte para sustentar o padrão de vida da classe ociosa [...] É assim que em centros disseminados

pelo mundo - não só na Europa, mas da China ao Peru - desenvolveu-se uma burguesia: uma comunidade de habitantes de cidades que auferia uma renda das atividades comerciais e desfrutava de um grau de independência maior ou menor dos poderes feudais ou dos senhores de terra e da corte dos reis. Os mais bem-sucedidos entre tais comerciantes empregavam trabalhadores - artesãos, carregadores, marinheiros, artistas, criados domésticos, e aos poucos se estabelece uma hierarquia baseada no dinheiro e um mercado onde os produtos agrícolas podem ser vendidos por dinheiro. Tais burgos, cujo surgimento na história medieval europeia, bem como na modernidade latino-americana é fácil de reconhecer e acompanhar, são o nascedouro desta classe - a burguesia que ainda no mundo de hoje é a classe dominante em nossas sociedades capitalistas, sendo quem determina em grande parte as formas pelas quais se realiza hoje o trabalho.

Para Lefebvre (2002), embora sempre fosse presente e marcante uma divisão sexual e social do trabalho, com algumas exceções, observa-se que o cotidiano do trabalho ao longo da história foi majoritariamente realizado no âmbito residencial, com base no acesso e na propriedade de terras, seja no campo ou nas manufaturas urbanas. Esse cenário começa a mudar quando surge uma classe comercial incipiente nas cidades, mesmo que fossem poucos os excedentes destinados para o comércio, que era feito a despeito das dificuldades de locomoção e transporte. Mais tarde, com a criação da roda e tecnologias de transporte, o fortalecimento das relações entre os núcleos urbanos e o aumento populacional trouxeram novas possibilidades e fortaleceram uma classe que vive do comércio (LEFEBVRE, 2002).

Lefebvre (1999) entende que também era comum uma divisão do trabalho *naturalizada*, com sua origem justificada no corpo ou na comunidade, mas uma divisão técnica só se pronunciou com clareza na formação das primeiras manufaturas, voltadas à tecelagem, sobretudo na Inglaterra. Com o surgimento desse tipo de indústria, era esperado do trabalhador habilidades que correspondem a todas as etapas da produção, que eram exercidas a partir da orientação de mestres artesãos. Desde o início do século XVIII, a indústria manufatureira passou a conviver com novas formas de trabalho organizadas em torno de um novo tipo de indústria, a mecanizada. Da mesma forma, a burguesia comercial em formação passou a tomar vantagens do grande contingente populacional despossuído nas cidades, o que foi visto como uma abundante reserva de trabalhadores para as fábricas (LEFEBVRE, 2002).

Rolnik (2017) entende que o fortalecimento político e econômico de uma classe que vive do comércio veio associada à presença marcante da forma da mercadoria e do dinheiro, que se tornam cada vez mais uma necessidade para os senhores e os servos. Nesse mesmo sentido, as relações estabelecidas em função desta nova forma de trabalho eram cada vez mais impessoais, sendo supostamente reguladas em função do *mercado*. Esse movimento causou tensão no antigo regime feudal, assim como nas relações de trabalho que haviam sido

organizadas em torno dele, os senhores pressionam a produção do campesinato, que por sua vez passa a enxergar no trabalho urbano como uma libertação dessa condição (LEFEBVRE, 2002). Com isso, trabalhadores perderam acesso à terra e a garantia da subsistência, mas ganharam a possibilidade de vender diretamente sua mão-de-obra, na forma de trabalho abstraído. Dessa forma, Lefebvre (1999) entende que a distinção entre local de produção e de comércio, e a separação espacial entre o trabalhador e o fruto de sua atividade tiveram um papel importante na abstração do valor do trabalho.

No geral, percebe-se uma acomodação das antigas formas de poder à presença dos produtos e da mercadoria, que transformam gradualmente a cidade no lugar de encontro entre pessoas e coisas (LEFEBVRE, 2002). Dessa forma, para Rolnik (2017), a transição da vila medieval para a cidade do capital se traduz essencialmente em três principais transformações para a forma urbana. Primeiramente, pode-se afirmar que as formas de propriedade coletiva e comunal dão lugar a mercantilização do espaço, a divisão do terreno urbano em porções, que passam a pertencer a entes privados. Além disso, a realidade urbana é cada vez mais marcada por uma divisão de classes, entre os que detêm a propriedade da terra e dos meios de produção, e daqueles que vivem essencialmente do trabalho que vendem para os primeiros. Por fim, o surgimento de um poder centralizado na cidade, representada pelo Estado, que passa a determinar com maior força os rumos da vida urbana, sobretudo através de políticas públicas (ROLNIK, 2017).

Certamente, esta contextualização geral do processo de urbanização deve encontrar, nos diversos territórios e lugares, uma realização muito particular, através de suas diferentes temporalidades, culturas e relações sociais. No caso do Brasil, essa formação urbana se deu num espaço ainda marcado pelas heranças de um modelo político e econômico, o qual girava em torno do trabalho escravo, da posse de vastas extensões de terras e da supressão de outros modos de vida e organização do trabalho (algo que reaparece com frequência na história do país). De acordo com Corrêa (2010), o capitalismo como modo de produção consolidou-se no país por meio da exploração do trabalho escravo, que seria abolido apenas em 1888, sendo o último país das Américas a aprovar uma lei do gênero.

Gonzalez (2020) explora as maneiras que a mulher negra era representada na obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. Em as *mucamas*<sup>6</sup> eram vistas como peças-chave para a formação daquilo que chamava de *democracia racial*, algo que caracterizava uma

---

<sup>6</sup> Apelido de origem africana, geralmente utilizado de maneira afetuosa, mas que acabou usado para se referir a mulheres escravizadas que trabalhavam em casa de maneira geral.

especificidade da formação social brasileira. Diferente de países segregados, como África do Sul ou Estados Unidos, a miscigenação e a mistura cultural teriam contribuído para que o Brasil fosse gestado como uma sociedade cordial, menos conflituosa. (em parte trazido pelo serviço doméstico. Nesse cenário, as *mucamas* ocupariam um lugar central, sobretudo, na comunicação entre a casa grande e a senzala, e em última instância, teriam produzido uma aproximação cultural, linguística e social entre estes dois distintos espaços. Documentos e relatos também demonstram que no período pós-abolição da escravatura no Brasil, o mercado de trabalho foi extremamente segregado por critérios econômicos, educacionais e de gênero, mas sobretudo de raça. Se tornar doméstica “foi uma recorrência na vida das mulheres negras não se configurando, em alguns casos, apenas como porta de entrada para o mercado de trabalho, mas como a única forma possível de ocupação oferecida a essas mulheres” (PEREIRA, 2011, p. 5).

Algo que parece passar muitas vezes despercebido nesse debate é o fato de que, ao existir uma separação entre espaço de trabalho e espaço privado, e ao aumentar a presença do Estado e de entes públicos na vida cotidiana, passa a existir uma certa separação mais marcada entre o espaço público e privado, representado pela residência domiciliar. O desenvolvimento dessa sociabilidade urbana, associada a uma expansão do capitalismo implicou, de maneira geral, numa desvalorização das relações de trabalho tradicionais, como se observa no caso do trabalho doméstico. Isso não significa, no entanto, que essas formas de trabalho não cumprem um papel importante na produção, e sim, numa desvalorização do seu exercício, já que a remuneração é incipiente. Talvez um dos exemplos mais evidentes desta questão seja o trabalho doméstico não remunerado, até hoje visto por muitos como um *não trabalho*, *naturalmente* atribuído às mulheres (AVILA, 2020).

Santos (1993, p. 30-31) aponta para a inversão do estado habitacional da população brasileira no século XX, passando de uma taxa de urbanização de 26,35% em 1940 para 68,86% em 1980. Ele atribui grande parte dessa transformação ao processo de industrialização no país, que compreende não apenas a criação de sítios industriais no seu sentido restrito, mas como um processo social complexo envolvendo a formação do mercado nacional, o esforço de integração do território e a expansão dos mercados de consumo. Essa urbanização da sociedade também chamou atenção para novas dinâmicas que surgiam nessas cidades globalizadas, como a segregação espacial, a auto segregação de outros grupos, o crescimento da violência e a ampliação das malhas urbanas em todo o Brasil.

Ao longo das últimas décadas, diversos geógrafos têm demonstrado preocupação com o trabalho de maneira geral e seu papel como um todo no espaço, conforme expressa pela discussão desenvolvida por Antonio Thomaz Junior (2002). Segundo o autor (2002), pode se afirmar que o trabalho costuma ocupar um lugar central na existência humana, sendo um princípio fundamental para se entender o cotidiano em basicamente todas as sociedades. Numa sociedade capitalista, em particular, o autor (2002) entende que o trabalho real se vê efetivamente subordinado ao capital e ao trabalho abstrato, representando sua perda de função e de sentido para a classe-que-vive-do-trabalho.

Com base nisso, tem sido afirmado que o fatídico discurso da empregada como um *membro da família* busca ofuscar uma realidade muitas vezes perversa, ocultando as relações de poder estabelecidas por parte dos empregadores (RARA, 2019). Há uma ligação entre representações do trabalho doméstico e a experiência vivida por tais trabalhadoras, marcadas pelo seu papel de ocultar, pacífica e homogeneizar astensões inerentes ao exercício da atividade. Enquanto uma parte considerável das categorias garantiram seus direitos na década de 1950, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), isso só viria a tornar-se uma lei plena para o emprego doméstico com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 72 (BRASIL, 2013). Aprovada no dia 26 de março de 2013, a PEC 72 foi um dos principais passos na busca por garantir o acesso a direitos fundamentais para a categoria, estando entre as obrigações do empregador estão as de indenização em despedida sem justa causa, seguro-desemprego, FGTS, garantia de salário mínimo para quem recebe remuneração variável, adicional noturno, proteção do salário, jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, direito a hora-extra, observância de normas de higiene, saúde e segurança.

O trabalho doméstico remunerado é uma atividade essencial, praticada no ano de 2010 por pelo menos 52,6 milhões de pessoas em todo o mundo. (OIT, 2013). Esse contingente torna a profissão a décima que mais emprega no mundo, sendo majoritariamente exercida por mulheres em virtualmente todos os países. Inicialmente, a profissão é majoritariamente exercida por mulheres, assim como acontece com a divisão das tarefas domésticas não remuneradas. Biroli (2015, p. 81) argumenta que o cuidado é, com diferentes intensidades ao longo de nossa vida, uma necessidade universal, isso “porque somos mais vulneráveis em alguns momentos da vida, como a infância e a velhice”. Dessa forma, Biroli (2015) defende que é expressiva em todos países uma divisão do trabalho com base no gênero, em que as mulheres são responsabilizadas pela grande maioria das atividades de cuidado. Isso quer dizer

que, mesmo que uma mulher se afaste das atividades de cuidado, é provável que estas sejam desempenhadas por outra. Assim, a distribuição desigual de gênero na profissão doméstica expressa uma desigualdade mais ampla na sociedade, que assume como natural a responsabilização das mulheres pelos cuidados referentes à reprodução da vida. Sobre esta distribuição social do trabalho doméstico, Biroli (2015, p. 105) pontua que:

Essa alocação desigual não é aleatória, mas atende a padrões que têm correspondência com as hierarquias de gênero, raça e classe social. Entre os que cuidam, há mais mulheres, mais negras/os e mais indivíduos das camadas mais pobres da população. Entre os que recebem cuidado mais intensivo (pelo tempo e atenção a eles dirigidos) e mais qualificado (em termos da capacitação de quem o exerce e dos recursos materiais disponíveis para seu exercício) estão mais homens, mais brancas/os e mais indivíduos das camadas mais ricas da população.

Conforme trazem Pratt (1999) e Gutiérrez (2010), a profissão costuma ser caracterizada não apenas por uma segregação de gênero, mas frequentemente passa também pela idade, classe, nacionalidade e raça. Dessa forma, no mundo todo, o trabalho doméstico é exercido em grande parte dos casos de maneira informal, por mulheres em situação de vulnerabilidade. Surgem diversas justificativas em torno da precariedade da profissão, além de alertas acerca dos riscos econômicos em torno de sua regulamentação, tais discursos emergem e ganham centralidade no contexto da tramitação de novos regulamentos, na medida que buscam justamente repensar a legislação e permitir que mais trabalhadoras possam usufruir de maior seguridade social (FERNANDES, 2019). No entanto, observa-se que se repetem fatores como a baixa escolaridade, a falta de experiência e a dificuldade de acesso a outros mercados de trabalho, que têm como consequência a redução das possibilidades de emprego e a dificuldade de estabelecer uma negociação mais justa.

Enquanto muitos elementos envolvidos na problemática do trabalho doméstico podem ser encontrados na maior parte do mundo, parecem haver outros que chamam atenção para as particularidades da profissão no Brasil. Harris (2007) busca compreender essas especificidades históricas, comparando com o seu exercício no país com o dos Estados Unidos. O autor observa que se repetem “os mesmos horários intermináveis de trabalho, o isolamento social da empregada, e a impossibilidade de ela ter uma vida fora do emprego [...]” (HARRIS, 2007, p. 93). Contudo, Harris (2007) destaca que no Brasil, é mais comum trabalhadoras receberem solicitações absurdas de seus empregadores, que muitas vezes dependem quase totalmente desse serviço. Em sua perspectiva, o maior contraste está no tratamento recebido pelas trabalhadoras, que

em contraste à timidez com que o empregador estadunidense aborda sua relação com a sua empregada doméstica em muitas situações, o brasileiro sabe bem que sua empregada doméstica (de novo, cada vez mais em relação às mensalistas) aceitará demandas que pareceriam a olhos americanos [...] muito além do necessário ou do razoável. (HARRIS, 2007, p. 98)

Nesse sentido, o exercício da profissão nos Estados Unidos é muito mais impessoal do que no Brasil, onde é comum um discurso de intimidade entre a empregada e a família empregadora, assim como sua residência no local de trabalho. Certamente, tem havido uma ressignificação da história de dominação colonial, como no caso de grupos da América Latina, onde a narrativa de conquista e progresso é colocada ao lado das memórias e registros de exploração, violência, genocídio e preconceito. A discussão em torno da decadência dos valores associados à modernidade e o peso da sua influência no mundo contemporâneo tem levantado muitas destas questões no cenário acadêmico.

Porque ser empregada doméstica não é apenas limpar, mas é sim servir. E ser alguém inferior já está no imaginário coletivo da elite brasileira. É necessário romper os laços dessa profissão que, infelizmente, ainda é um grande resquício de uma abolição não conclusa. Romper esses laços é um grande ato político. (RARA, 2019 s.n.).

Estudos Decoloniais assumem centralidade ao questionar a associação entre modernidade e Renascimento, afirmando que comumente se atribui um grande papel ao contexto, como se a Europa fosse uma região iluminada intelectualmente. Conforme discute Quintero (2019), é um movimento contra hegemônico, que identifica a modernidade como fundamentada na associação entre a globalização do capitalismo e o empreendimento colonial. Os problemas sociais enfrentados no presente são vistos como uma herança desse processo de dominação, sendo questionado o próprio papel da ciência no estabelecimento dessa ordem. Já em sua obra *Por um Feminismo afro-latino-americano* (2020, s.n.), a ativista e intelectual Lélia Gonzalez chama atenção para o papel atribuído à mulher negra na sociedade brasileira, em particular em torno do trabalho doméstico. Para a autora (2020, s.n.), a figura da doméstica encontra-se no cerne daquilo que chama de *neurose cultural brasileira*, caracterizada justamente pela associação entre o racismo e misoginia que perpassa a história da formação dessa sociedade.

Acontece que a mucama “permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a

gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam “lidar com o público”? Ou seja, atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal?

Por essa perspectiva, não é possível desvencilhar o mercado de trabalho contemporâneo no Brasil de sua formação como uma colônia, que baseava-se na exploração do trabalho escravizado, na violência e na desigualdade social. Desapossados do fruto de seu trabalho, com quase nenhum acesso à posse de terras ou a uma educação formal, parte significativa da população brasileira não teve muita escolha a não ser inserir-se nas novas dinâmicas de produção, com as condições que tinham, buscando alcançar empregos mais estáveis no comércio e na indústria, por exemplo. Visto como um *não-trabalho*, o trabalho doméstico realizado por mulheres nesse cenário raramente fora considerado parte dessa produção, já que cada vez mais, o ambiente da casa perde funções, isola-se da rua e da cidade, reforçando essa divisão entre espaços públicos e privados. Portanto, o trabalho doméstico surge como uma *mistura* contraditória entre o trabalho de reprodução, historicamente atribuído às mulheres, e um espaço de produção, sujeito a uma lógica específica de exploração do trabalho.

#### 2.4. A JUSTIÇA ESPACIAL E OS FEMINISMOS

Retomando alguns dos elementos discutidos até aqui no texto, é possível afirmar que existem uma série de fatores fundamentais para a compreensão da problemática do trabalho doméstico remunerado, dentre os quais estão: o surgimento do capitalismo como modo de produção hegemônico, as transformações causadas pelo capitalismo na organização do cotidiano e do trabalho no mundo como um todo, e da misoginia e do racismo como elementos implícitos da cultura nacional. Com base em Soja (2000), também se retoma a importância da espacialidade como condição para se compreender o mundo no presente e para construir novas geografias no futuro, sobretudo, a partir da valorização de uma imaginação geográfica crítica e atenta aos espaços da vida. A partir de agora, será mobilizado um esforço em pensar uma associação entre o debate da justiça espacial, e as propostas e reivindicações trazidas pelas diferentes vertentes dos feminismos como possíveis ferramentas para a produção de geografias mais justas.

Certamente, existem diversas formas de se pensar essa justiça, que pode ser encontrada como um tema de interesse desde antigas escrituras religiosas, em trabalhos filosóficos, em revoltas e revoluções, em obras de arte, e tantos outros. Buscando seu significado, é possível dizer que se por um lado, a justiça remete a um valor ou a um princípio, por outro lado, também remete a um conjunto de leis, um aparato legal, presente hoje em dia na maior parte dos países do mundo. Embora esse aparato muitas vezes busque promover a justiça após agressões ocorridas, esta iniciativa é essencialmente reativa, respondendo a demandas em torno de eventos já ocorridos. Definir e delimitar o que é justo, portanto, tem sido objeto de disputa, de reflexão e de transformação no âmbito social, muitas vezes, trazendo relevo a diversos conflitos latentes no funcionamento da sociedade.

Conforme relembra Soja (2013), uma preocupação com o que pode ser considerado uma sociedade justa remete a outros valores como liberdade, igualdade, democracia e direitos civis, e certamente envolvem um recorte e um contexto socioespacial. De acordo com Fraser (2009, p. 11), até pouco tempo atrás, disputas em torno da justiça tinham seguido um referencial em específico, que a autora denomina de “enquadramento Keynesiano-Westfaliano”, já que normalmente giravam em torno dos recortes territoriais dos Estados modernos. Haveria, é claro, exceções à escala nacional, como a fome e a miséria extrema, ou quando grandes atrocidades eram cometidas, mas não iriam muito além disso. De maneira semelhante, suas reivindicações se restringiam, sobretudo, às demandas por redistribuição socioeconômica e pela conquista de reconhecimento legal ou cultural, não havia uma compreensão mais ampla da justiça, que abarcasse outras esferas e escalas da vida humana.

[a]ssumindo o Estado moderno territorial como a unidade apropriada, e os cidadãos como os sujeitos concernidos, tais argumentos se dirigiam a o que precisamente esses cidadãos deviam uns aos outros. Aos olhos de alguns, era suficiente que os cidadãos fossem formalmente iguais perante a lei; para outros, a igualdade de oportunidades era também requerida; para outros, ainda, a justiça demandava que todos os cidadãos tivessem acesso aos recursos e ao respeito de que eles precisavam para serem capazes de participar em paridade com os demais, como membros integrais da comunidade política. (FRASER, 2009, p. 13).

Dessa forma, Fraser (2009) pontua que os cidadãos da mesma nação viam-se como em dívida apenas uns com os outros, e que a dúvida era muito mais em torno do *que* se devia, e não *quem* propriamente devia, perspectiva que predominaria até meados da década de 1970. Atualmente, no entanto, cada vez mais questões e movimentos assumem o pressuposto de que a escala nacional é apenas um passo em meio a uma agenda mais ampla, como nos debates

construídos hoje por organismos internacionais em torno de políticas de gênero, de raça, de desenvolvimento econômico e da sustentabilidade.

De acordo com Soja (2014), seria apenas na década de 1980 que novas luzes seriam lançadas sobre esse tema, sobretudo a partir de autores que enfatizaram o papel do espaço na sociedade, como Lefebvre (1991) e Foucault (1988). David Harvey (1980) também esteve entre os primeiros autores a dedicarem maior atenção à importância do desenvolvimento espacial em determinar as condições de vida e de acesso a espaços de trabalho, de cuidado, de lazer, acesso à proteção e a regulamentação do Estado. Harvey (1980) discorda veementemente de perspectivas que tomem como ponto de partida valores liberais e normativos para a justiça, como na obra de John Rawls (2020), intitulada *Uma Teoria da Justiça*, sendo impossível imaginar parâmetros de justiça na sociedade contemporânea sem considerar a esfera produção e a distribuição.

Dessa forma, com o intuito de aprofundar o debate de maneira geral, inserindo a condicionante espacial no debate da justiça social, Harvey propõe em *Justiça Social e a Cidade* (1980) a ideia de justiça social territorial. Seus parâmetros de justiça iriam muito além da questão da renda, e englobaria o acesso a serviços básicos na cidade como a alimentação, saúde, emprego, educação, lazer, serviços públicos, entre outros. Dessa forma, para Harvey (1980), a justiça seria alcançada quando estas necessidades fossem satisfeitas, além da manutenção de instituições preocupadas com solução de dificuldades que tendem a emergir do meio físico e social.

Pirie (2022), por sua vez, defende uma atualização do termo usado por Harvey (1980), sugerindo que a justiça espacial territorial seja abordada como justiça espacial. Essa transformação provém do reconhecimento de que não há um recorte territorial definido para o parâmetro de justiça. Além disso, ao considerar a concepção espacial de Soja (1988), Pirie (2022) reconhece que ainda existem muitas reflexões a serem feitas em torno da relação entre uma nova concepção de espaço e o referencial da justiça espacial, como pensar a justiça tendo em vista que o espaço se realiza como processo? Nessa perspectiva, a justiça não deve ser tomada apenas como um objetivo a ser alcançado, mas como um parâmetro para construções de novas políticas públicas e a reparação de antigas. Ao observar a produção acadêmica em torno desse princípio, Van de Brule (2020, p. 7) sintetiza as contribuições de inúmeras abordagens da justiça espacial na Geografia e chega aos seguintes elementos:

- I. Distribuição equitativa de bens e serviços que favoreçam o bem-estar e a dignidade humana, denunciando as desigualdades de acesso a esses bens, perspectiva ancorada no marco do capitalismo, tendo o Estado como fio condutor de ações justas ou injustas no espaço;
- II. Associação da justiça espacial com o reconhecimento identitário, defendendo o direito à diferença e a luta contra a opressão, a humilhação e a estigmatização dos lugares. Nesse sentido, o Estado deveria ouvir os reais interesses e propósitos dos diversos grupos e incorporá-los à produção de políticas públicas. Essa perspectiva aborda um novo modo de viver e denuncia a não paridade no campo das decisões dos rumos das cidades;
- III. Ruptura com o modelo capitalista por reconhecer que, nesse marco, não há justiça e, assim, proposta para se pensar uma nova sociedade. Abordagem baseada na ideia-força do direito à cidade, do filósofo e marxista Henri Lefebvre, e das críticas de David Harvey à capital.
- IV. Um polo da justiça espacial sob o prisma da ética, em que se destacam as contribuições de David Smith e Arnaud Brennetot. Essa abordagem reflete sobre questões da chamada vida boa e aspectos como harmonia social e lugares de cuidado, entre outros;
- V. Horizonte anarquista liderado por Marcelo Lopes de Souza, que trabalha com a perspectiva do desenvolvimento socioespacial positivo, ancorado nos valores da autonomia individual e coletiva para além do marco institucional do capitalismo.

Por esses motivos, entende-se com maior clareza que a organização social tal como é permeada pela produção de geografias injustas, que vão muito além da escala nacional, e que perpassam de maneira geral a espacialidade do cotidiano humano (1998, 2000). No entanto, o reconhecimento do caráter socialmente construído destas geografias permite que as mesmas se tornem alvo de ação política. Reconhecer que a organização do espaço exerce um forte peso sobre a sociedade, assim como a sociedade o produz num movimento constante leva ao reconhecimento da inerente política que promove e movimenta essa produção. Esse processo não adquire sentido se não for pensado no contexto cultural da sociedade, da maneira como os sujeitos se comportam e interpretam as múltiplas dinâmicas espaciais. O que debates como os da decolonialidade, dos feminismos, das lutas-antiracistas e contra a homofobia tem revelado

é interesse em promover um controle espacial dos sujeitos, sua apresentação, comportamento e acesso a recursos (SILVA, 2009).

Para Biroli e Miguel (2015), o Feminismo pode ser considerado um filho indesejado da Revolução Francesa, representando um movimento político, social, cultural e filosófico que visa a questionar a naturalização da desigualdade entre homens e mulheres nas sociedades. Entre o final do século XIX e início do século XX, tais questões são levantadas em alguns países industriais, trazidas essencialmente por uma pequena parcela da população feminina, a elite branca. De maneira geral e breve, suas reivindicações giravam em torno de mudanças cotidianas de caráter prático, como o direito ao voto, ao emprego remunerado, à educação e propriedade privada, por exemplo.

Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, o Feminismo ganhou novas centralidades, e passou a assumir escalas e conotações nunca imaginadas, integrando de maneira clara movimentos sociais populares que emergiram em muitos países. Já não se tratava apenas de questões enfrentadas por um grupo genérico de mulheres, mas sim, das mulheres negras, trans, imigrantes, camponesas e homossexuais, por exemplo. Conforme destaca Silva (2009), é a partir da chamada segunda onda do Feminismo que o conceito de mulher se expande, assim como a abrangência do movimento. Tais debates têm chamado atenção para o fato de que, em todo mundo, mulheres e corpos femininos são majoritariamente afetados pela violência doméstica, pelo assédio sexual e pela desigualdade na divisão do trabalho (doméstico e remunerado), na própria remuneração, em acesso a cargos superiores, na representatividade política, e assim por diante.

No campo acadêmico, o Feminismo também ganhou espaço em meio a uma série de ciências e campos do saber, que passam a preocupar-se em desvendar como as sociedades contemporâneas parecem assentadas na exploração e subjugação dos corpos femininos. Na perspectiva de Silva (2009), as primeiras temáticas que uniam Geografia e Feminismo preocuparam-se justamente em tensionar as dinâmicas entre homens e mulheres no espaço, a partir das relações estabelecidas no âmbito residencial, no mercado de trabalho e na produção de conhecimento. Associadas à crítica marxista, muitas passaram a afirmar a dependência estrutural do sistema capitalista na exploração do trabalho doméstico não remunerado na reprodução da vida e da força de trabalho (FEDERICI, 2019). Nesse sentido, eram enfatizadas as diferenças entre os sexos, sendo central neste momento a categoria de mulher e as invisibilidades em torno de sua situação de exploração econômica.

Entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, pontua-se o surgimento de uma terceira onda nos movimentos feministas, agora marcada pela proximidade entre movimentos sociais e academia, e pelas influências recebidas da fenomenologia, de teorias pós-modernas e pós-estruturalistas. Autores como Merleau-Ponty (1999), Michel Foucault (2014) e Judith Butler (1988) trazem à tona a centralidade do corpo e suas percepções como historicamente constituídas, como espaço político e de exercício de poder. Com a influência da vertente feminista, o corpo é visto como a única inserção possível dos sujeitos no contexto social, a produção do espaço pressupõe a sua existência e mediação, mas não deve ser visto como um recipiente passivo, é uma entidade ativa, sempre atuando e produzindo significações (SILVA, 2019). Isso não significa, no entanto, uma aversão a fatores mais estruturais, conforme afirma Azevedo (2009, p. 18-19) sobre a contribuição específica de geógrafas feministas,

[...] deram especial atenção ao modo patriarcal de produção, e às relações sociais e econômicas que visam assegurar a sua reprodução, bem como as espacialidades directamente associadas com ela e que nela tomam um papel de primeira importância, nomeadamente a distinção geográfica sócio-cêntrica e sócio-periférica que a modernidade atribui aos papéis de género na divisão social do trabalho. Muito especialmente, dedicou muita da sua energia à pesquisa da estruturação espacial da violência masculina, nomeadamente através dos dispositivos físicos e simbólicos de reclusão ou oclusão da mulher em escalas que variam entre o bairro da cidade e lugares liminares até à esfera íntima da domesticidade. Finalmente, sempre privilegiou os estudos que procuravam determinar o poder de reprodução da estrutura patriarcal nos diversos níveis de organização social, desde o funcionamento do aparelho do estado às várias instituições sociais e culturais promotoras da regulação de papéis sociais.

Ao discutir seu encontro com Doreen Massey e o legado de seu trabalho como um todo, Silva (2017) percebe uma falta de reconhecimento da importância de uma geografia feminista em suas elaborações teóricas, sobretudo em sua recepção no Brasil. De maneira geral, esse contexto produz um reconhecimento do corpo na Geografia como um elemento chave para a produção do espaço, o que tem levado ao surgimento de uma variedade de estudos, interessados na diferença corporal e nas suas implicações. Dentre tais discussões, podem ser destacados os estudos sobre a racialização, as nacionalidades, as teorias *queer* e LGBTQ, o gênero, as sexualidades, etc. Butler (1988) ainda enxerga uma proximidade muito grande entre as propostas da Fenomenologia e os principais objetivos do Feminismo, sobretudo na busca por uma aproximação da teoria com o mundo vivido e o cotidiano.

Desse modo, o desenvolvimento desigual dos espaços, a produção de diferenças, as desigualdades de gênero e a falta de oportunidades figuram como elementos centrais para uma

compreensão do trabalho doméstico remunerado no Brasil. Por estas e outras razões que, assim como o Feminismo envolve um posicionamento político, a justiça espacial pode aparecer como um princípio que guia a reflexão em torno da espacialidade. Mais do que simplesmente destacar o peso do espaço na produção de geografias injustas, a justiça espacial permite, a partir de diversas escalas e enfoques, que a transformação desses espaços aparece como um elemento fundamental para mudar esse cenário.

### 3. GEOGRAFIA, CULTURA E CINEMA

Provavelmente, a história mais conhecida para a origem do Cinema é posicionada numa primeira exibição comercial dos irmãos Lumière, em Paris, no dia 28 de dezembro de 1895, marcada pela suposta reação de espanto da plateia ao filme *L'Arrivée d'un train en gare de La Ciotat* (TOSI, 2005). No entanto, essa versão é apenas um mito, sendo que com a tecnologia que desenvolveram, o projeto foi, na verdade, um dentre os muitos esforços que buscaram naquele período tornar rentável e popular a exibição de imagens em movimento (COSTA, 2005). A popularidade desse mito diz respeito, pelo menos em parte, ao fato dele caracterizar a forma de arte a partir de elementos icônicos da modernidade, como "a urbanidade, a velocidade, o Cinema e a cidade", além reproduzir a história que o Cinema conta sobre si mesmo, de que produz uma ilusão tão real que se confunde com a materialidade da vida (MENNEL, 2008, p. 2). Para além disso, o mito parece reafirmar o Cinema como algo que vai além de uma tecnologia de registro, representando a possibilidade de uma experiência ao mesmo tempo subjetiva, comunitária e comercial.

Costa (2005) afirma que, após a exibição em Paris, os irmãos Lumière optaram por não comercializar inicialmente seu aparelho e, ao invés disso, o forneceram a fotógrafos estabelecidos em diversos países, para que estes pudessem produzir imagens de todo o mundo e adicioná-las a seu catálogo. Foi assim que, ao longo das décadas seguintes, uma associação entre o acesso a novos modos de transporte e o desenvolvimento de tecnologias de mídia facilitaram o registro das mais diversas paisagens do mundo em produtos cinematográficos, atraindo milhares de espectadores em feiras e exposições (COSTA, 2005). Geógrafos, apesar disso, manifestaram pouco interesse naquele momento por uma investigação dos filmes, sendo valorizados sobretudo para o ensino, devido ao seu realismo no registro dos lugares.

Recentemente, partindo da Nova Geografia Cultural, tem-se afirmado que a cultura deve deixar de ser caracterizada como um elemento superorgânico, estável e homogêneo, sendo reconhecida como um processo, praticada e reproduzida na vida cotidiana. Com esse movimento, a centralidade dos objetos de estudo foi deslocada das técnicas e ferramentas desenvolvidas pelos grupos, e passou a ser direcionada para elementos como o discurso, a significação, a arte e as representações (CLAVAL, 1999). Nesse sentido, o presente capítulo buscou explorar algumas das possibilidades pelas quais o Cinema tem sido pensado pela Geografia e uma abordagem cultural, além de pensá-la articulada com outras perspectivas.

### 3.1. UMA ABORDAGEM CULTURAL EM GEOGRAFIA

Inicialmente, pode-se dizer que o termo *cultura* está entre os de maior complexidade que existem por aí, tanto na língua como no cotidiano, tendo também uma vasta história como conceito nas ciências de maneira geral, e na geográfica em particular. Embora já tenham sido consideradas como fatores isolados em relação ao espaço, na Geografia contemporânea, as dinâmicas culturais são vistas como exercendo influência sobre uma série de outras dinâmicas centrais na sociedade, como a produção, o consumo, a migração, a saúde, moradia e educação, entre tantos outros. Nesse cenário, conforme foi defendido, os trabalhos reunidos em torno da Nova Geografia Cultural têm se mostrado capazes de produzir abordagens renovadas, caracterizadas por uma multiplicidade de perspectivas, objetos e sujeitos pesquisados, tendo como resultado um dos mais ricos e promissores campos da ciência. Na presente seção, dessa forma, se busca discutir brevemente os primórdios da Geografia e sua interface com a cultura, passando por um momento de crise e renovação, e culminando nas maneiras em que tem sido relacionada com o espaço e a vida cotidiana no presente.

Conforme discutem Duncan (2002) e Cosgrove (1998), apesar da centralidade do conceito de cultura, é certamente desafiador, senão contra-produtivo encontrar uma definição clara e encerrada para a noção. Williams (2014) também faz algumas colocações ao buscar o desenvolvimento histórico do termo *cultura*. Tal qual observado na palavra *agricultura*, o termo teve durante muito um sentido relacionado a um processo material, se referindo ao cultivo e desenvolvimento das espécies, sejam essas plantas ou animais (WILLIAMS, 2014). Contudo, ao longo dos últimos séculos, veio ganhando um sentido cada vez mais metafórico, sendo associado também a produtos ou processos propriamente humanos, até assumir eventualmente um certo sentido de civilização (WILLIAMS, 2014). Para Williams (2014), nesse sentido, seria possível observar no ambiente acadêmico dos séculos XIX e XX a convivência entre duas principais significações para o termo *cultura*, que poderia refletir um desenvolvimento social em geral, ou uma maneira em particular de viver. Um terceiro e mais recente dos sentidos de cultura é aquele direcionado aos trabalhos intelectuais, e sobretudo artísticos, sendo talvez o uso mais popular do termo no presente, ao dizer respeito a obras de literatura, pintura, músicas, danças, etc. (WILLIAMS, 2014).

Já a Geografia, por sua vez, é uma forma de conhecimento criada na Grécia Antiga como parte das cosmografias, extensos tratados que buscavam descrever o *mundo conhecido*, e que representaram por muito tempo a principal forma que muitos povos se deslocavam e

pensavam o mundo. Dessa forma, correspondia ao conjunto de conhecimentos referentes à Terra, e encontrava-se assim atrelada à uma tradição de descrição da Natureza, da aparência dos lugares, além de seus elementos mais característicos e marcantes, sobretudo partindo do olhar sobre o Outro. Quando retomada no Renascimento, conforme aponta Gomes (1996), a Geografia foi atualizada a partir de novos conhecimentos da época, mas permaneceu restrita a medições de superfície, ao cálculo das distâncias e o acúmulo de informações sobre os lugares, resumindo-se, portanto, a um *inventário sobre o mundo conhecido*. Se não bastasse isso, logo trabalhos de cientistas como os de Nicolau Copérnico e Galileu Galilei viriam a comprovar de uma vez por todas os equívocos da cosmografia mais aceita até então pelos autores da época, a ptolomaica. Com isso, o modelo que havida sido traduzido e atualizado ao longo de tantos séculos passou a ser visto por muitos acadêmicos como antiquado e folclórico, e por razões como estas, a Geografia inicialmente ganharia menos espaço do que outros campos da Filosofia Antiga (VELOSO FILHO, 2010).

Como período chamado por muitos como *Renascimento*, pode-se afirmar que surgiria um novo contexto político para tais saberes da Filosofia, num cenário em que muitos acadêmicos defendem e trabalham em torno da necessidade de uma *Nova Filosofia*, que separasse conhecimentos entre *verdadeiros* ou *falsos*, a Ciência. Essa mudança valorizava o método, que passaria segundo aquela comunidade científica a delimitar quais conhecimentos seriam verdadeiros, num contexto que se esperava um distanciamento significativo entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa (SANTOS, 1985). Para Santos (1985), esta nova racionalidade científica alcançaria sucesso ao conceber o universo como um grande relógio, vendo-se baseada em duas distinções metafísicas principais, uma entre ciência e senso comum, e outra entre natureza e humano. Para Gonçalves (2006), embora tenha sido um elemento que nutriu o avanço das ciências empíricas, o peso dessa metáfora também acarretou em última medida numa perda do sentido de liberdade e de agência humana na maioria dos principais textos acadêmicos. Tal cisão no plano teórico teve peso nas pesquisas científicas que viriam a surgir, fortemente marcadas por divisões e oposições como entre a dimensão interna e externa do indivíduo, entre corpo e alma, entre cultura e natureza, entre existência *material* e *espiritual* (MERLEAU-PONTY, 1999).

Este aparente sucesso das ciências da natureza em descrever o universo, associado ao novo alcance que vinham alcançando as sociedades geográficas permitiram o retorno de uma Geografia, inicialmente preocupada com os aspectos físicos da Terra, por volta do final do século XVIII (MOREIRA, 2012). Uma ênfase cultural na Geografia iria surgir não muito

tempo depois, na esteira de debates sobre a natureza humana e a influência do ambiente, que ganham espaço a partir do Iluminismo e do darwinismo (CLAVAL, 1999). Eventualmente, geógrafos passaram a produzir novos estudos, desta vez buscando pensar leis gerais para o funcionamento da sociedade, sobretudo, quais seriam as influências do meio sobre o desenvolvimento da cultura e da espécie humana (CLAVAL, 2011). Tendo em vista estes elementos, embora trate-se de um movimento muito mais amplo e heterogêneo do que representam os autores em questão, não deixa de ser interessante e produtiva uma breve retomada das principais ideias de cultura veiculadas no contexto da Geografia Tradicional contextualizando com maior clareza os debates que vem a definir esse cenário atualmente.

O interesse em desenvolver uma *geografia humana ou cultural* aparece pela primeira vez com centralidade nos trabalhos do alemão Friedrich Ratzel, e em parte influenciado pelo seu fascínio pelo darwinismo daquele séc. XIX, constatou que a Geografia devia se preocupar em estudar como cada sociedade demandaria e administraria o uso de uma porção de solo, onde encontrariam os recursos de que precisam. Assim como no caso das outras espécies, o autor defendia que a chave para pensar uma *evolução* dos grupos humanos também poderia ser encontrada nesta relação básica, entre o ser vivo e seu *habitat* (CLAVAL, 1999). Segundo Arcassa (2017, p. 105), Ratzel colocava o Estado moderno como o estágio mais *avançado* das formas sociais, e dessa forma, distinguia grupos humanos entre bárbaros e civilizados, ou em suas palavras, *povos de natureza* e *povos de cultura*. O autor defendia que a suscetibilidade dos primeiros às *influências do ambiente* justifica seu suposto *atraso* em relação aos demais, que poderiam *isolar-se* dessas condições através de sua organização política e social. Contudo, Ratzel mais tarde deslocaria suas preocupações para dinâmicas de caráter mais político do espaço, colocando assim o debate da cultura em segundo plano (CLAVAL, 1999).

Já ao início do século XX, as ideias de Ratzel encontrariam oposição na figura do francês Vidal de La Blache, ao defender que povos não estão meramente sujeitos às influências ambientais, mas, ao invés disso, desenvolvem estratégias ao longo do tempo para amenizar seus efeitos negativos e tirar melhor proveito dos recursos que encontram disponíveis em sua região (CLAVAL, 2011). Na esteira de suas formulações, Gomes (1995) descreve, na França, o surgimento de uma série de trabalhos que seguiam mais ou menos o mesmo esquema analítico, uma descrição dos elementos físicos, seguida por uma caracterização demográfica e histórica, em que o principal objetivo era o de encontrar uma personalidade original e única para aquele lugar. Embora em certa medida buscasse estabelecer uma *identidade cultural* para os lugares, La Blache o fazia a partir do conceito de

gênero de vida, e da ideia de uma unidade regional entre os elementos físicos e demográficos, dedicando dessa forma poucos escritos propriamente direcionados à ideia de cultura.

Por causa desses descaminhos que, de acordo com Claval (1999), o projeto de uma Geografia da cultura teria sido completamente esquecido, se não fosse o trabalho do geógrafo norte-americano Carl Ortwin Sauer, e o conseqüente movimento da Geografia Cultural e a Escola de Berkeley, na primeira metade do século XX. Conforme observa Gomes (1996), Sauer viveu num ambiente acadêmico agitado pelas descobertas da antropologia, e defendeu a incorporação da ideia de cultura como central na Geografia, sugerindo um método de análise que buscava revelar o processo de transformação da paisagem, num processo que partia do natural para alcançar o cultural. Na perspectiva de Claval (1999), Sauer adotou uma concepção muito parecida daquela mobilizada pela escola alemã, em que a cultura se restringia às técnicas e às formas materiais, excluindo portanto dimensões subjetivas e psicológicas. Contudo, também foi além de seus antecessores em muitos aspectos, como por exemplo, ao incluir as associações de plantas e animais como elementos da transformação humana na paisagem, e como em suas críticas à modernidade e seus efeitos ambientais, que resultaram na valorização de povos e paisagens rurais (CLAVAL, 1999).

Na Geografia Cultural de Sauer, embora o trabalho humano fosse reconhecido como um agente de transformação, o corpo surgia quase como um elemento passivo, amorfo, um aparelho implícito, envolvido na transformação material do espaço, um instrumento da razão, um receptáculo para estas *forças* que pareciam produzir aquela necessidade de trabalho. Segundo Henriques (2007), o ser humano e suas práticas eram traduzidas e incorporadas em outras escalas, como no estudo das paisagens, posicionando o corpo como determinado ou condicionado pela influência de tais *instâncias*, como na articulação entre as já discutidas concepções de Natureza e Cultura. Nesse mesmo sentido, as análises regionais e a busca pelos *gêneros de vida* também se viram afetadas por esta omissão do corpo, uma vez que o mesmo funcionava apenas como um elo implícito e genérico entre o espaço e a civilização (HENRIQUES, 2007). É dessa forma que, com base na noção de paisagem, Azevedo (2009, p. 33-34) afirma que essa Geografia *descorporizada* teve por conseqüência o esvaziamento de suas concepções de espaço:

Activando respostas estéticas e científicas, assim como éticas e emotivas, a moderna ideia de paisagem activou uma arena de negociação cultural das relações entre ser humano e território promovidas por um crescente conjunto de fragmentos representacionais (pictóricos e verbais, entre outros). Apesar da descontinuidade e da heterogeneidade das suas manifestações, tais geografias imaginativas vieram

robustecer a superfície de visualização que mediava a relação entre sujeito e objecto, afirmando a convicção num espaço homogéneo e absoluto, a ilusão de um espaço transparente independente dos diferentes corpos e sujeitos.

Nesse sentido, de acordo com Claval (2011), quando a noção de cultura é propriamente incorporada à Geografia, ela aparece como uma realidade quase a parte da sociedade, vinculada sobretudo aos aspectos materiais e visuais dessas populações. Geógrafos perceberam que, até então, tiveram dificuldade em teorizar uma presença humana no espaço, e na busca por representar aquela relação entre homem e meio, entre cultura e natureza, conceberam os grupos sociais como fragmentados, e pior de tudo, comparados a partir de seu próprio desenvolvimento no espaço (GOMES, 1996). Nesse sentido, autores como Duncan (2002), Cosgrove (1998) e Pedrosa (2016) costumam caracterizar a Geografia Cultural praticada até a metade do século XX como orientada por uma concepção supra orgânica de cultura, ou seja, que existe independentemente das crenças ou dos próprios indivíduos que a põe em prática, e funciona de acordo com regras arbitrárias, estabelecidas previamente por aquela comunidade científica.

Com as transformações que se consolidaram no pós-guerra e na década de 1950, muitos passaram a questionar a associação cada vez mais clara entre a produção do conhecimento e as consequências devastadoras causadas pelo imperialismo dos grandes Estados. Esse movimento teve, sem dúvida, uma série de expoentes e direções distintas, e que em última medida viriam a definir seus caminhos futuros. Em 1957, por exemplo, Monbeig (2017, p. 50) já alertava geógrafos sobre a tendência de dar uma atenção exacerbada à técnica e ao comportamento material dos grupos, deixando completamente de lado suas ideias e “modos de pensar”.

Embora não fossem tão direcionadas à Geografia Cultural, estes pesquisadores preocupados com a cultura na Geografia também sentiram a necessidade de mudanças e reformulações epistemológicas. Segundo Claval (2011, p. 259), isso também reflete uma transformação mais ampla no mundo, em que as sociedades cada vez menos refletem “o peso dos condicionantes naturais”, as limitações dos modelos tradicionais tornaram-se evidentes, e já parecia não fazer mais sentido explicar as diferenças culturais apenas por meio de suas expressões materiais. Por essas e outras razões que, entre o final de 1960 e o início de 1970, Claval (2011) relata já perceber um enfraquecimento das correntes estabelecidas no interior da disciplina, sobretudo na chamada Geografia Humana.

Para Almeida (2013) e Pedrosa (2016), esta retomada da Geografia Cultural, que aconteceu com mais força ao longo da década de 1980, representou uma reformulação epistemológica necessária para o campo, trazendo fôlego para muitos pesquisadores que se encontravam insatisfeitos com os modelos e parâmetros da Nova Geografia, e inclusive, dá ainda recém surgida Geografia Crítica. Essa retomada se deu sobretudo em torno de uma nova conceituação de cultura, que representava uma preocupação com as maneiras que significados são socialmente construídos em torno do espaço. Para estes autores, a cultura deve ser historicizada e especializada, perdendo o seu caráter homogêneo e ahistórico.

Com estes e outros debates, a *cultura* tem sido definida cada vez mais como um conjunto de práticas e significados ou, nas palavras de Hall (2016, p. 20): "Basicamente, a cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos, o compartilhamento de significados entre os membros de um grupo ou da sociedade". Dessa maneira, a cultura deixa de ser enxergada como um fator explicativo residual e à parte da sociedade, e passa a ser enxergada como indissociável de outras investigações do espaço, como nos estudos urbanos, econômicos e históricos no interior da Geografia. Nas palavras de Almeida (2013, p. 50)

A investigação de múltiplos discursos acerca de lugar e identidade, revela os antes ignorados sentidos de lugar e visões das paisagens construídas mais pelos destituídos do que pelos possuidores. Crescem os estudos sobre o "outro", a alteridade. Incorporam-se estudos sobre as maneiras como a representação simbólica de paisagem reflete relações de poder. Emergem, entre as mulheres, críticas sobre a validade das representações do mundo feitas só pelos homens. É pelas questões fundamentais que a geografia cultural aponta que a mesma adquire pertinência em alguns domínios. Questões acerca de significados, representações, a elaboração de um sentido próprio baseado em lugar nas sociedades multiculturais são, atualmente, um foco unificador em geografia cultural.

Gupta e Ferguson (2000) afirmam que, historicamente, foi concebido um suposto isomorfismo entre espaço, lugar e cultura, que identifica suas diferenças culturais como associadas àquele território. Os autores (2000) entendem que, na maioria dos casos, o conceito de espaço foi pensado como um certo princípio organizador para as Ciências Sociais, uma verdadeira grade neutra onde os povos desenvolvem suas culturas e *inscrevem* estruturas coletivas. Em outras palavras, é comum que as culturas sejam identificadas com os lugares que esses grupos ocupam, e até mesmo com os Estados-Nação em que constituem, como no caso da cultura indiana, brasileira ou alemã, por exemplo.

Contudo, esses pressupostos fazem emergir uma série de questões, que tornam a sua defesa, no mínimo, problemática. O que dizer da população que habita as fronteiras entre

esses espaços? Ou dos grupos que são forçados a deixar permanentemente sua região de origem? Ou ainda, como pensar a diferença cultural dentro de um mesmo povo ou território? (GUPTA; FERGUSON, 2000). Desse modo, com base em Claval (2008b), Almeida (2013, p. 42) discute efeitos das chamadas *viradas* ou *giros* nas ciências sociais, destacando três principais:

[A] virada linguística, que não concede mais primazia à realidade e ressalta a análise do pesquisador a partir da palavra e das imagens; o giro espacial da sociologia, que de uma esfera conceitual e abstrata reforça a existência das sociedades em espaços e lugares concretos; e o giro cultural da geografia humana, que enfatiza os processos sociais, econômicos e políticos como dependentes das culturas onde eles ocorrem.

Esse interesse renovado pelas imagens e pelo imaginário também deslocou a atenção de muitos pesquisadores para o papel das mídias, das artes e dos discursos, que passam a configurar elementos de interesse para Geografia (CLAVAL, 1999). Conforme aponta Rosendahl (2002, p. 31), com o surgimento dessa nova visão interpretativa da cultura, “[à] dimensão de classe social do marxismo, a nova visão de linha fenomenológica acrescenta outras formas de diferença social: gênero, etário, etnicidade, regionalismo, religião etc.” Conforme sublinha Hall (2000), com a modernidade, a identidade cultural tem tornado-se fragmentada e aberta, revelando um sujeito marcado por múltiplas formas de identificação, ultrapassando compreensões restritas à classe social.

Corrêa (2007) entende que as dinâmicas culturais representam um dos principais fundamentos da relação entre sociedade e natureza, dizendo respeito a coisas ordinárias, para não dizer banais, que são apreendidas e reproduzidas dia-a-dia. Com esse movimento, a comunicação, a linguagem e as representações passam a ser identificadas como importantes campos de disputa de significados, do qual a ação humana no espaço se vê intrinsecamente conectada. A cultura como criação revela a possibilidade de serem estudados temas amplos, que vão desde a culinária, a música e a arquitetura até os estudos de gênero, do mundo do trabalho, das identidades regionais e nacionais, as toponímias e assim por diante.

Para Scott (2004), novamente, isso implica que a cultura deixa de ser vista como um conjunto de objetos, e passa a ser entendido como um processo, que revela contradições e conflitos numa constante construção. Tais críticas afirmam que o conhecimento e as representações do mundo são necessariamente situadas e que sempre se fala de uma posição social e de uma perspectiva específica. Da mesma forma, a cultura já não é homogênea e estável, e o pesquisador não é mais visto como detentor de uma perspectiva *privilegiada*,

sendo que, na verdade, cada indivíduo se caracteriza por influências e posicionamentos distintos no interior de uma mesma cultura, num cenário em que são enfatizadas as interações, disputas, as permanências e as transformações sociais (CORRÊA, 2007). Corrêa (2007 a, p. 175) sintetiza a especificidade da Geografia Cultural contemporânea em cinco pontos:

A geografia cultural não tem um objeto empírico próprio, considera tanto o passado como o presente e o futuro, realiza estudos em várias escalas espaciais, tem uma inerente característica política e, especialmente, distingue-se por uma específica abordagem, focalizada na análise dos significados que os diversos grupos sociais atribuem, em seu processo de existência, aos objetos e ações em suas espaço temporalidades.

Segundo Scott (2004), muitos autores também têm chamado atenção para o perigo de uma concepção vaga para cultura, cuja abrangência é ampliada a tal ponto que o termo deixa de ter um significado. Nesse sentido, muitos defendem que a cultura seja pensada em conjunto com outras categorias que facilitam sua operação, sendo a Teoria das Representações Sociais (TRS) (MOSCOVICI, 2008) uma das mais mobilizadas. Autores como Thrift (2008) tem criticado uma ênfase exacerbada no papel das imagens e das representações, argumentando que permitem apenas uma perspectiva parcial do mundo. Segundo o autor (2008), a Geografia e Cultura devem ser pensadas também para além de seus aspectos representacionais, na medida em que elementos como afetos e memórias muitas vezes ultrapassam essa capacidade explicativa.

Dessa forma, assim como outras ciências sociais, a Geografia tem uma vasta tradição teórica em torno do conceito de cultura, sendo uma peça chave na maneira como as sociedades eram concebidas por cientistas. Ao longo das últimas décadas, a ciência geográfica tem sido capaz de produzir uma abordagem cultural renovada, atribuindo centralidade às mais diversas práticas e manifestações culturais, num cenário em que assumem cada vez mais importância para o estudo das dinâmicas espaciais da sociedade. Com base em uma diversidade de autores e métodos, tais estudos têm reunido uma multiplicidade de eventos e fenômenos, onde se enfatiza o impacto concreto das disputas simbólicas na construção do mundo tal como é, e sua possibilidade de reconhecimento como ferramenta para a construção de novas geografias. Por essa razão, o Cinema aparece como um campo em que significados e representações são disputadas, recriadas e lembradas, expressando parte desse movimento na cultura.

### 3.2. AS IMAGENS E O CINEMA COMO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Tendo em vista os parâmetros recém expostos da Nova Geografia Cultural, tem se presenciado um considerável número de pesquisadores interessados em lançar novos olhares às práticas cotidianas e suas formas simbólicas. Tem se tornado cada vez mais comum a afirmação de que os sujeitos sociais vivem hoje imersos em um mundo de imagens, sobretudo a partir da ampliação do acesso a aparelhos móveis e a internet. Com as mídias de massa e as redes sociais, as imagens têm assumido uma relevância singular, na medida em que cada vez mais reproduzem, veiculam e desafiam representações culturalmente hegemônicas. Em particular, o Cinema ainda se destaca como uma das formas artísticas de maior centralidade no mundo contemporâneo, representando uma forte expressão cultural de identidade, de discurso e de poder. Dessa forma, a presente seção irá contextualizar o uso de imagens por parte de geógrafos e buscar uma aprofundação do Cinema como elemento de pesquisa em Geografia.

Aumont (1993) entende que, na medida em que os olhos funcionam como uma das mais importantes mediações entre o indivíduo e o mundo em que está inserido, por meio da luz, as imagens surgem de uma operação essencial para os humanos. Para Sicard (2000, p. 27), visão e imagem se diferenciam por uma estética da percepção, enquanto a visão pode ser caracterizada como “um conjunto de traços, de cores ou de manchas, perceptíveis certamente, mas que não criam memória”, a imagem é entendida como revelando uma identidade, uma memorização, abrindo vias para uma interpretação. Nesse sentido, não é por acaso que as imagens funcionam quase como um universo à parte, aparecendo há milhares de anos como um dos elementos fundamentais para se pensar a comunicação, incorporando entidades em práticas religiosas, movimentando ideias no mundo da arte e produzindo evidências para a ciência.

Para Santaella (2020, p. 15), de maneira geral, o mundo das imagens pode ser pensado como dividido entre dois domínios, o das representações visuais ou materiais e as representações mentais ou imateriais. A primeira diz respeito a “desenhos, pinturas, gravuras, fotografias e as imagens cinematográficas, televisivas, holo e infográficas pertencem a esse domínio. Imagens, nesse sentido, são objetos materiais, signos que representam o nosso meio ambiente visual”. Já o segundo domínio “[...] é o domínio imaterial das imagens na nossa mente. Neste domínio, imagens aparecem como visões, fantasias, imaginações, esquemas, modelos ou, em geral, como representações mentais” (SANTAELLA, 2020, p. 15). Partindo

desse pressuposto, a imagem pode ser pensada como possuindo duas faces, que apontam para a diferença entre a percepção e a imaginação, por exemplo, na diferença entre o quadro da Monalisa, uma fotografia do quadro e sua menção em texto. Contudo, essa distinção é mais prática do que exata, conforme pontua a autora (2020, p. 15),

ambos os domínios da imagem não existem separados, pois estão inextricavelmente ligados já na sua gênese. Não há imagens como representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais.

Na perspectiva de Sicard (2000), as imagens materiais carregam consigo um paradoxo, ou pode-se dizer uma ambiguidade, que se revela no sentido de que a imagem é a um só tempo evento e registro, ou seja, é a maneira como se acessa e como se grava um acontecimento. Ainda segundo Aumont (1993), é através do uso da perspectiva que as imagens materiais tendem a projetar um espaço tridimensional para uma superfície ou plano bidimensional, sendo o espaço portanto um de seus elementos essenciais. Como representações do espaço, imagens permitem não apenas que frações desse espaço sejam registradas, recriadas ou ocultadas, mas também revela em última medida uma perspectiva, uma certa leitura desse espaço (AUMONT, 1993). De todo modo, é possível sintetizar a importância das imagens nesse momento a partir da colocação poética de Portugal (2019, p. 159):

Os alfabetos, as religiões e a história foram feitas com imagens. Todas as Idolatrias, Iconoclastias, Zoografias e Pornografias foram choques entre o mundo das imagens e o mundo dos humanos. Neste Mundo das Imagens, as imagens falam entre si, têm hierarquias e rivalidades, há heróis e vilões, multiplicam-se, têm ciclos de vida mais ou menos longos e há batalhas que provocam o desaparecimento de linhagens iconográficas completas. O relacionamento das imagens com o mundo dos humanos é uma guerra fria e apaixonada.

Tendo isso em vista, para Gomes e Berdoulay (2018), a investigação geográfica sempre esteve próxima do mundo das imagens, mesmo que muitas vezes seu uso fosse alvo de suspeitas e disputas. Segundo os autores (2018) houve inicialmente uma valorização da imagem na Geografia, como na obra de Ptolomeu, em que o autor defende que, assim como se conhece o universo a partir de sua imagem no céu, o mesmo deveria ser feito para se conhecer a Terra. Contudo, com as transformações oriundas do Renascimento, muitos passaram a entender os mapas e representações da antiguidade como alegóricas, criando uma tensão entre

o uso da imagem e do texto. Em certa medida, tais suspeitas ecoam a dicotomia em torno de noções filosóficas, como materialismo e idealismo, ou ainda, em torno da desconfiança dos sentidos e da divisão entre senso comum e ciência.

Na Europa, mais tarde, essa tensão entre imagem e texto daria origem a um processo de secularização da imagem, já que com o desenvolvimento da perspectiva, da ótica e da geometria analítica, o visual passou a ser examinado com modelos formais e matemáticos (GOMES; BERDOULAY, 2018). Com essa mudança, passaria haver na sociedade uma diferenciação cada vez mais marcada entre mapas, textos e imagens consideradas *científicas* e aquelas que não se encaixavam no modelo, subjugando assim a imagem ao raciocínio e a forma textual (GOMES; BERDOULAY, 2018). Era com a intenção de evitar essa rejeição que geógrafos e naturalistas, como Humboldt e Darwin, oscilaram em seus registros entre desenhos, pinturas e descrições minuciosas daquilo que viam, buscando conciliar a razão, a visualidade e o sentimento de apreciação que cultivavam pela Natureza. Em última medida, isso contribuiu para que as imagens produzidas pela geografia e outras ciências no século XIX e XX fossem naturalizadas em boa parte da sociedade, conforme pontua Azevedo (2009, p. 34)

Entendidas como imagens credíveis do mundo físico ou como relíquias de lugares que pontuam um retrato pitoresco ou sublime do mundo, as representações espaciais puseram o observador em contacto com o território construído forjado pela acção de um imaginário geográfico dominante, um espaço cultural profundo que a viagem, o movimento e as tecnologias especializadas na produção da ilusão do real nutriram avidamente. Subjacente a este espaço, está o desejo de tomar posse implicado nas inúmeras estratégias de visualização e aparatos tecnológicos para reprodução de imagens.

Com isso, é possível afirmar que até meados da década de 1960, geógrafos estavam pouco atentos a este carácter político de suas imagens, e, inicialmente, pouco se preocuparam em adotar posturas mais críticas acerca da relação entre o real e a forma que o representavam. Também já foi discutida na seção anterior aquilo que muitos entenderam como uma atenção exacerbada dada na Geografia ao pitoresco e ao curioso para se descrever o Outro e sua relação com o lugar (CLAVAL, 2011). Com o movimento da Geografia Crítica na década de 1970, viu-se que as imagens produzidas pela ciência serviam um propósito prático e ideológico, legitimando ações políticas e dominação frente a outros povos. Os espaços descritos como fatias comparadas e hierarquizadas são vistas como reforçando aquilo que Moraes (2005) entende como ideologias geográficas, que dividem o mapa do mundo entre

*Primeiro e Terceiro Mundo*, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, etc. Conforme destaca Azevedo (2009, p. 39), a postura da vertente crítica em direção às imagens naturalizadas pela Geografia produziram um grande avanço, na medida em que

[...] as representações de espaço são concebidas como o domínio simbólico do espaço do capital. A relação entre este tipo de espaço e a formação de uma superfície de visualização em torno da qual se estruturam as relações entre o ser humano e o território remete para a conexão entre os regimes de poder, verdade e conhecimento que se organizaram durante o período moderno.

No entanto, a partir de tais abordagens, foi renovada uma postura suspeita em direção às imagens e as representações como um todo, muitas vezes vistas como *falsificadas*, ocultando uma realidade escondida por trás delas (GOMES; BERDOULAY, 2018). Dessa maneira, conforme pontuam os autores (2018), a retomada das imagens na Geografia tem sido feita somente a partir da valorização da experiência, sobretudo a partir de estudos ambientais. De maneira geral, Gomes e Berdoulay (2018, p. 365) criticam esforços de tradução do universo das imagens por parte muitos geógrafos, na medida em que “tudo podia ser interpretado como um texto, a paisagem, a vida regional, os jardins, a cidade ou, em resumo, a organização do espaço em geral”, criticando uma dicotomia entre imagem e realidade, que deve ser superada em favor de uma perspectiva que reconheça seu valor constitutivo.

Certamente, o reconhecimento e a valorização do papel das imagens em geral no âmbito acadêmico ao longo das últimas décadas refletem o reconhecimento de profundas transformações nas relações entre sociedade e imagem. Para Name (2013), partindo da discussão de Walter Benjamin (2011), a criação da fotografia foi um ponto chave nessa profunda transformação na sociedade, não apenas pelo seu realismo, mas sobretudo pela sua reprodutibilidade técnica. Historicamente, a possibilidade de produção e reprodução de imagens e objetos artísticos foram limitadas pela habilidade humana, pelo tempo e pelo trabalho envolvido no processo, o que tornava cada obra única e autêntica, sendo contemplada apenas em sua presença (NAME, 2013). A fotografia muda este cenário, e uma mesma obra de arte pode ser objeto de inúmeras reproduções, e ser simultaneamente observada sem qualquer ligação com o contexto socioespacial que surgiu. No final do século XIX, a criação da câmera escura iria praticamente desvincular a produção visual do gesto humano, agora preocupado apenas com os parâmetros de registro. Para o autor (2011), essa transformação é perceptível sobretudo na relação com as obras de arte, a *aura* presente na sua originalidade e unicidade parece perdida em meio uma infinidade de fotografias e reproduções.

Tal como a fotografia, o Cinema surgiu entre as tecnologias de captura, representação e transmissão de informações desenvolvidas na segunda metade do século XIX, e que viriam a impactar drasticamente a vida cotidiana ao longo dos próximos séculos. Quando, no início do séc. XX, o crítico italiano Ricciotto Canudo sugere a *promoção* do Cinema para sétima arte, era com base no argumento de que possibilita a síntese de outras artes (COVALESKI, 2012). Em sua visão, o Cinema merecia um lugar de prestígio, uma vez que através dele tornava-se possível contemplar outras formas artísticas, a arquitetura, pintura, a música, a literatura, etc. Naquele período, uma defesa semelhante foi feita por Mário de Andrade em sua primeira revista de arte moderna, intitulada Klaxon. “Para Klaxon, o cinema é a morte do enfadonho, do palavrório sem ação e do sentimentalismo lacrimoso. Ele é harmônico com a época, era do riso, da sinceridade, da alegria e da velocidade, da rapidez de raciocínio e das associações de ideias” (XAVIER, 2017, s. n.). Nesse sentido, pode-se afirmar que a criação do Cinema como forma de entretenimento de massas veio ao encontro de uma demanda por lazer de uma crescente população urbana.

De todo modo, é possível retomar o debate em torno da Cultura e a valorização da experiência da vida cotidiana como elementos para pensar as possíveis relações entre Geografia e Cinema. Conforme apresentado brevemente na introdução, geógrafos têm demonstrado interesse em estudar o Cinema partindo de três principais concepções para a relação entre as imagens e a realidade social. Tem-se uma primeira perspectiva, inspirada numa interpretação *realista*, uma segunda perspectiva, inspirada no debate da ideologia e da *economia política*, e por fim, uma terceira perspectiva, com alvo numa abordagem *anti-essencialista* (AITKEN, DIXON, 2006).

No momento em que a obra foi produzida, após mais de uma década de políticas públicas voltadas à redução da pobreza e construção da cidadania de uma maneira ampla na sociedade brasileira, a ex-presidenta Dilma Rousseff assumiu seu segundo mandato num cenário político conturbado, com uma forte oposição dentro e fora do governo, e que culminou na deflagração de seu processo de *impeachment* no início de dezembro. Mesmo sem nenhuma evidência de crimes ou irregularidades, Dilma foi deposta pelo Congresso em maio de 2016, naquilo que muitos caracterizam como um golpe que buscava a ruptura institucional. Conforme pontua Piccolotto (2020), o novo governo formado em torno de Michel Temer buscou construir uma coalizão em torno dos interesses da classe empresarial e financeira, pautando reformas de caráter neoliberal, sobretudo no mundo do trabalho. Nesse sentido, conforme explora a pesquisa de Gothardo (2017), afirma-se que a tensão construída na

narrativa do filme pode funcionar como uma representação das relações sociais, como um documento de uma época, traduzindo para uma esfera privada e subjetiva parte do contexto político que se formava no Brasil em meados de 2015.

Conforme destaca Fioravante (2016), os primeiros usos da linguagem cinematográfica por parte de geógrafos enfatizavam o seu realismo e se voltavam sobretudo ao esforço de ensino. No início do século XX, devido à importância atribuída à observação do espaço concreto e aos trabalhos de campo, certos geógrafos reconheceram nas imagens em movimento uma possibilidade de agilizar os processos de obtenção e descrição de informações, agora facilmente reproduzidas tal qual no momento da gravação. Certamente, se colocado ao lado de outras formas artísticas estabelecidas, seu realismo é um elemento marcante e evidente, e que tem sido presente nas suas caracterizações (XAVIER, 2017). No entanto, Orueta (2009) entende que, embora o Cinema surja como um desenvolvimento tecnológico e científico, visto como uma reprodução objetiva da visão humana, logo esse formato passaria a conviver com modelos mais ficcionais e voltadas ao público comercial, que passam a explorar sua linguagem artística. Dessa forma, ao longo do século XX, filmes passaram a ser vistos cada vez mais como obras autorais, e seu sentido traduzia as ambições e intenções particulares de seus criadores, gerando abordagens que vão além do realismo.

Como no caso da Escola de Frankfurt, surgiram ao longo do século XX diversas reflexões fundamentadas no materialismo histórico, que passaram a reconhecer o Cinema como parte de uma indústria cultural em formação, voltada para ocultar e deturpar a realidade. Conforme afirma Macedo (2016), no Brasil em particular, empregadas domésticas são retratadas na maioria das vezes como personagens secundários, sem dramas próprios e que pouco acrescentam à trama, sendo lhes delegada apenas a função de servir aos patrões ou observar e reagir aos acontecimentos da história. No Cinema, empregadas são uma presença consistente sobretudo nas comédias, nas quais segundo Schvarzman (2018, s.n.), [...] persiste e se atualiza o amistoso e naturalizado lugar subalterno dos negros e dos trabalhadores em geral, das empregadas domésticas, em particular. A empregada é motivo de riso por sua ignorância, pela posição social inferior [...].

Em sua tese de doutorado, Sangion (2011, p. 285) analisa o impacto da inserção da Globo no mercado de cinema nacional, afirmando, “apenas os filmes que conseguem associar-se às mega corporações do entretenimento e à Rede Globo, por meio da Globo Filmes, podem ser competitivos”. Nesse sentido, a influência exercida pela instituição na indústria cinematográfica é forte, tendo em vista sua diversa capilaridade regional em

inúmeras plataformas. É notável o papel chave ocupado pela Globo Filmes no cenário de lançamento e distribuição das obras em grande parte do mercado nacional. Na grande maioria dos casos, é somente com o envolvimento de grandes corporações que tais obras têm sido capazes de aglutinar um grande público.

Dessa forma, por outra perspectiva, filmes como *Que Horas Ela Volta?* (2015) podem ser pensados como representações contra hegemônicas, uma vez que desafiam discursos e narrativas ainda muito presentes em mídias de maior circulação, ao construírem histórias protagonizadas por trabalhadores. No entanto, conforme colocam Aitken e Dixon (2006, p. 328, tradução nossa<sup>7</sup>), autores têm buscado uma aproximação cada vez maior entre o Cinema e a experiência no cotidiano, “para que nossos estudos não sejam apenas sobre representações fílmicas do espaço, mas também sobre as condições materiais da experiência vivida e do cotidiano das práticas sociais”. Com isso, é possível destacar com especial relevância trabalhos que reconhecem o caráter histórico e relativo da recepção de obras cinematográficas, e, partindo de uma abordagem anti-essencialista, reconhecendo o Cinema como constitutivo de práticas e do imaginário social.

Em sua tese de doutorado, intitulada *Geografia e cinema: a produção cinematográfica e a construção do conhecimento geográfico* (2016), Karina Eugenia Fioravante busca identificar as principais temáticas em que esse objeto é abordado. Segundo a autora, é possível classificar o interesse de geógrafos no Cinema em quatro eixos temáticos, sendo elas focadas no Ensino de Geografia, na Indústria Cinematográfica, na Geopolítica do Cinema e Geografia, Humanismo e Representações Cinemáticas. Fioravante (2016, p. 226) pontua que, apesar da consolidação do objeto quase estruturar um novo campo independente, Geografia e Cinema, suas produções brasileiras se parecem mais com uma “Geografia Fílmica”. Isso porque, de maneira geral, as abordagens do objeto no país restringem-se a uma interpretação visual do cinema, o entendendo apenas como produção de imagens em movimento, o que aparece como uma limitação para a autora. Segundo Fioravante (2016, p. 227), nos trabalhos de língua inglesa, abordagens podem ser tanto visuais como materiais, na medida em também compreendem processos econômicos e impactos espaciais da produção cinematográfica.

Dessa forma, para Fioravante (2016), pesquisas e textos em Geografia que trazem um enfoque no Cinema têm sido caracterizados no Brasil pelo uso do aporte teórico da Nova Geografia Cultural, tendo produzido uma releitura de conceitos clássicos da ciência, como

---

<sup>7</sup> No original, “so that our studies are not only about filmic representations of space but are also about the material conditions of lived experience and everyday social practices.”

espaço, paisagem e lugar. Com base na autora (2016), pode se destacar a aproximação que tem sido feita entre o conceito de paisagem e a composição do *frame*, que corresponderia, nesse sentido, aos locais de gravação de uma determinada obra. No entanto, a imagem no Cinema deve ser diferenciada da paisagem, sobretudo, por existir a partir da intenção e da manipulação dos movimentos de câmera.

A paisagem fílmica é vista como a menor unidade de formação do espaço fílmico, sendo abordada em tais estudos a partir de seis eixos: como um *espaço*, e, portanto, criando uma área e permitindo a ação; como um *lugar*, envolvendo um sentido de pertencimento ou de particularidade daquele espaço; como um *espetáculo*, pensando a paisagem como um apelo visual, como imagens fantásticas e deslumbrantes; como uma *metáfora*, envolvendo características sociais, subjetivas e simbólicas; como *trabalho e função*, ou seja, como um produto das ações, mas ao mesmo tempo uma função, que atua como agente social; e por fim, a paisagem como *meio*, permitindo que sejam observadas ações e práticas sociais, talvez a mais popular das abordagens. Dessa forma, se afirma que a mobilização do conceito não se reduz à paisagem como reflexo ou apenas expressão do local de filmagem, mas uma paisagem constitutiva do processo de produção do espaço.

No que se refere ao espaço, é possível distinguir três tipos distintos de caracterizações a partir do estudo de obras cinematográficas, e que remetem de certa forma à uma questão de escala, sendo estes: o espaço cinemático, o espaço fílmico e o espaço narrativo (FIORAVANTE, 2016). De maneira geral, o espaço cinemático se refere ao conjunto de práticas da indústria cinematográfica, contendo não apenas o que é visualizado em tela, mas também elementos que se referem a pré-produção, produção, pós-produção e distribuição das obras. Já o espaço narrativo, seguindo Heath (1976), se refere ao espaço construído de aspectos visíveis na tela, e que, portanto, é revelado ao longo da trama. Conforme aponta Xavier (1977), esse espaço narrativo nem sempre foi da mesma maneira, tendo, ao longo do século XX, se transformado inúmeras vezes pelas mudanças técnicas de filmagem e de deslocamento de câmera. Por fim, Fioravante (2016) também pontua a ideia do espaço fílmico, que parece se relacionar com um espaço concebido mentalmente a partir do espaço narrativo, mas que não chega a se “materializar” na tela. Nesse sentido, se refere à *suspensão de descrença*, quando o espectador a partir do personagem, ainda que sempre de uma maneira polissêmica, constrói uma certa noção de espaço (COSTA, 2009).

No entanto, tendo em vista o objetivo e a construção teórica desta pesquisa, o conceito mais adequado para se pensar a recepção do Cinema é o de lugar cinemático. Com base em

Orueta (2013), Fioravante (2018) sintetiza as características do lugar geográfico e do lugar cinematográfico: enquanto o primeiro é apreendido de maneira livre e voluntária, a partir da presença real do corpo e da mediação dos sentidos como um todo, o segundo se faz real partindo apenas da visão e da audição, da mera representação do real conduzida pela intenção do diretor. Da mesma forma, o lugar fora da tela é espaço de vivência e identificação, é único e sem quaisquer limites definidos, enquanto no Cinema, a produção do lugar é limitada pelo espaço em tela, facilmente replicado e reproduzido, marcado pela artificialidade de sua criação (FIORAVANTE, 2018). Ainda segundo a autora (2018), o conceito de lugar fílmico ainda não foi explorado à exaustão, sendo um tema em potencial para geógrafos interessados no Cinema. Costa (2009, p. 113) entende que:

O cinema — e a experiência que ele concede ao espectador — tanto influencia quanto reproduz sensações e sentimentos relacionados a uma geografia da experiência cotidiana do espaço e da paisagem. Se, por um lado, o *continuum* de espaço-tempo de um filme é singular e coerente dentro de sua construção narrativa codificada, não se pode negar que a experiência desse continuum por parte do espectador traduz uma experiência geográfica que, por mais que se distancie de visões, ideias e atitudes dadas em realidade e que acontecem no espaço concreto, permite — e entrega-se a elas — a própria experiência da paisagem e a subjetividade do espectador que permeia e confunde as duas formas de experiência.

Assim, tal qual discute Orueta (2013), defende-se que a proximidade entre a experiência humana do espaço e a de acompanhar uma obra cinematográfica coloca o cinema como um possível produtor de lugares e de experiências vividas. É possível destacar, conforme as palavras de Costa (2009, p. 113), que a forma de arte e representação contém “o potencial de estruturar geograficamente a paisagem e a experiência dos personagens e, por extensão, a vivência do espectador”. Ainda segundo a autora (2009, p. 113), “o filme passa, então, a constituir um espaço de representação com uma geografia própria, que surge e concretiza novas formas de visualização e de experiência”. Dessa forma, conforme será argumentado ao longo da próxima seção, ao abordar o cotidiano do trabalho doméstico remunerado e produzir uma identificação, o Cinema é capaz de dialogar com as representações sociais construídas pelas trabalhadoras com base em suas próprias experiências.

### 3.3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Certamente, há uma extensa literatura em torno do conceito de representação, que pode ser pensada inicialmente como uma (*re*)apresentação de algum objeto ou sujeito, já que

enquanto o objeto existe por si mesmo, uma representação apenas existe em relação ao objeto, evocando suas características e elementos. Representações, portanto, dizem respeito ao mundo das imagens, mas também da linguagem e do simbólico que as sociedades produzem e operacionalizam acerca de objetos, fenômenos e eventos, assumindo efeitos práticos na vida social. Tendo isso em vista, a partir de sua relevância para Geografia Cultural, será pensada brevemente nesta seção uma interface entre o Cinema, o conceito de representação e a Teoria das Representações Sociais (TRS).

Na perspectiva de Claval (2011) e Moscovici (2009), a própria maneira como nos relacionamos com a realidade material é por intermédio de representações. Para Hall (2016, p. 46), de maneira geral, são possíveis três abordagens para pensar a relação entre realidade e as representações: a reflexiva, que aponta para um significado inerente ao objeto representado; a intencional, que localiza o significado no sujeito ao confrontar a representação; e a construtivista, que encontra o significado na relação entre a cultura, o sujeito e o objeto. Para além de seu aspecto *reflexivo*, as representações aparecem como um elemento central na cultura, sendo as mediações entre o sujeito seu mundo social e material, envolvendo a um só tempo aspectos discursivos, estéticos, imaginários e práticos. Nesse sentido, Barbosa (2000, p. 73) questiona uma abordagem que dualize sujeito e objeto para pensar as representações:

A representação não é redutível ao objeto externo, assim como não é produto imediato da memória ou uma tradução mimética da experiência. A representação possui um caráter construtivo e autônomo que comporta a percepção/interpretação/reconstrução do objeto e a expressão do sujeito. A representação é uma criação, por isso, plena de historicidade no seu movimento de enunciar ou revelar pelo discurso e pela imagem o movimento do mundo.

Ao pensar a representação como situada e construída socialmente, o trabalho de Serge Moscovici (2008) a partir da Psicologia Social está entre as mais importantes e robustas referências. Conforme discute o autor (2008), sua concepção deriva da noção de representações coletivas, que, ao ser elaborada por Émile Durkheim, buscava definir ideias e crenças comuns à totalidade dos membros da sociedade. Para teoria de Moscovici (2008), as representações seguem outro caminho na esfera social, um caminho multifacetado, difuso e fraturado, trata-se um elemento que constitui toda linguagem e imagem, e permite uma comunicação entre membros de um grupo. Dessa maneira, a importância das representações encontra-se no fato de serem o próprio fundamento da relação entre sujeito, objeto, percepção e cognição.

Uma das questões que Moscovici (2008) busca responder com sua teoria é o porquê da criação das representações sociais, afirmando que elas têm por finalidade tornar familiares práticas, objetos e ações desconhecidas aos indivíduos, sendo estas ideias, atividades e ações que nos causam estranhamento, tensão ou perturbação. Da mesma forma, Moscovici (2008) reconhece que o não-familiar, ou seja, o desconhecido, pode ser assimilado e compor o nosso imaginário, modificando nossas crenças e comportamentos em direção aos objetos representados.

Segundo a TRS (2008), a familiarização da representação pode ser sintetizada em duas faces de um mesmo processo, sendo elas a ancoragem e a objetivação. Em sua teoria, a ancoragem diz respeito à memória, às representações tomadas como reais que definem uma relação com o mundo. De certa forma, a face interna da familiarização, onde buscamos, no nosso arcabouço, maneiras de compreender e ressignificar algo estranho, que nos causa tensão e nos intriga (MOSCOVICI, 2009). Isso acontece quando buscamos nesse objeto ou ideia estranhos uma categoria que pensamos ser apropriada, ou seja, encaixando o não-familiar num sistema de ideias e conceitos próprios do nosso universo consensual. (MOSCOVICI, 2009).

A objetivação, por sua vez, funciona como uma face externa desse mesmo processo, em que equiparamos uma ideia abstrata ou um conceito a um objeto, gesto ou imagem real, reproduzindo uma ideia em um ícone, criando assim uma ponte entre a não-familiaridade com a realidade (MOSCOVICI, 2009). Portanto, objetivar é descobrir a qualidade mais icônica de um conceito ou um ser impreciso e, por sua vez, reproduzir esta ideia em uma imagem. Moscovici (2009, p. 72), de forma didática, apresenta um exemplo de objetivação a partir ideia de Deus: “temos apenas de comparar Deus com um pai e o que era invisível, instantaneamente se toma visível em nossas mentes, como uma pessoa a quem nós podemos responder como tal”. Objetivar é comparar, tornar material algo imaterial e incompreendido (MOSCOVICI, 2009).

Sá (1998) diferencia a manifestação do fenômeno e o objeto construído para pesquisa, o primeiro é sempre mais complexo, e, a medida em que a teoria busca simplificar o processo a fim de explicá-lo, sua abordagem envolve uma inerente *tradução*. Conforme destaca Sá (1998), a definição do objeto na TRS envolve três decisões fundamentais, sendo elas: (1) a definição de um *objeto* em torno do qual a representação é construída, de uma maneira que essa representação seja *isolada* das próximas; (2) a determinação de um grupo, população ou extrato de indivíduos cujas manifestações discursivas e comportamentais serão analisadas; e

(3) a abrangência do *contexto sociocultural* que envolve sua manifestação, quais as “práticas específicas, redes de interação, instituições implicadas, comunicação de massa acessível, etc.” são levadas em consideração na sua formação e manutenção (SÁ, 1998, p. 25).

Embora Sá (2008) entenda as representações sociais como um fenômeno essencialmente moderno, a ideia de pensamento primitivo também ajuda a entender um dos elementos mais importantes de sua teoria. Para Moscovici (2008, p. 29) a busca pela familiarização se manifesta tanto no chamado pensamento primitivo quanto no pensamento científico, suas causas são “o medo instintivo do homem de poderes que ele não pode controlar e sua tentativa de poder compensar essa impotência imaginativamente”. Jodelet também discute sua importância na vida cotidiana (2001, p. 1):

Sempre necessitamos saber o que temos a ver com o mundo que nos cerca. É necessário ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que ele põe. Eis porquê construímos representações. E, da mesma forma que, ante as coisas, pessoas, eventos ou ideias, não somos equipados apenas com automatismos, igualmente não somos isolados em um vazio social: compartilhamos o mundo com outros, neles nos apoiamos — às vezes convergindo; outras, divergindo — para o compreender, o gerenciar ou o afrontar. Por isso as representações são sociais e são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la.

. Moscovici (2008) afirma que as representações eram divididas entre uma esfera sagrada, digna de respeito e admiração, e outra esfera profana, que correspondia às atividades humanas intencionais e triviais. Tratam-se de mundos separados e opostos, que, em última instância, por diferentes graus, acaba por definir o que está ao alcance ou não daquele grupo, o que é obra sua e obra alheia (MOSCOVICI, 2008). Na modernidade, essa distinção é abandonada, e dá lugar à separação no cotidiano entre o universo reificado e consensual, sendo o primeiro um mundo previsível, com instituições sólidas e consolidadas, enquanto o segundo diz respeito à vida cotidiana e às pessoas com que nela se relacionam. É nesse sentido que, segundo Gil Filho (2005, p. 58), a TRS mobiliza interesse de geógrafos de duas principais formas:

A primeira é relacionada às identidades sociais como resultado da imposição dos universos reificados sobre os consensuais das representações. A segunda é uma Geografia do Conhecimento banal que cada comunidade produz a partir da representação que cada grupo faz de si mesmo. Uma Geografia Cultural do mundo banal, da cultura cotidiana, do universo consensual impactada pelo universo reificado da ciência e da política. A primeira acena para uma Geografia Política das

representações centrada no conflito de identidades sociais e institucionais, a partir de um espaço de representação do poder. A segunda aponta para a consubstanciação simbólica do cotidiano modelado pela auto-imagem do grupo social e pelas convenções do senso comum.

Conforme Hall (2016), é comum para o pensamento humano recorrer a simplificações e classificações para lidar com as coisas do cotidiano. O estereótipo, segundo o autor, se distancia dessa simples classificação em três pontos: reduzindo, essencializando e naturalizando a ‘diferença’, sobretudo baseado na aparência dos corpos, e através do “fechamento e exclusão” (HALL, 2016, p. 192), ele fixa limites e exclui o que não lhe pertence. Por fim, o estereótipo tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder. Essa fixação de identidades, segundo Hall (2006), se torna possível graças ao surgimento da biologia darwiniana, momento em que a concepção de identidade se torna mais social, e muitos grupos passaram a ser concebidos com seus papéis definidos e fixos na hierarquia social. Não é por acaso que atrizes como Zezé Motta e Taís Araújo tem recusado papéis estereotipados e denunciado a força do racismo na indústria cultural brasileira, em que artistas negras são consistentemente contratadas para papéis secundários, subalternos e estereotipados (GRIJO, 2012). Da mesma forma, não é uma surpresa encontrar diversas representações estereotipadas de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, homossexuais, travestis, pobres, negros, moradores do campo, etc. Tendo isso em vista, é possível afirmar que uma representação baseada em estereótipos tende a enclausurar as perspectivas de identificação e manifestação dos sujeitos, já que define os parâmetros do que é aceitável ou não.

Portanto, sua influência na sociabilidade dos grupos é exercida, segundo Moscovici (2008, p. 36), devido às duas principais funções das representações em sua teoria, primeiro, pela sua capacidade de *convencionalizar* objetos, pessoas e eventos, lhes dando um modelo e um forma esperada, e segundo, pela sua força *prescritiva*, ao convencionar e determinar numa certa estrutura “o que deve ser pensado”. Já para Taveira (2010, p. 92), levando em consideração as contribuições de Sá (1998), as representações sociais cumprem uma série de outras funções:

A função de saber se refere ao fato de que as representações sociais permitem compreender, explicar e construir a realidade. A função de orientação por meio da qual guiamos e orientamos nossos comportamentos e, conseqüentemente, as práticas sociais, permite-nos antecipar e criar expectativas em relação a diversas situações e contextos sociais por meio das representações que criamos. A função identitária das representações permite que pessoas e grupos se situem e criem uma identidade social,

além de facilitar o controle social exercido pela coletividade sobre seus membros. Por último, reconhece-se também a função justificatória, porque as representações sociais permitem justificar nossas tomadas de posição e comportamentos perante os outros.

Para Sá (1998, p. 32), tem se observado que as representações sociais envolvem fatores tais como: “valores, modelos e invariantes culturais; comunicação interindividual, institucional e de massa; contexto ideológico e histórico; inserção social dos sujeitos, em termos de sua posição e filiação grupal; dinâmica das instituições e dos grupos pertinentes”, sendo sempre de alguma coisa (objeto) para um determinado grupo ou conjunto social (sujeito). Assim, também é possível se aproximar também do que Moscovici (2009, p. 46) entende por face icônica e face simbólica, ou em outras palavras, de que “a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem”. Dessa forma, é possível imaginar esse movimento como um pêndulo constante, em que dois lados se constituem de forma mútua. “Mas esta reprodução implica uma reacomodação de elementos, uma verdadeira reconstrução do dado ‘o objeto de representação’ em um contexto de valores, de noções e de regras dos quais ele se torna doravante solidário” (MOSCOVICI, 2009, p. 26). Com isso em mente, é possível traçar um paralelo entre duas formas distintas de representação já discutidas até aqui, a representação do espaço e do lugar como visualidade na obra cinematográfica e a representação social do trabalho doméstico, construída a partir do cotidiano das trabalhadoras. Grosseiramente, a primeira pode ser comparada com a noção de universo reificado, enquanto a segunda pensada como parte do universo consensual.

#### 3.4. O FILME *QUE HORAS ELA VOLTA?*

Tal qual se se constata no próprio processo de produção do espaço, o Cinema como linguagem artística tem sido, através de parte significativa de sua história, concebido a partir de perspectivas racializadas, masculinizadas e eurocêntricas, que privilegiam a representação de certas leituras da sociedade, em detrimento de outras. Ao longo das últimas décadas, sobretudo neste início de século XXI, sujeitos historicamente marginalizados têm conquistado maior voz e espaço no mercado cinematográfico, permitindo que exista uma certa renovação, e uma diversidade cada vez maior de histórias e perspectivas veiculadas nessa forma de arte. Tendo em vista o cenário descrito até aqui, especificamente, a precariedade presente no exercício do trabalho doméstico e o peso de desigualdades socioespaciais na manutenção de geografias injustas, esta seção busca ressaltar o filme *Que Horas Ela Volta?* (2015) como um

possível lugar de disputa de significados e de formação de consciência acerca do espaço na modernidade.

Figura 1 - Câmera do lado de dentro da cozinha acompanhando Val



Fonte: Fotograma de *Que horas ela volta?* (MUYLAERT, 2015)

Com roteiro e direção de Anna Muylaert, o filme gira em torno da história de Valdirene (Regina Casé), uma mãe que migra para São Paulo em busca de emprego, deixando a filha Jéssica (Camila Márdila) em Pernambuco para ser cuidada por familiares. Chegando na cidade, Val se torna babá, e mais tarde, trabalhadora doméstica, sempre prestando serviços a uma mesma família de classe média alta, e vivendo com eles num bairro nobre de São Paulo, o Morumbi. O conflito da história surge treze anos depois disso, no momento em que sua filha visita a mãe e a capital paulista para prestar vestibular para a FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), e que coincidentemente, era a mesma intenção de Fabinho (Michel Joelsas), filho único de José Carlos Bragança (Lourenço Mutarelli) e Bárbara Bragança (Karine Teles). Enquanto permanece na casa da família Bragança, o comportamento *inadequado* de Jessica passa a gerar um incômodo e revelar a ordem de classe que parecia estabelecida na casa, o que a leva a questionar a submissão da mãe e o preconceito implícito naquela relação.

Logo no início da trama, o espectador é introduzido a esta história seguindo o cotidiano num lugar específico, que é tido popularmente como um forte marcador de classe, e que mais tarde se transforma num significante importante para o enredo, a piscina. Na cena,

composta por um *shot* estático, Valdirene aparece ao lado da piscina cuidando de Fabinho, ainda criança. O menino a convida para se juntar a ele na água, e no entanto, Val recusa: “Eu nadar? *Xii*, e eu tenho maiô pra nadar?”. Sua recusa, mais tarde ficaria implícito, não deriva apenas da falta da vestimenta, mas do sentimento de não pertencimento, Val tinha clareza de que aquela porção de espaço não devia ser ocupada por ela.

De maneira geral, considerando o desfecho da narrativa, a expressão mais marcante da tônica dessa relação talvez seja o arco em torno do aparelho de café, que Val presenteia à Bárbara no dia de seu aniversário. As cenas em torno do objeto foram alvo de risos, e parecem representar um símbolo importante no decorrer da obra. Quando Val presenteia a patroa com o jogo de chá/café, o gesto parece vir de um lugar de inocência, de sinceridade e carinho por parte da personagem. Na Figura 1, quando Val resolve utilizar a prataria numa “ocasião importante”, Bárbara a chama de volta para cozinha, e pede para que sejam pegadas as louças sujas. Desse modo, antes da chegada de Jéssica, são diversos os momentos que colocam em evidência certas questões na relação entre a família Bragança e Val, como a intimidade, a proteção e o afeto direcionados a Fabinho, a preocupação com a medicação de Carlos, enquanto ao mesmo tempo, há pouca atenção à vida pessoal da empregada, a louça é deixada na frente da porta, a forma de gelo, os mosquitos atrapalham a noite toda no quarto, etc.

O filme surge num contexto histórico e geográfico muito particular do Cinema brasileiro, durante o período conhecido como *pós-retomada*. Com a pós-retomada, autores como Gomes (2018) apontam que nota-se um amadurecimento do mercado cinematográfico brasileiro, com o surgimento de obras muito lucrativas e que conquistaram o público. Nesta obra, Anna Muylaert (2015) revela uma atenção especial à composição do espaço social, ao enquadramento e ao movimento da câmera, revelando perspectivas ainda pouco conhecidas no Cinema. De modo geral, com exceção de algumas cenas, o filme se passa majoritariamente nos diversos cômodos e espaços residência da família Bragança, acompanhando a trajetória de Val enquanto exerce o seu trabalho na casa, como se observa na Figura 1, numa cena em que ocorre uma festa na sala.

Nota-se que, no pôster para divulgação (Figura 2), Val aparece sorrindo enquanto faz carinho em Fabinho, deitado em seu colo, numa imagem parece traduzir dois dos principais temas da obra, que não é apenas sobre a realidade do trabalho doméstico no Brasil, mas também sobre sua complexa relação com a maternidade. Seu título para o mercado de língua inglesa, *The Second Mother*, também vai ao encontro dessa questão, que parece ser muito cara ao filme, o distanciamento entre pais e filhos, e entre o trabalho e a vida pessoal de

trabalhadoras domésticas. Trata-se de uma contradição, gerada pela desigualdade nas tarefas de cuidado e pela grande quantidade de tempo geralmente despendida em busca de uma renda, enquanto buscam essa renda exercendo as atividades de cuidado na residência de terceiros, trabalhadoras domésticas deixam de poder cuidar de seus familiares adequadamente.

Figura 2 - Val fazendo carinho em Fabinho, no seu colo



Fonte: Pôster brasileiro do filme *Que horas ela volta?* (MUYLAERT, 2015).

Essa contradição em torno da maternidade também é reafirmada quando, logo na primeira cena da trama, enquanto confessa para Jéssica que sentia saudades suas pelo telefone, ou outra situação, quando a colega comenta sobre a dificuldade de criar sozinha o filho, que ela mimá com Mucilon. Esse momento costuma ser de muita preocupação para os pais, quando filhos estão prestes a alcançar a maioridade, concluir o ensino médio e prestar vestibular para ingressar em uma faculdade. Os treze anos que separam as primeiras e as últimas cenas de *Que Horas Ela Volta?* (2015) refletem um momento particular na história do Brasil, em que houve uma gestão pública relativamente preocupada com a redução da

desigualdade e a democratização de direitos garantidos pela Constituição de 1988, como a educação, a saúde, a moradia e o lazer.

Para a diretora (2019, s.n.), de certa forma, esse mérito reside na maneira como a história consegue atingir um público amplo, sendo ao mesmo tempo, íntima e específica, “[t]oda a questão do filme no Brasil é que ele deu um nome ao boi, que é a Jéssica. Ele foi nomeado. E as Jessicas se entenderam enquanto grupo, e o filme foi um espelho. A partir daí, usou-se esse nome, ‘Eu sou uma Jéssica’ [...]”. Mais do que isso, as cenas tem um ritmo lento, e permanecem a maior parte do tempo no espaço da cozinha, inclusive durante momentos que poderiam ser mais tensos, mas não são, como a discussão entre Bárbara e Fabinho, na sala.

Conforme colocado na introdução, a obra foi um dos principais destaques do cinema brasileiro entre os anos de 2015 e 2016, recebendo e sendo indicada a dezenas de premiações, e se tornando objeto de diversas reportagens, artigos e estudos científicos. Dessa forma, também é permeada pelo retrato de uma espacialidade que é muitas vezes vivida no trabalho doméstico, e que se revela inclusive no enquadramento das cenas, quase sempre acompanhando Val pelo seu dia-a-dia, na área de serviço, recolhendo copos e pratos pelos corredores, e nos cuidados da casa.

#### 4. CONTEXTUALIZAÇÃO E METODOLOGIA

É certo que, na busca por responder suas perguntas, cientistas têm se visto envolvidos em vastas tradições intelectuais, que definem quais investigações são possíveis e de interesse para a comunidade como um todo. Uma das presunções mais presentes nesta tradição tem sido, de fato, de que há uma *verdade* no mundo e ela pode ser desvendada pela investigação, sobretudo com base no método. No entanto, existem discordâncias em torno das maneiras como essa *verdade* deve ser alcançada pelo cientista, daí a ênfase no método, no caminho procedido entre a realidade investigada e o conhecimento que a mesma representa. Neste segundo capítulo, o objetivo é expor alguns os principais parâmetros teóricos deste trabalho e algumas das maneiras que estes dialogam com outros trabalhos semelhantes. Encontra-se estruturado em três seções, envolvendo uma breve contextualização do método, uma revisão sobre a formação socioespacial de Concórdia e os passos realizados no planejamento e execução do grupo focal.

Conforme afirmam Sposito (2003) e Santos (1985), o método científico foi pensado tendo como base uma doutrina positivista, com ênfase na racionalidade e no rigor matemático, em que o método se pretendia como universal a todas investigações. Os procedimentos buscavam, justamente, afastar a subjetividade do pesquisador, e nesse sentido, retomavam uma antiga dicotomia filosófica entre sujeito e objeto, porém dessa vez assumindo um caráter estrutural para ciência, na medida que foi incorporada na própria concepção do método. Uma vez que sinaliza a prevalência do objeto em relação ao sujeito pesquisador, o método hipotético-dedutivo coloca ênfase na evidência, na observação e na coleta de dados quantitativos, além da busca por leis que possam ser generalizadas (SPOSITO, 2003).

Certamente, ao preocupar-se com uma busca pela ordem e pela causalidade nos movimentos da Natureza, a doutrina positivista trouxe um progresso inédito para as possibilidades humanas na compreensão e na transformação de seu espaço. Porém, entre os séculos XVII e XVIII, diversos autores buscaram adaptar e conformar o método ao estudo da sociedade, posicionando o ser humano no lugar do objeto, o que resultou num ocultamento das dimensões subjetivas da pesquisa social (SANTOS, 1985). No que preocupa pesquisadores da Geografia, Sposito (2003) trata das especificidades do método dialético e do fenomenológico-hermenêutico.

De início, sabe-se que a dialética é uma ideia antiga, e que perpassa debates desenvolvidos em uma série de escolas filosóficas, e só seria transformada em método

científico a partir das formulações de Hegel e suas releituras em Marx. De uma maneira abreviada, Hegel pensava na dialética como o movimento entre tese e antítese, num processo de aperfeiçoamento e evolução da razão, das ideias e do Espírito, enquanto Marx buscou a entender a dialética como o processo histórico de formação da natureza e da sociedade (MARTINS, 1996). Conforme menciona Sposito (2003, p. 45), a dialética pode ser expressa por meio de três leis fundamentais, sendo elas: (1) a transformação da quantidade em qualidade e vice versa; (2) a unidade e interpenetração dos contrários, e (3) a negação da negação. Nesse sentido, elementos até então colocados em oposição pela racionalidade científica são vistos como plenamente envolvidos em sua mútua constituição, sempre em movimento e em contradição interna, além de rejeição de dicotomias como sujeito/objeto, sociedade/natureza, corpo/espírito, etc.

Já o chamado método fenomenológico-hermenêutico pode ser pensado, em certa medida, como uma busca por se contrapor aos outros métodos estabelecidos, sendo criada como uma “filosofia do subjetivo”, em que a noção de intencionalidade permite pensar no mundo a partir da inserção do sujeito (SPOSITO, 2003, p. 36). Partindo de seus princípios, o método permitiria que o fenômeno seja investigado a partir de sua lógica própria, manifestada e interpretada a partir da significação que assume na experiência do sujeito. Conforme pontua Sposito (2003), tal método em questão sugere que o objeto só pode ser reconstituído a partir da sua apropriação intelectual, em que a ênfase se encontra na agência do sujeito e na interpretação do pesquisador sobre essa construção.

De acordo com o debate construído ao longo do texto, com o objetivo de construir teorias cada vez mais adequadas para pensar o social, diversos autores têm apontado para possíveis limitações e contradições na formulação de ambos os métodos. Enquanto autores como Paes (2015) enxergam na fenomenologia uma valorização exacerbada da agência e da consciência do sujeito para pensar o seu próprio mundo, autores como Nascimento (2014) identificam no marxismo vulgarizado a exclusão ou o sequestro pela economia de elementos como a natureza, a psicologia e a diversidade. Ainda de acordo com Nascimento (2014), ao ignorar elementos da chamada *superestrutura*, como por exemplo, a cultura, o cotidiano, a psicologia e as representações, a política volta-se apenas para um futuro distante, preocupando-se com questões consideradas mais *estratégicas* e *objetivas*.

Nesse sentido, conforme destaca Almeida (2013, p. 50), há o surgimento nos estudos culturais de uma vertente com ênfase sobre “um materialismo cultural e nela é destacada a influência de Gramsci – as políticas da cultura cotidiana, ressaltando seu interesse em saber

como idéias, ideologias, padrões culturais, significados e divisões sociais aceitas se firmam e são acolhidos dentro de uma sociedade sem o uso da força”. Para estruturar a pesquisa, optou-se por fundamentá-la em torno dos pressupostos defendidos por autores como Lefebvre (1991), Soja (1993), Moscovici (2007), Claval (2013), Serpa (2020), Massey (2008), Santos (2002), Maffesoli (2010), Santos (1985), entre outros.

Com base nesses parâmetros, defende-se a pertinência da construção de métodos flexíveis, que tenham mais ênfase em aspectos qualitativos e na participação dos sujeitos na construção do mundo, construção essa que se dá a partir daquilo de Soja (2000) entende como dialética socioespacial. Segundo Flick (2012), a pesquisa qualitativa diferencia-se pela seleção de um menor número de casos, que são em seguida observados e explorados em maior detalhe. Ainda para Flick (2012), o processo de pesquisa qualitativo não busca confirmar ou refutar uma teoria, mas ao invés disso, entende o empírico como ponto de partida para a seleção e elaboração teórica, focando na interpretação dos dados obtidos.

Dentre os instrumentos de pesquisa mobilizados para o desenvolvimento do trabalho estão a vasta bibliografia sobre os assuntos abordados, livros, teses, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, artigos, etc. Foram utilizados também trabalhos, artigos, reportagens a fim de abarcar diferentes perspectivas sobre o assunto, além de diversas plataformas como Scielo, Academia.edu, Google Acadêmico, etc. Além disso, foram necessários materiais de projeção para o dia da exibição. Portanto, a pesquisa envolve duas principais fontes de dados, o filme *Que Horas Ela Volta?* (2015) e sua recepção por empregadas domésticas do município de Concórdia-SC, sendo utilizadas metodologias do tipo exploratório documental e de levantamento.

#### 4.1. A CIDADE DE CONCÓRDIA

Tendo em vista os elementos discutidos até aqui, se faz necessária uma breve contextualização em torno da formação socioespacial do município de Concórdia e suas especificidades frente a outros municípios. O município de Concórdia fica localizado na Região Oeste do estado de Santa Catarina (Figura 3), tendo uma população total estimada pelo IBGE (2021) em 75.683 pessoas. De acordo com a publicação *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC) (IBGE, 2020a) com dados de de 2018, a cidade encontra-se na zona de influência de Chapecó (Capital Regional B), sendo classificada como Centro Sub-Regional B. Comparando com outras cidades da Região Sul da categoria Centro Sub-Regional B, possui

uma população ligeiramente maior do que a média, que é de 55 mil habitantes. De acordo com Junior Vicente (2014), aproximadamente 80% da população de Concórdia vive em áreas urbanas (Figura 4), sendo as principais atividades no município, além do setor de serviços, a agropecuária e a indústria frigorífica.

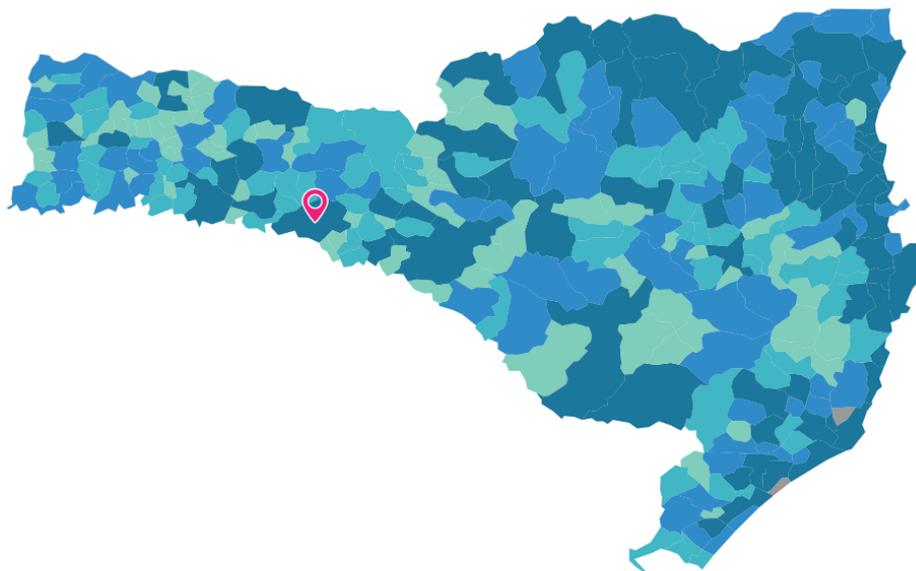


Figura 3 - Localização da cidade de Concórdia no mapa de Santa Catarina

Fonte: Panorama do site Cidades, do IBGE.

De maneira geral, a formação socioespacial de Concórdia é semelhante ao que se observa em boa parte dos outros municípios da região do Alto Uruguai Catarinense, com a presença da pequena propriedade familiar e da agroindústria de alimentos, além de um centro urbano. Pode-se afirmar que a região onde hoje é Concórdia foi, durante um período significativo, objeto de disputa entre Brasil e Argentina, ou ainda, entre o governo do Paraná e de Santa Catarina, sendo consumada como território brasileiro e catarinense apenas no início do século XX. O local havia permanecido, até então, distante do interesse político e econômico da República do Brasil, tendo sido ocupado por grupos de caboclos, muitos dos quais fugindo da perseguição após os conflitos da Guerra do Contestado (AMADOR, 2010). Ainda seguindo aquilo que discute Amador (2010, p. 59), o processo de colonização teve início na década de 1920, e se deu com a chegada de diversas empresas colonizadoras do Rio Grande do Sul, e com o eventual despejo dos caboclos, tidos como preguiçosos:

De acordo com o modelo de desenvolvimento pensado e proposto, ficou inevitável o confronto entre caboclos e migrantes, pois o que passa a valer, a partir da intervenção estatal e seu aparato jurídico, juntamente com a iniciativa privada, é o direito à propriedade e não mais o da ocupação. O objetivo desta política vem ao encontro dos interesses do capital, pois este pretendia formar colônias que passassem a produzir gêneros agrícolas que atendessem às necessidades do consumo interno.

Tendo em vista o projeto social e econômico que o poder político tinha para a região, a população de colonos servia muito mais o seu interesse do que os moradores caboclos, sobretudo pelas formas distintas que tais grupos pensavam o papel do trabalho. De acordo com Amador (2010, p. 62), enquanto caboclos eram vistos como despreocupados, pouco afeitos ao trabalho e desinteressados, colonos foram vistos como familiarizados ao projeto capitalista e, dessa forma, “já trariam consigo o germe da Revolução Industrial, devido a sua maior especialização técnica e, mesmo sem capital financeiro, possuíam desenvolvido espírito empresarial”. Dessa forma, embora houvesse planos para uma ocupação em outro distrito, a recém formada cidade de Concórdia fora edificada no mesmo espaço antes usado pela comunidade de caboclos, ao entorno do vale do chamado Rio Queimados.

Com isso, deu-se início a ocupação do lugar, com a chegada de descendentes de imigrantes alemães e italianos, que compravam áreas divididas e comercializadas por companhias colonizadoras, como a Empresa Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia. Devido à natureza acidentada do solo na região, de acordo com Amador (2010), colonizadoras optaram por dividi-las em áreas com uma média de 30 ha, que depois foram transformadas em pequenas propriedades rurais, voltadas à produção doméstica, mesmo que eventualmente houvesse o esforço de produzir excedentes para o comércio. De acordo com Silva (1991), o capital industrial viu uma oportunidade nessa produção, e buscou construir um modelo industrial, em que foram introduzidas novas formas de trabalho e de organização da produção, como no caso do modelo da *comunidade integrada*, ou, como são chamadas popularmente, *parcerias*.

Amador (2010) investigou, tanto na escala regional quanto na nacional, as relações entre a expansão do capital industrial concordiense e o poder público, sobretudo a partir do golpe de 1964. Através do crescimento da agroindústria, que em Concórdia era dominada pelo Grupo SADIA, o município de maneira geral cresceu significativamente na primeira metade do século XX, sendo eventualmente acompanhado pela aceleração no processo de urbanização e pela chamada *Revolução Verde*. Naquilo que discute Amador (2010), a

mecanização do campo e a introdução de técnicas cada vez mais especializadas, voltadas para aumentar o volume da produção, tiveram como consequência uma aceleração do êxodo rural e aumento da população na cidade. Sua taxa de urbanização foi de 33% em 1980, passando para 56% em 1991, e alcançando, em 2010, um total de 80% de sua população vivendo na área urbana (JÚNIOR VICENTE, 2014).

Figura 4 - Mancha urbana da cidade de Concórdia



Fonte: Imagem extraída do Google Earth (2022)

Segundo Dalla Costa (2013), também houve uma grande expansão no alcance regional e internacional do grupo SADIA, que passou a abrir novas unidades em diversas cidades estratégicas no Brasil, concentrando esforços em aumentar e profissionalizar suas exportações. Segundo o Dalla Costa (2013, p. 7), “[d]e 1981 para 1990 as vendas da empresa para o mercado externo cresceram de 160 para 280 milhões de dólares, consolidando o grupo como um dos grandes exportadores nacionais”. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020b), o município tem 46% da população ocupada, ou seja, um total de 34.603 pessoas. Segundo a redação do Jornal Raízes Diário (2020), entre

colaboradores e terceirizados, 5.132 pessoas trabalhavam na unidade de Concórdia, ou seja, em torno de 15% da população ocupada.

Certamente, como município sede e origem da SADIA, a empresa ainda é motivo de orgulho e identidade para muitos moradores de Concórdia, já que o seu crescimento muitas vezes se refletia em melhores condições e mais empregos para a população. No entanto, conforme apontam os dados do IBGE (2010; 2020), apenas cerca de 17% da população apresenta rendimento superior a três salários mínimos, e, em 2010, 22, 5% da população vivia com menos de meio salário mínimo *per capita*. Embora não sejam muito distantes daquilo que é possível observar nos dados em escala nacional, sua expressão aponta para um cenário que tende a repetir-se, no qual a concentração de renda prevalece sobre uma população que vive do trabalho.

Nesse cenário, conforme pontuam Amador (2010) e Rovani (2020), iniciativas como o cooperativismo e o sindicalismo aparecem como ferramentas essenciais na garantia de uma relação mais justa entre trabalhadores e empregadores, pelo cumprimento da legislação e pela conquista dos direitos que ainda são necessários. Em 2012, foi criado o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Concórdia (SINTRADC), chegando a alcançar quase 60 associadas, de acordo com relatos. Desde que foi criado, o sindicato das domésticas tem sido mantido com o apoio de outra iniciativa importante, o Sindicato dos Professores das escolas particulares do Oeste de Santa Catarina (SINPROESTE), que cedeu às trabalhadoras domésticas uma parte de um de seus escritórios, no centro da cidade de Concórdia.

Embora tenha presenciado momentos de prosperidade, com anúncios na Rádio local e reuniões frequentes entre as colaboradoras do grupo e suas convidadas, seu Sindicato hoje passa por momentos mais complicados, com falta de receita, certo desinteresse e desmobilização por parte das colegas de categoria, fatores que de maneira geral tem afligido diversos sindicatos no Brasil. Desse modo, o SINTRADC funciona hoje apenas como um núcleo voluntário de trabalhadoras, que atendem diversas trabalhadoras domésticas que buscam ajuda na sede do Sinproeste, onde muitas vezes conseguem tirar dúvidas acerca da legislação, ou pelo menos serem encaminhadas para o contato de um profissional do direito ou da atual presidente do sindicato. Em parte, esse possível enfraquecimento de iniciativas coletivas como os sindicatos derivam da flexibilização de leis trabalhistas e das jornadas de trabalho, algo que impacta de maneira geral sua atividade como representante coletivo. Por outro lado, também, a pandemia, associada a outros momentos de crise e encolhimento econômico, além das transformações oriundas da digitalização da sociedade tem favorecido e

incentivado um distanciamento tanto simbólico como concreto de muitas pessoas na sociedade, com jornadas extensivas de trabalho e poucos recursos para engajar em maiores mobilizações e reivindicações.

## 4.2. PASSOS REALIZADOS NA PESQUISA

Tendo em vista a contextualização apresentada até aqui, a presente seção expõe o planejamento do grupo focal e os resultados obtidos em sua realização, buscando contribuir para esforços semelhantes no futuro. Com a exibição da obra e o contato com os sujeitos abordados na pesquisa, foram trazidas contribuições fundamentais para o trabalho, enriquecendo o debate acerca do trabalho doméstico. Como seria de se esperar, o planejamento e a realização do trabalho sempre devem ser diferenciados e distintos, já que cada um revela partes importantes desse processo.

Conforme pontua Barbour (2009), embora a realização de grupos focais seja muitas vezes vista como um atalho ou método *mais simples* para obtenção de dados, o mesmo também é mais desafiador por envolver uma interação mais dinâmica e pontual, o que demanda uma preparação mais intensa e detalhada. De início, é possível descrever esse movimento de preparação por parte do pesquisador, em que as leituras e a elaboração da fundamentação teórica certamente cumprem um papel importante, definindo os elementos e categorias que fazem mais sentido para o objetivo proposto. Para além das leituras, de maneira mais concreta, a presente seção descreve as etapas de preparação para realização do grupo focal e as razões por trás de alguns dos caminhos tomados nesta fase da pesquisa. Inspirado em Barbour (2009), a preparação pode ser sintetizada em três principais etapas: o recrutamento, a ambientação e o planejamento da dinâmica.

### 4.2.1. Ambientação

Esta etapa envolve a seleção e preparação de um local, que deve ser pensado para maximizar a interação e a confiança por parte dos participantes, a fim de que estes possam contribuir para o objetivo desejado. Conforme pontua Barbour (2009), não existe um espaço propriamente neutro, mas este deve se demonstrar como acessível, confortável, sem ordenamentos ou hierarquias na organização dos assentos, como num círculo ou semicírculo.

Seguindo o que foi planejado desde o início da pesquisa, tomou-se como ponto de partida uma rede de contatos estabelecida em torno do SINTRADC. Seja pela familiaridade prévia seja pela facilidade de trânsito e acesso, a escolha do espaço para realizar o grupo focal parecia a mais simples e apropriada. Em conversa com um representante do sindicato, foi autorizado o uso do espaço, sendo solicitado apenas um ofício para fins de registro. Essa proximidade e trânsito fácil com atores de ambos os sindicatos foi um elemento que motivou a sua escolha como ponto de encontro e como referência para as trabalhadoras, facilitando assim a realização do grupo focal no formato que aconteceu.

#### **4.2.2. Recrutamento**

Certamente, é esperada certa dificuldade em recrutar indivíduos de grupos marginalizados e invisibilizados socialmente, que, segundo Barbour (2009), podem apresentar desconfiança ou resistência a este tipo de atividade. Assim como na escolha do espaço, o SINTRADC e sua trajetória cumpriram um papel importante na mobilização das trabalhadoras. Com apenas algumas exceções, os primeiros contatos com os sujeitos do grupo alvo foram realizados pela atual presidenta do sindicato, fornecendo ao pesquisador um conjunto de doze nomes e números de empregadas dispostas a participarem da atividade, número tido como razoável.

Devido à proximidade do período de férias de fim de ano e a rotina pesada de trabalho, foi optado pela realização do grupo focal durante uma quarta-feira à noite, a fim de que todas pudessem participar e chegar a tempo no local combinado. Com a data e o horário da dinâmica estabelecidos, foi possível também estabelecer contato entre o pesquisador e as empregadas, foram realizados os convites individualmente. O contato foi realizado durante alguns dias, sobretudo via *WhatsApp*, com a informação prévia do local e da data pretendidas para a dinâmica. De todo modo, buscando não ultrapassar os parâmetros sugeridos pela literatura, o número de participantes confirmados foi limitado a doze. Pela conversa, o pesquisador pode se apresentar brevemente, assim como apresentar sua pesquisa e objetivo do encontro proposto, além de sua organização em dois principais momentos: a exibição e a conversa em grupo. Ao final desta etapa, haviam sido convidadas um total de dez empregadas domésticas, e todas confirmaram presença na data e local propostos.

### 4.2.3. Dinâmica e Realização do Grupo

Com toda a preparação realizada, a presente seção descreve propriamente a realização do grupo focal. Na data combinada, ainda no período da tarde, o pesquisador visitou a sede do SINPROESTE em Concórdia para arranjar e testar os materiais de projeção e som, organizar as cadeiras e os demais materiais, certificando-se de que tudo que era necessário estava funcionando e à disposição. Em seguida, foram impressos os documentos necessários, além de serem comprados pipoca e lanches que se somariam a outros trazidos pelas domésticas. Infelizmente, houve fortes tempestades durante o final da tarde e início da noite, o que representou uma dificuldade para muitas convidadas, sobretudo as que viriam de moto. Antes do horário combinado, o pesquisador voltou ao local para iniciar a recepção e ambientação inicial das empregadas, onde lhes foi entregue o formulário enquanto se aguardava a chegada das demais (Apêndice 1).



Figura 6 - Imagem retirada na noite da realização do grupo focal

Fonte: Rômulo Scariot, 2022.

Com um atraso de meia hora em relação ao previsto, a dinâmica foi iniciada com a presença de seis participantes (Figura 4), metade do grupo que originalmente havia confirmado. O pesquisador realizou uma breve apresentação de sua trajetória, da relação que já havia estabelecido com o local e parte do debate trazido no trabalho. Em seguida, foram trazidos os objetivos do encontro em questão, informando novamente as empregadas acerca das etapas que seriam realizadas. Foi explicado que o grupo focal seria gravado e sua importância para a pesquisa, e finalmente, foi apresentado o enredo do filme, obra sobre uma trabalhadora doméstica de São Paulo, distanciada de sua filha, deixada em Pernambuco. Embora fosse prevista uma apresentação também entre as participantes, viu-se que isso não seria necessário, já que todas se conheciam previamente no grupo. Caso alguma empregada desejasse, também foi comentada sobre a possibilidade de novas conversas com o pesquisador posteriormente a dinâmica. Com os formulários recolhidos e as dúvidas elucidadas, foi possível então dar início a projeção e assistir ao filme *Que Horas Ela Volta?* (2015).

O filme possui 1h e 40 minutos de extensão e, em virtude do atraso, o debate teve por volta de 1h de duração, tendo em vista que muitas participantes já se encontravam cansadas, além de se preocuparem com o trabalho que precisavam realizar após o grupo focal. Durante o filme, conforme orienta Barbour (2009), o pesquisador permaneceu atento e manteve nota dos comentários e de manifestações por parte das empregadas, sejam estas verbais ou não. Certamente, houve vários momentos em que a obra gerou risos e descontração, mas também momentos em que causou críticas e estranhamento, os quais são trazidos no capítulo final.

Com essa parte finalizada, deu-se início ao diálogo e à gravação, para que os discursos e sentidos pudessem ser preservados com maior detalhe, e para que a conversa fosse mais dinâmica. Após a exibição, foi possível construir um espaço de diálogo franco e aberto entre as participantes, e, apesar do cansaço, havia uma atmosfera boa e positiva, em que as trabalhadoras pareciam se sentir valorizadas e reconhecidas. Através da mediação do pesquisador de uma maneira fluida e flexível, foram levantados os seguintes assuntos incluídos no guia de tópicos:

- Como costuma ser a relação entre patrões e empregadas?
- Você sente orgulho ou satisfação com essa atividade?
- Você já recebeu demandas que considerava absurdas ou abusivas?
- Você acredita que quem pratica a atividade sofre preconceito? De que formas se manifesta?

- Algum personagem ficcional de doméstica foi marcante?
- Conforme o exemplo da mesa de refeições, da piscina e do sorvete de Fabinho no filme, quais são os ambientes ou objetos que os padrões colocam limites ao acesso?
- Em que momentos o filme lembra a realidade e o dia-a-dia da profissão? E em quais momentos o filme é diferente da realidade?
- Val é uma mulher nordestina que se muda para São Paulo para trabalhar. O que você imagina que seria diferente se sua história se passasse em Concórdia?
- O que na sua opinião deveria permanecer ou mudar para um trabalho doméstico mais justo no futuro?

Embora se a intenção inicial fosse, conforme indica a literatura, de que o diálogo entre as participantes fluísse por sua própria conta o máximo possível, evitando maiores intervenções do pesquisador, devido a redução no número de participantes e o horário noturno avançado acabaram tornando necessárias outras intervenções do pesquisador. Inicialmente, na primeira metade da dinâmica, as participantes responderam e conversaram por um bom tempo sobre as relações que mantiveram com empregadores em sua experiência, momento em que surgiram diversas discordâncias e pontos em comum. Na conversa, muitas revelaram-se mais abertas e propensas ao diálogo, enquanto outras participantes permaneceram mais tímidas e fechadas, apenas complementando e respondendo o que colocavam as colegas. Aproximando-se do horário previsto para finalizar a dinâmica, as trabalhadoras já estavam menos dispostas, foram comentadas outras questões rapidamente, e a gravação foi encerrada. Ao final da conversa, ainda houve espaço para vários agradecimentos e convites, revelando a intenção de permanecer em contato, e quem sabe até desenvolver uma rede de contatos em torno da categoria.

#### **4.2.4. Transcrição e Organização dos Dados**

Com a realização e a gravação do grupo focal, a próxima tarefa envolveu a organização e descrição do material, a seleção e transcrição dos trechos mais relevantes, escolhidos a partir da capacidade de síntese e de interpretação das informações por parte do pesquisador. Como é esperado em dinâmicas coletivas, como a do grupo focal, o diálogo e as falas dos sujeitos são feitos de maneira sobreposta, fluida, num discurso contínuo, sem uma preocupação específica com sua eventual transformação em texto. Nesse sentido, a conversa

teve suas falas destrinchadas e reunidas por temática, a fim de que seja possível desenvolver o debate de maneira clara e compreensível. Reunindo a discussão em torno de temas chave, o último capítulo encontra-se estruturado em quatro seções: *Perfil geral das participantes*, *O espaço da casa e as relações de poder*, *Representações Sociais, gênero e identidade*, e *Justiça espacial e trabalho doméstico*.

## 5. DIÁLOGOS A PARTIR DA RECEPÇÃO DO GRUPO FOCAL

De acordo com a construção teórica da pesquisa, além de enriquecer a discussão do trabalho, a recepção do grupo focal aparece como um elemento fundamental para pensar a relação entre obra e a vida cotidiana, na medida em que ambas são vistas como interligadas seja a partir da noção de Representação Social (MOSCOVICI, 2008) e da noção de Terceiro Espaço (SOJA, 1998). Tendo em vista as colocações trazidas pelo grupo focal, com base nos objetivos do trabalho e nas falas dos sujeitos, optou-se por segmentar a discussão em quatro partes, que são descritas brevemente na sequência.

Inicialmente, a seção intitulada quatro seções: *Perfil geral das participantes*, busca brevemente apresentar as trabalhadoras e suas trajetórias, e utilizando-se de nomes fictícios, são expostos parte dos dados apresentados através do preenchimento do formulário (Apêndice 1). Em seguida, na seção intitulada *O espaço da casa e as relações de poder.*, expõe-se a forma das suas relações de trabalho, partes dos acordos e conflitos entre trabalhadores e empregadores com base em sua experiência na atividade; em seguida, a seção *Representações Sociais, gênero e identidade* tem uma preocupação em torno das possibilidade de uma realização no trabalho, tendo como ponto de partida os discursos que envolvem a construção de gênero, identidade e de significado; e por fim, na seção quatro, *Justiça espacial e trabalho doméstico*, se busca pensar de maneira mais ampla a ideia de justiça e os desafios que as trabalhadoras enxergam para o trabalho doméstico no Brasil e em Concórdia.

### 5.1. PERFIL GERAL DAS PARTICIPANTES

Considerando uma teoria crítica da produção do espaço, assim como Soja (1998) e Lefebvre (1991), pode-se concluir que as geografias do cotidiano são socialmente produzidas, representando as particularidades de cada sociedade, tomando forma a partir de uma apropriação consciente que cada sujeito faz dos espaços que lhe constituem. Essa apropriação consciente é sempre contextualizada, e surge de uma dinâmica que envolve elementos históricos, biológicos, emocionais, culturais e espaciais, que em última medida são produzidos e manifestados a partir de uma experiência vivida, formadora de memórias, valores, opiniões e representações. Por essa razão, são expostas algumas informações acerca do perfil das trabalhadoras participantes, de modo que possam guiar reflexões em torno de algumas

questões no decorrer desse capítulo. Como forma de proteger a identidade e a integridade das participantes, todos os nomes foram substituídos por pseudônimos.

A primeira participante a ser apresentada é Vera, atual presidente do sindicato. Nascida no município de Ipumirim há 52 anos, ela tem o ensino médio completo e se considera branca, atualmente está divorciada e tem duas filhas. Iniciou a trabalhar como doméstica e cuidadora quando tinha nove anos, e hoje já conta com 16 anos de experiência apenas como doméstica. Trabalha no momento como mensalista, com carteira assinada e filiação sindical, sua frequência de trabalho é diária, levando em média uma hora para chegar ao local. Para complementar a sua renda, vende lingerie e outras peças de roupa nas horas vagas, e não cultiva uma intenção de mudar de profissão. Segundo suas colocações, o motivo de ocupar esse cargo central no sindicato diz respeito ao posicionamento de seus antigos empregadores, que entendiam a importância do sindicalismo e faziam adaptações para que a mesma tivesse dispensa nos dias em que fosse necessário. Em seus momentos fora do trabalho, gosta de assistir televisão, usar a internet, ir às compras, passar um tempo com as filhas, viajar, ir à igreja, cozinhar, ir a bailes e festas.

Judite tem 64 anos, se considera branca e nasceu no interior de Concórdia, tendo uma união estável e um filho. Ela começou a trabalhar há trinta anos no ramo da limpeza, e trabalha como doméstica já há vinte anos na mesma residência, para a mesma família, e com carteira assinada. Sua rotina de trabalho envolve entre duas e três visitas por semana, levando quinze minutos para chegar no trabalho. Além disso, a participante tem o ensino médio completo, é filiada ao sindicato de Concórdia e não pensa em trocar de profissão. De maneira geral, em seu tempo livre, gosta de ir à igreja, fazer pequenas caminhadas, ir às compras e viajar.

Margarete tem 48 anos, nasceu em Peritiba, tem três filhos e se considera branca, de origem alemã. A participante tem o ensino até a 4ª série completo e trabalha como agricultora, fazendo faxina como diarista para apenas uma família, quando pode, já há seis anos. Leva em média uma hora de casa ao trabalho, não tem filiação sindical nem carteira assinada, e não conserva planos de mudar de profissão. Em suas horas vagas, costuma buscar fugir da rotina e fazer as coisas conforme aparece, guardando um carinho especial por cozinhar, passear e dançar.

Cleusa tem 69 anos, nasceu em Concórdia e se considera branca, tendo atualmente quatro filhos. Tem o ensino médio completo e trabalhou durante 30 anos na profissão como mensalista, eventualmente de carteira assinada e com filiação sindical. Começou a trabalhar

como doméstica por necessidade e hoje encontra-se recém aposentada, tendo como ocupação principal sua própria loja de salgados, fruto de seus anos de trabalho como doméstica. Nas horas vagas, seus principais lazeres são uma boa pescaria, ficar com a sua família e jogar dominó com os amigos.

Maria tem 52 anos de idade, nasceu em Peritiba - SC, se considera branca e atualmente é casada, com dois filhos. Tem o ensino fundamental completo, trabalhou durante 16 anos como mensalista com carteira assinada, mas hoje trabalha como diarista em sete casas e apartamentos, além de ser cuidadora de uma criança com necessidades especiais. Vai diariamente ao trabalho, leva em média 20 minutos nesse deslocamento e também não tem planos de mudar de profissão. Em suas horas vagas, seus principais divertimentos são pescar, dançar e jogar vôlei.

Por fim, Sônia tem 56 anos, se considera branca e nasceu em Arabutã, seu estado civil é casada e tem quatro filhos. Com o ensino médio completo, trabalha na atividade já a três anos, com carteira assinada, mas não tem filiação sindical. Atualmente é mensalista, indo diariamente ao trabalho, e levando cerca de 45 minutos para chegar lá. De modo geral, não pretende mudar de profissão, mas tem outras ocupações além da de doméstica, como na agricultura. Nas horas vagas, suas atividades preferidas são viajar, cozinhar, ir à igreja e passar tempo com a família.

De maneira geral, em parte devido ao contexto em que se deu o recrutamento, conforme descrito anteriormente, o perfil das trabalhadoras que participaram do grupo foi um tanto semelhante, sobretudo do ponto de vista cultural e etário. A maioria das mulheres que participaram do grupo focal tem idade acima dos cinquenta anos, e trabalham já há muito tempo na atividade, tendo exercido com diversas famílias e residências nos últimos anos, com exceção de Cleusa, que recentemente se aposentou. Uma parte delas relata ter iniciado na profissão bem cedo na vida, outras começaram mais tarde, no momento que necessitaram complementar a renda da casa. Quase todas as colaboradoras da pesquisa têm filhos, já adultos, e se encontram hoje mais próximas da aposentadoria, o que contribui para que permaneçam na profissão.

De maneira semelhante, todas nasceram no interior ou em pequenos municípios da região, e não tiveram acesso a oportunidades de complementar seus estudos até mais tarde, quando já residiam na cidade de Concórdia. Certamente, devido a estas e outras características, o grupo de participantes tende a compartilhar uma série de fatores em sua vida pessoal e profissional. Do ponto de vista cultural, as colaboradoras compartilham uma série de

valores, costumes e percepções, e que em última medida podem contribuir para amenizar essa produção de diferença, tanto no trabalho como no trato com as colegas. No entanto, todas trazem consigo experiências muito distintas, seja pelo regime de trabalho, pela forma como se relacionam com seus empregadores, ou pela visão que construíram em torno do emprego doméstico, o que contribuiu para um debate com diversidade de percepções. De modo geral, a sessão foi muito proveitosa e descontraída, com diversos comentários e reações das espectadoras durante o filme, que são explorados a seguir.

## 5.2. O ESPAÇO DA CASA E AS RELAÇÕES DE PODER

São muitos temas e questões que aparecem no discurso das trabalhadoras, e que perpassam a espacialidade do exercício do trabalho doméstico nos dias de hoje. Talvez uma das principais características que marcam esta particularidade da atividade seja a transformação de um espaço residencial de terceiros num espaço de trabalho. No espaço privado da casa, são determinantes as relações de poder e de posse, e que se definem no contexto da residência, no funcionamento do cotidiano. Essa proximidade física costuma ter como resultado diversas conexões e conflitos, e que expressam, em última medida, uma negociação, a necessidade de se alcançar acordos e consensos (MASSEY, 2008), ainda que em tais relações de trabalho as mesmas se dêem desigualmente.

Outra dessas características, e que parece ser algo marcante na definição da profissão, é o estabelecimento de um contrato pessoal e contínuo com o empregador, que se dá a partir do acordo de ambas as partes acerca dos horários de trabalho, dos hábitos e rotinas dos membros da casa, além das demandas específicas do grupo familiar e etc. Essa proximidade tende a originar, sobretudo no caso das domésticas, um conhecimento mais aprofundado acerca da vida e da história dos sujeitos empregadores, ou até mesmo, das próprias trabalhadoras. Isso significa dizer que as relações desenvolvidas na atividade são marcadas pelas necessidades domésticas de trabalho, mas, ao mesmo tempo, pela personalidade, ou até por uma afetividade que pode ser desenvolvida entre ambas as partes, dada a intimidade e a proximidade inerente ao trabalho.

Dada a atenção da diretora Anna Muylaert aos pequenos detalhes do cotidiano, nota-se que diversos momentos chamaram atenção das colaboradoras na história, por representar momentos simbólicos, como os arcos em torno do conjunto de café e do sorvete. O aparelho de café aparece sobretudo como um alívio cômico, causando risos na cena em que Val tenta

montar o conjunto na cozinha, quando afirma que precisam ser “descasados”, ou quando o conjunto reaparece ao final do filme, agora recuperado por Val ao se demitir da casa Bragança. Durante a obra, algumas cenas como a da Figura 6 revelam o que está escondido por trás do discurso da família Bragança, revelando o verdadeiro valor e reconhecimento que existe por trás dessa convivência.

O tema da alimentação aparece ao longo do filme, e também perpassa as colocações de diversas participantes do grupo como um elemento importante, muitas vezes expressando a forma como entendem sua posição de contratada naquele lugar. Outra cena que virou alvo de gargalhadas foi quando Val chama a atenção de Jéssica a respeito do *sorvete de Fabinho*, demandando que a filha comesse o sorvete que era permitido aos funcionários. Seja no presente que não alcança o *gosto refinado* de Bárbara, ou na falta de respeito de Jessica pelos diferentes *tipos* de sorvete, tais objetos e as relações que os personagens constroem a partir deles certamente expressam uma clivagem de classe, que no filme assume dimensões essencialmente simbólicas, mas que provocam risos por representarem uma transgressão.

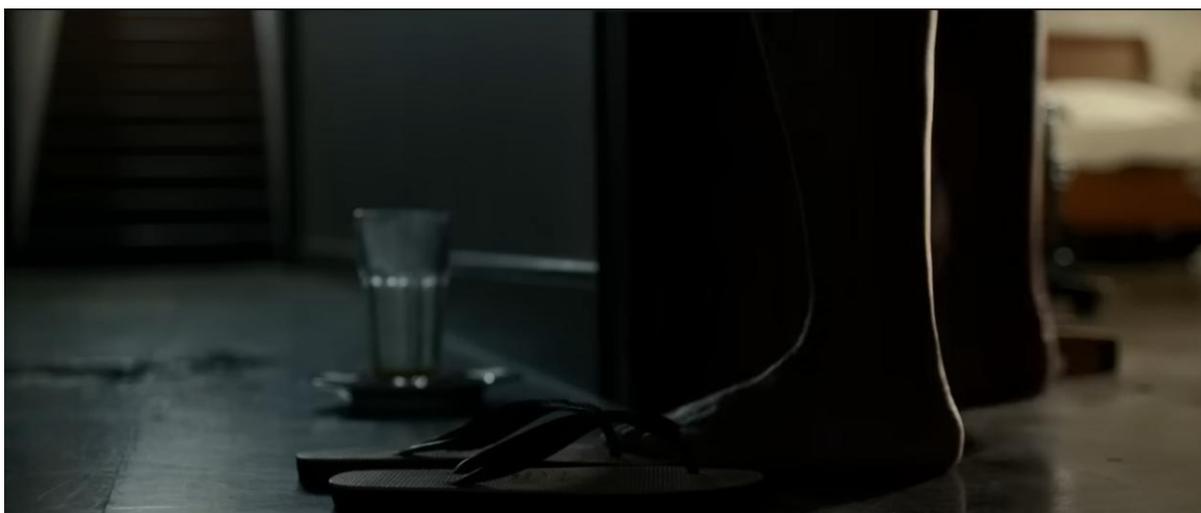


Figura 6 - Louças deixadas ao lado de fora do quarto

Fonte: Fotograma de *Que Horas Ela Volta?* (MUYLAERT, 2015)

Em outros momentos, no entanto, essa associação entre uma distinção de classe e de gênero vai além do mero simbolismo e assume dimensões mais nitidamente espaciais no filme, como no arco construído em volta do espaço da piscina. Tendo em vista que partes importantes da história se passam nesse lugar, é notável que também assumam uma

significação pessoal para as espectadoras, até porque possuir uma piscina tende a ser um forte marcador de classe. Ao assistir a obra, Cleusa (informação verbal, 2022) também relembra de sua experiência em uma casa que trabalhou por 25 anos, primeiro como diarista e depois como doméstica. Em sua experiência naquela casa, tais restrições e abusos de poder eram muito comuns, sobretudo quando seus patrões viajavam, “quando eu vi ali, que não podia ocupar a piscina, eles enxaviavam a piscina, para os meus filhos não irem lá”. Dessa forma, Cleusa (informação verbal, 2022) retoma algumas das relações que eram estabelecidas com seus empregadores e seus espaços de trabalho:

Minha patroa viajava muito, o casal viajava muito. Quando ela saía de casa ela fechava da cozinha pra dentro, e deixava nós num quartinho, tanque e banheiro, né. E eu levava minhas crianças, eu tinha quatro crianças. E às vezes quando ela chegava de viagem a gente estava todo mundo nesse quarto, né, eu fazia lanche ali, levava um fogareiro. E a gente ficava ali. E um dia, minha filha, ela disse[(para a empregadora): “Madrinha - ela chamava ela de madrinha - porque nós não ‘temo’ acesso na cozinha e na geladeira pra tomar uma água fresca?” Porque nós tínhamos levado um baldinho de gelo, uma térmica cheia de gelo. Ai ela disse: “Cada pessoa tem que se pôr no lugar”. Minha filha disse: “Um dia, eu vou ter, não o teu poder, mas eu vou, eu vou fazer bem diferente do que a senhora faz com a minha mãe”. Ela voltou no domingo, aí na segunda feira, eu quis conversar com ela: Porque fazer aquilo com as crianças, né? E daí, até pedi a conta aquela vez, eu pedi pra sair, fiquei oito dias em casa e ela veio me buscar.

Esse relato aponta para outra característica comum no trabalho doméstico, em que o distanciamento simbólico e a produção de diferenças resulta, em última medida, numa separação espacial, numa segregação no interior da própria casa, e que tem como objetivo evitar usos, encontros e contatos entre realidades vistas como distintas. Na obra, a cozinha e a piscina da família Bragança aparecem como dois pólos quase que opostos na apropriação e uso da casa pelos moradores, sobretudo por parte de Val e Jessica. Somente quando Jessica demonstra um conhecimento e um interesse em relação à arquitetura de maneira geral é que José Carlos resolve fazer um *tour* pela casa, comentando sua estrutura e seus cômodos, e sugerindo inclusive que a mesma dormisse no quarto de hóspedes, algo que nunca foi mencionado para Val.

Seguindo as reflexões de Lefebvre (1991), ao produzir essa distinção no trabalho doméstico remunerado, e ao organizar o espaço dessa forma no interior da residência, é possível imaginá-la como uma *micro cidade*, que reproduz relações sociais desiguais a partir da segregação. Enquanto espaços de descanso e lazer têm seus usos e acessos restritos, espaços de reprodução da vida tornam-se, na casa dos empregadores, espaços de trabalho e de

produção, sujeitos a dinâmicas e a demandas semelhantes a outros espaços parecidos. De acordo com Cleusa (informação verbal, 2022), algo recorrente quando sua patroa viajava era uma ampla lista de afazeres para serem realizados em sua ausência, e que devem ser realizados sem acesso a cozinha, sem acesso a quaisquer outros cômodos da casa. Em outra situação, recorda que o combinado inicial com seu empregador era de tantas tarefas, mas ao longo das semanas, através de recados e bilhetes, a carga de trabalho aumentou cada vez mais.

Por certos ângulos, o debate em torno do trabalho doméstico remunerado chama atenção para algo muito comum na observação do espaço, uma mistura entre passado e presente que possibilita sua produção, já que nada nele se perde por completo (LEFEBVRE, 1991). Se posicionada no contexto da formação social e espacial brasileira, há uma estreita ligação entre a permanência do *quartinho da empregada* e a continuidade de um contexto desigual na maior parte das cidades do Brasil, em que são oferecidas poucas ou nenhuma alternativa às mulheres de baixa renda no mercado além do trabalho na atividade. De certo modo, a desigualdade social e de renda parece um pressuposto para a manutenção da profissão, e tanto isso é verdade que, até não muito tempo atrás, era comum sua presença nas estruturas das residências da classe média e alta no Brasil. No contexto urbano contemporâneo, em particular, essa desigualdade tende a se agravar, tendo em vista o peso da inflação, o aumento do custo de vida, a diminuição da remuneração de maneira geral, e a diminuição na oferta de empregos estáveis e seguros por vagas precarizadas, flexibilizadas e temporárias.

Segundo boa parte das participantes, o fato da personagem de Val dormir na residência de seus empregadores é um elemento que deve aumentar as chances de que essa relação resulte num conflito, já que os empregadores se sentem no direito de solicitar serviços fora do horário, finais de semana, etc, algo que elas não aceitariam hoje em dia. Ainda que este não seja o caso, é comum que as trabalhadoras tenham ressalvas em relação ao seu papel e lugar na casa, conforme expresso no relato de Maria (informação verbal, 2022), em que relembra um fato acontecido anos atrás, quando seus patrões na época estavam viajando. Naquela semana, seu marido havia sofrido um acidente com uma máquina, e, portanto, estava de licença em casa, se recuperando de uma lesão. No dia em questão, ao se dirigir ao trabalho na casa de seus empregadores, resolveu levar junto seu marido, para que pudessem trabalhar juntos na limpeza da propriedade e agilizar a tarefa. No entanto, isso foi muito mal visto pelos seus patrões, algo que a marcou muito:

Quando eles voltaram de viagem eu falei, eu disse assim, “vou falar pra ninguém falar”. Cheguei e falei, “meu marido veio aqui, me ajudou, papapa”. Daí, dois dias depois ele chamou, ele disse assim, que ele não gostou da minha atitude, que eu não poderia ter trazido gente estranha para dentro de casa. Daí eu disse assim: “mas ele não é estranho, ele é meu marido”. Eles não gostaram (MARIA, informação verbal, 2022).

Por essa razão, conforme colocou Vera (informação verbal, 2022), também é comum que empregadores fiquem inseguros e desconfiados, sobretudo nas primeiras semanas de trabalho, já que nem todas as candidatas a trabalhadora doméstica se mostram interessadas em permanecer no serviço, muitas vezes deixando de comparecer a casa após alguns dias ou até cometendo furtos. De acordo com a pontuação de Teixeira (2015), essa tensão de classe resulta, em grande parte, pelo fato de o trabalho ser exercido num espaço em que as empregadas se sentem estranhas, desconfortáveis a princípio. Seguindo a discussão de Corrêa (2010), pode-se afirmar que este espaço de trabalho das domésticas se configura como um território de seus empregadores, um território do patronato, e que essa desigualdade deve definir os parâmetros da relação de trabalho, geralmente com pouca margem para negociação por parte das trabalhadoras.

Por exemplo, observando o acesso aos direitos trabalhistas, pode-se constatar que a maior parte das participantes do grupo focal tinha acesso, com exceção de Maria. Segundo a trabalhadora, houve várias conversas e tentativas de acordo, no entanto seus empregadores sempre relatam que não têm recursos, o que a tem levado deixar o assunto de lado, para evitar que haja mais atritos e seu emprego seja ameaçado. Embora o vínculo empregatício seja obrigatório caso a empregada trabalhe mais de dois dias por semana, os relatos associados aos dados demonstram que esse não tem sido o caso na maior parte do Brasil, já que, de acordo com o DIEESE (2021), apenas 24% das trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada em abril de 2022. Desse modo, seja pela ausência de fiscalização, pelo desconhecimento de certos empregadores, ou simplesmente pela falta de interesse, ainda é comum no Brasil que a atividade seja exercida de maneira informal.

Certamente, essa majoritária negação de direitos trabalhistas básicos às domésticas é apenas um dos resultados práticos de tais relações de poder, e que de acordo com Soja (1998), permeiam toda a constituição dos espaços percebidos, concebidos e vividos. Autoras como Massey (2008) têm destacado como estas inúmeras relações de poder perpassam a construção do espaço social como tal, desde as escalas mais amplas até as mais restritas, como o espaço do lar. Enfatizando o papel da imaginação espacial, Massey (2008) pontua que enquanto

espaços públicos são pensados como abertos a sociedade e ao debate político, espaços como o da casa são geralmente pensados como fechados, ou seja, como se o privado fosse o oposto da política, isolados do restante dos espaços. No entanto, assim como aponta Lefebvre (1991), não é possível pensar esse espaço como desvincilhado das relações sociais que o definem, a casa é tanto política como qualquer outro espaço, onde se constituem e se reproduzem dinâmicas de poder.

De acordo com Soja (1998), tende-se a conceber as estabelecidas em torno do poder como resumidas em dois polos opostos, um hegemônico e outro contra hegemônico, enquanto de um lado, a autoridade exerce o poder sobre certos grupos de indivíduos, estes não teriam escolha a não ser inocentemente aceitá-lo, ou resisti-lo. Diferente disso, Soja (1998) entende que assim como todas as relações sociais, o poder se contextualiza e se faz concreto na produção social do espaço, sempre profundamente relacionado com a cultura, o conhecimento e a produção de diferenças. Isso quer dizer que as diferenças estabelecidas nas relações de poder, como as de gênero, raça, nacionalidade e classe, não podem ser pensadas como categorias naturais, mas que podem acabar se tornando objeto de uma identificação em comum, de formação de comunidades.

Mais do que se restringir à violência física e ao abuso explícito, autores como Foucault (2014) têm defendido que o poder deve ser reconhecido como contextualizado, produzindo efeitos que perpassam a apresentação dos corpos, os gestos e os discursos que mobilizam, além das representações e as identificações que sujeitos constroem sobre si e o mundo. Nesse sentido, se as questões que perpassam o trabalho doméstico não remunerado surgem inicialmente a partir de uma diferenciação de gênero, no trabalho doméstico remunerado essa diferença é somada a diferenças culturais, raciais e de classe. De certo modo, quando as relações se dão de maneira amistosa, quando é possível desenvolver um entendimento e uma confiança, a familiaridade cultural e regional aparece como um elemento de semelhança, algo que aproxima e possibilita um entendimento maior. Certamente, a percepção de um distanciamento cultural maior ou menor por parte dos envolvidos deve favorecer ou dificultar esse processo de produção de diferenças.

Ao se observar alguns dos relatos trazidos pelas trabalhadoras, as mesmas ressaltam os momentos em que essa diferença foi marcada mais nitidamente, e das maneiras como essas experiências marcaram sua trajetória na atividade. Vera e Cleusa (informação verbal, 2022) lembram de que, nos primeiros anos que trabalharam, era muito difícil já que não sabiam e não entendiam o que era aceitável ou não. Para algumas participantes, existem situações e

colocações que empregadas inexperientes não são capazes de compreender e que só fazem sentido mais tarde, com o contexto que a experiência traz: “Eu fui muito... como posso dizer ... pisada, assim, pisada educadamente, tu entende? Quando alguém te pisa educadamente, ou te diz coisas educadamente?” (CLEUSA, informação verbal, 2022).

Maria (informação verbal, 2022) entende que existem muitas diferenças entre o trabalho em uma casa ou outra, enquanto existem patrões que sabem o seu papel, pagam os seus direitos e respeitam a trabalhadora, existem outros que sequer sabem a diferença entre diarista e doméstica, e esperam que diaristas exerçam a mesma função que domésticas, algo que a incomoda: “Porque assim, a diarista vai lá fazer o pesado, limpar vidros, banheiros, eles não, eles deixam a louça, deixam o fogão, deixam os calçados lá para serem lavados”. Nesse sentido, se reconhece que na atividade é tudo uma questão de compreensão e respeito, algo expresso por Cleusa (informação verbal, 2022), “porque tem patroa que é generosa, é boa e compreensiva, e tem aquela que tem a empregada como serviçal, ‘você vai fazer o que eu quero, porque estou te pagando’ [...] A gente não deve deixar de se respeitar, eu respeitei muito meus patrões, mas eu não recebi o retorno”.

Esse respeito trazido por Cleusa não se resume apenas ao tratamento pessoalmente dado às trabalhadoras, mas à maneira como enxergavam o lugar da trabalhadora doméstica de modo geral. Cleusa (informação verbal, 2022) relata que se viu em Val, recordando que era excluída das refeições, algo visto como uma injustiça, uma falta de reconhecimento muito grande, até porque todos os dias era ela quem preparava a comida, e mesmo o chimarrão para os patrões. Vera (informação verbal, 2022) também relata um caso vivido por sua irmã, que trabalhava em outro município da região como doméstica, e eventualmente foi alertada de que não devia se alimentar no trabalho, e sim trazer a própria comida de casa.

Dessa forma, muitas concordaram que sua falta de experiência no passado se acrescentava à falta de continuação em seus estudos formais, já que, assim como acontece no resto Brasil, a maior parte delas só pode concluir os estudos mais tarde na vida, através de programas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA)(Cleusa, informação verbal, 2022). Seria apenas mais tarde, sobretudo após a fundação do sindicato, que Cleusa (informação verbal, 2022) percebeu essa atitude como errada. Em sua opinião, o sindicato cumpre um importante papel de união e conscientização da categoria sobre seus direitos e deveres. De modo geral, o encontro, a partilha de experiência e o auxílio de outros sindicatos permitiram que o SINTRADC crescesse e promovesse ações de conscientização que mudaram a forma como muitas trabalhadoras enxergavam sua atividade. Por essa razão, Vera (informação

verbal, 2022) entende que quando uma relação começa a ficar ruim, quando é humilhada pelos patrões, ela já não se sente mais bem em ir trabalhar, “então, o que acontece, eu não fico numa casa assim, eu já procuro sair e arrumar outro lugar, aquilo não me faz bem. Eu sempre procuro conversar muito antes de começar a trabalhar [...]”. Por outro lado, Maria (informação verbal, 2022) trabalha em diversas residências, e lembra que as dinâmicas são muito diferentes de uma família para a outra, de uma casa para outra, não é possível fazer muitas comparações e generalizações, enquanto em alguns lugares a comida é completamente separada, ainda é comum que as trabalhadoras sejam convidadas a ficar à vontade em relação à alimentação, ao uso dos espaços e objetos da casa.

Tendo em vista estes elementos, é possível afirmar que o exercício do trabalho doméstico é permeado por essa produção de diferença, muitas vezes expressa em termos de reprovação de condutas, a exclusão das refeições e do convívio com a família, e a separação dos espaços da casa, de seu uso e acesso por parte das trabalhadoras. O espaço social torna-se, dessa forma, marcado por dinâmicas sociais que tem como resultado a reprodução ou o acirramento de desigualdades. Muitas vezes, a vulnerabilidade social, a falta de conhecimento jurídico ou a insegurança em relação ao emprego, a necessidade de permanecer no serviço levou trabalhadoras a aceitarem condições precárias de trabalho, que só são rompidas quando o abuso é percebido como excedendo o limite do aceitável.

### 5.3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, GÊNERO E IDENTIDADE

Mesmo que tendam a ser limitadas à escala da casa, o estudo de uma geografia cotidiana desses espaços deve levar em consideração as relações entre homens e mulheres como um todo na sociedade, além das representações e práticas que são construídas em torno destas categorias. Deve-se considerar o papel do trabalho generificado na construção do mundo atual, ou seja, de que maneiras homens e mulheres têm sua força de trabalho mobilizada no cotidiano. Para Hirata (2003), há uma concepção de que o trabalho pode ser pensado de uma maneira assexuada, ou seja, sem levar em conta tais distinções de gênero, já que, em boa parte dos casos, se considera apenas o trabalho *produtivo*, passível de ser objetificado, mensurado. Por essa perspectiva, entende-se que o debate em torno do trabalho tem excluído ou marginalizado o trabalho reprodutivo, remunerado ou não, historicamente delegado às mulheres.

Tomando como pressupostos as ideias de Lefebvre (1991), Soja (1998) e Moscovici (2008), entende-se que as representações sociais conservam em si um caráter prático, da mesma forma que as práticas articulam e mobilizam representações, que são sempre situadas no espaço, vividas e em movimento através do tempo. Dessa maneira, o cotidiano aparece como o *locus* em que estas representações são formadas, mobilizadas e transformadas, de acordo com as relações que se constituem em cada lugar. Para Silva (2009), o gênero aparece como uma representação cultural hegemônica, que perpassa toda a construção das sociedades contemporâneas. O gênero funciona atribuindo diferença aos corpos com base no sexo, e constitui um elemento fundamental para interpretar essa realidade. No mercado de trabalho, essa distinção se naturaliza de maneiras desiguais: mulheres são vistas como *biologicamente* mais aptas a profissões que lidem com o público, com a limpeza e cozinha, além dos cuidados da família e da casa. De acordo com Taveira (2010), Moscovici distingue entre três tipos de representações sociais.

As representações sociais hegemônicas são compartilhadas pelos membros de uma nação, uma cidade, um partido, uma empresa, sem terem sido produzidas por eles; ou seja, as representações coletivas de Durkheim. As representações sociais emancipadas são elaboradas por um grupo, mas podendo adquirir autonomia serem apropriadas por outros grupos. Por fim, as representações sociais polêmicas são elaboradas por apenas dois grupos em conflito, mas não compartilhadas pela sociedade como um todo.

Para Sá (1998), uma vez formadas, as representações geralmente são estruturadas por um núcleo central mais fixo, em torno de um objeto específico, e um núcleo mais flexível, formado a partir dos diferentes significados construídos em torno de objetos próximos e relacionados a estas representações. De certo modo, este núcleo central pode ser pensado como os elementos que raramente são questionados pelos sujeitos envolvidos nestas relações, já que são tomados como fundamentais, como um pressuposto para que essa relação se realize. No caso do trabalho doméstico remunerado, objeto deste estudo, esse núcleo parece envolver, entre outros elementos, a atribuição de gênero das tarefas domésticas, a desigualdade de renda e de oportunidades entre empregadores e empregados.

Visto como parte de um universo reificado, ou seja, representações hegemônicas a partir das quais as consensuais são elaboradas e reconstruídas, o filme surge como uma possível comparação entre as suas realidades e outras representações, da maneira como se identificam e constroem essas relações de trabalho. De maneira geral, para Vera (informação verbal, 2022), existem diversas semelhanças entre a representação do filme e o seu cotidiano,

sobretudo, na forma em que os personagens lidam com as situações que surgem dessa convivência. No entanto, uma das diferenças mais marcantes entre a obra e seu cotidiano, é que os empregadores na obra esperam que Val esteja a disposição a todo momento, até mesmo para tarefas extremamente simples como beber água e servir-se alimento. Tanto Vera quanto Sonia (informação verbal, 2022) comentaram nunca ter presenciado alguma família parecida na sua experiência: “Querem tudo na mão deles”, se referindo à família do filme.

No contexto dos estudos organizacionais especificamente, Taveira (2010) entende que devem se manifestar com maior frequência as representações hegemônicas e emancipadas, já que devido a manipulações e coerções, podem servir como elementos que evitam conflitos e disputas no local de trabalho. No caso do trabalho doméstico, no entanto, essa coerção se dá exclusivamente através da figura do empregador, algo que deve reforçar a manutenção de representações sociais polêmicas, ainda que estas tendam a ser atenuadas pela necessidade de permanecer no trabalho. Desse modo, é comum que trabalhadoras domésticas evitem alimentar discussões em torno de questões mais banais, já que ajustes na maneira que o trabalho é feito fazem parte da atividade como um todo, da adaptação às demandas da família.

Devido à naturalização de uma divisão sexual do trabalho que enxerga mulheres como responsáveis pelo trabalho reprodutivo, é comum que a maior parte dessas negociações sejam feitas com a figura da *patroa*, geralmente outra pessoa do sexo feminino que coordena e instrui o trabalho da empregada doméstica. Assim como em *Que Horas Ela Volta?* (2015), existem diversos limites que não *devem* ser transgredidos pelas trabalhadoras, já que certamente tendem a ser assuntos mais sensíveis, com potencial de gerar discussões.

Conversando sobre a tentativa de abuso representada no filme, as trabalhadoras comentaram que são casos raros, e que esse deve ser sempre um cuidado. Para Vera (informação verbal, 2022), muitas vezes a conduta das empregadas domésticas também é irresponsável, e inclusive pode conduzir a este tipo de situação, quando limites não são impostos logo cedo. Para Margarete (informação verbal, 2022), a relação representada no filme também vai além do que é esperado em outros sentidos, particularmente na intimidade que Val constrói no filme com o personagem de Fabinho, uma vez que esta vai além no afeto, e até contrária à educação do personagem da mãe, Bárbara:

Tipo, tu não pode passar por cima do amor da mãe, eu sim, eu dô carinho e coisa. Eu vi ali no filme, que ela é muito, assim, né, eu não, eu dou carinho, mas eu sempre me ponho pra trás, menos do que a mãe. Por que é claro que vai dar ciúme, com certeza... Eu não me envolvo muito, mãe é mãe e empregada é empregada.

Para Teixeira (2015), já que a profissão envolve uma extensão do trabalho de cuidado já atribuído a mulheres de maneira geral, é comum que a empregada doméstica reproduza afetos que correspondem a relações familiares, ainda que parcialmente. Essa reprodução pode ser, de acordo com Teixeira (2015), o que explica uma certa negação de trabalhadoras domésticas de sua posição de subordinação, algo muito bem exemplificado pela expressão “como se fosse da família”. Essa leitura, de certo modo, nega e busca apagar a posição das trabalhadoras, atribuindo àquela relação algo que ultrapassa a condição de contrato de trabalho. Não é por acaso que essa afirmação é expressa pela personagem de Bárbara, buscando forjar uma identificação simbólica, mas que parece encontrar pouco eco na personagem de Val.

Como parte fundamental da percepção que os sujeitos constroem acerca de sua relação com a sociedade e o mundo em que vivem, a identidade tende a surgir de um posicionamento frente a estas representações sociais (MOSCOVICI, 2008). Desse modo, enquanto participantes como Cleusa (informação verbal, 2022) se identificaram com a representação trazida pelo filme de Anna Muylaert (2015), outras tendem a reconhecer esse potencial de aproximação como capaz de produzir relações genuinamente íntimas e próximas, algo que lhes faz sentir bem e realizadas, algo que possibilita a criação de sentido e identificação com o trabalho. Vera (informação verbal, 2022), por exemplo, relata ter muito orgulho de ser considerada *da família* até hoje por parte de seus primeiros empregadores na cidade, que ela ainda mantém contato, sobretudo por ter cuidado de um dos seus filhos por tantos anos, que é PcD. Maria (informação verbal, 2022) também concorda com essa afirmação, já que, para ela, a melhor parte de sua profissão é trabalhar como cuidadora de uma criança PcD; é muito gratificante poder cuidar de alguém e ser gostada, ser recebida com carinho e um sorriso todos os dias. Por mais que o trabalho seja muitas vezes difícil, puxado, a maioria relata que com o tempo tornam-se mais rápidas e exercem os trabalhos com facilidade.

Maria (informação verbal, 2022) relembra dos presentes e gestos que, mesmo que não sejam muito significativos para quem faz ou de grande valor financeiro, fazem ela se sentir bem e em casa para fazer as limpezas. Maria e Vera (informação verbal, 2022) reconhecem que muitos empregadores valorizam o seu trabalho de maneira satisfatória, pequenos ou grandes elogios e reconhecimentos são muitas vezes o que motiva para que o trabalho seja feito com amor. De modo geral, foram diversas as colocações que pontuaram essa

aproximação e aprendizado gerada pelo trabalho, em que todas relatam sentir muito orgulho de exercer a profissão, que é muito mais prazerosa quando feita com amor.

Desse modo, embora a profissão se dê sempre em meio a uma relação de exploração econômica, nem sempre isso resulta, necessariamente, na ausência de uma compreensão ou identificação com os empregadores. Se observa a presença de discursos muitas vezes contraditórios relacionados ao trabalho doméstico, enquanto algumas mulheres enxergam a atividade ao máximo como emprego temporário, quando a necessidade financeira aperta, outras se sentem plenamente realizadas na profissão, sem nenhuma intenção de buscar outras atividades. Isso se dá, em partes, pelo reconhecimento e satisfação que desenvolvem ao desempenhar as atividades de cuidado, além do conhecimento que adquiriram ao longo de sua experiência. Sua posição também é baseada no que observam no mercado de trabalho, com sua profissão apresentando uma demanda crescente e uma remuneração adequada, diferente de muitas outras mulheres no mercado de trabalho. É possível que, caso houvesse um número maior, ou um perfil mais variado de participantes, surgissem outras percepções, sobretudo de trabalhadoras mais novas.

#### 5.4. JUSTIÇA ESPACIAL E TRABALHO DOMÉSTICO

Tendo em vista estes *feixes de relações* explorados até aqui, é possível retomar algumas questões chave que perpassam o trabalho doméstico remunerado e de que maneiras a atividade se relaciona com o enfoque da justiça espacial construído nesta pesquisa. Nas últimas décadas, seguindo a reflexão de autores como Lefebvre (1991), Soja (2000) e Santos (2002), geógrafos têm se dado conta de que a produção do espaço e da sociedade são processos imbricados, em que o estado de cada um deles é transformado a partir de seus encontros, desencontros e contradições. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, há uma série de fatores históricos e socioespaciais que exercem um peso enorme sobre a qualidade de vida e o acesso a bens e serviços, já que indivíduos tendem a ser divididos em virtude de suas propriedades, de sua classe, de sua raça, de seu gênero, de sua idade, do seu acesso à educação técnica e superior, para citar alguns. A atividade do trabalho doméstico remunerado, da forma como existe hoje, provavelmente não seria possível caso não houvessem existido geografias tão injustas, por tanto tempo.

Conforme indicam estudos como os da OIT (2013), mulheres que exercem o trabalho doméstico remunerado no mundo costumam se encontrar em situação de vulnerabilidade, seja

por viverem em bolsões de pobreza, por serem migrantes ou imigrantes de regiões de risco, por residirem na casa dos empregadores, etc. Esse cenário configura, no mundo contemporâneo, o que muitos autores têm chamado de uma globalização desigual do trabalho doméstico, em que classes privilegiadas recebem a maior parte do cuidado, dispensado de maneira geral por uma força de trabalho precarizada (GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, 2010). Como um território forjado para produção e extração de *commodities*, e com base na exploração da mão de obra escravizada, o Estado brasileiro proibiu a escravidão há apenas 135 anos, e o que surgiu em seu lugar foi um mercado de trabalho extremamente segregado (GONZALEZ, 2019).

Com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), aprovada por Getúlio Vargas em 1943, parte considerável dos trabalhadores do Brasil se viu inserida numa rede de proteção social estruturada até o nível nacional, algo que certamente representou maior dignidade e justiça nas relações de trabalho. As trabalhadoras domésticas, no entanto, não foram contempladas com a decisão no nível nacional, o que lhes deixou desamparadas caso não houvesse legislações em outros níveis da federação, ficando a mercê das decisões de seus empregadores. Seria somente no segundo governo de Dilma Rousseff, com a aprovação da Lei Complementar 150 (BRASIL, 2015), que as trabalhadoras domésticas conquistaram direitos como a obrigatoriedade do vínculo em mais de dois dias por semana trabalhados, férias remuneradas, intervalo de almoço, 13º salário, etc. Mesmo com tal legislação aprovada, não há fiscalização em torno do cumprimento destas leis, ficando a cargo de cada trabalhador mobilizar uma ação contra o seu empregador.

Nas mais diversas cidades do país, as quase 6 milhões de trabalhadoras domésticas brasileiras vivem uma realidade muito distinta de outros empregos, marcada pela proximidade, pela intimidade que se constrói com os empregadores, sobretudo no caso das mensalistas (IBGE, 2021). Como um país de proporções continentais, são diversas as geografias injustas que possibilitam que a atividade permaneça existindo, e que representam em última medida, as particularidades culturais e regionais de cada um desses espaços. Provocada pelo pesquisador, Cleusa (informação verbal, 2022) comentou acreditar que, caso a personagem de Val vivesse em Concórdia, provavelmente sua situação seria mais agradável de maneira geral, já que por ser uma cidade menor, teria mais chances de ser acolhida e entendida. De acordo com o debate de Corrêa (2010), pode-se adicionar a isto o fato de que em cidades maiores, como no caso de Presidente Prudente e São Paulo, são comuns grandes

deslocamentos da moradia para o trabalho, já que a maior parte dos empregadores reside em condomínios e bairros distantes do centro.

Para Vera (informação verbal, 2022), no entanto, ainda que muitas vezes a remuneração seja baixa, ela acredita que seu salário é justo, mesmo que venha acompanhado de uma carga grande de trabalho. Ao questionar as colegas quanto cobram hoje pela diária, Cleusa (informação verbal, 2022) ficou impressionada, sobretudo comparando com o que ela mesma cobrava apenas alguns anos atrás, “trabalhei a vida toda de graça”. Hoje em dia, existe uma facilidade maior de entrar em contato com outras trabalhadoras, de encontrar novos empregos e de tomar conhecimento destas questões, como na internet e nas redes sociais. De acordo com Vera, tais momentos também acabam servindo de aprendizado:

Quando eu começo, nos primeiros meses, eu não, não me vai muito o trabalho, porque eu não conheço a casa, não conheço o jeito deles, né, e com o tempo eu vou pegando esse jeito e começa a render. E geralmente elas me falam que é verdade, que no início, não vai, tipo assim, eu não consigo fazer os trabalhos direito, eu não consigo limpar direito. Mas depois, quando tu pega o jeito da pessoa, a prática, é muito fácil né. [...] Quando cheguei aqui em Concórdia não conhecia ninguém, e meus primeiros patrões não eram fáceis, mas é que nem ela falou, é um aprendizado, que teve coisas assim que aprendi com eles, assim como eles, e ele também sempre fala que aprenderam muita coisa comigo (informação verbal, 2022).

Dessa forma, se no filme *Que Horas Ela Volta?* (2015), a confiança, a intimidade e o comprometimento de Val com a família Bragança podem ser vistos como uma *via de mão única*, na realidade isso raramente é possível nas relações de trabalho. Para Vera (informação verbal, 2022), certamente desentendimentos são comuns, mas o esperado é que você se sente e converse com a família, para evitar que fiquem sabendo de uma questão a partir de comentários de terceiros, o que prejudica a relação e pode quebrar essa confiança. Portanto, Vera (informação verbal, 2022) defende que a confiança e o compromisso devem ser mútuos entre as pessoas envolvidas, ocupar uma posição subordinada não significa que ela pode ser tratada de qualquer modo, sem respeito.

Deve ser somada a esta colocação o fato de que, por serem trabalhadoras com muitos anos de experiência, as participantes de modo geral têm um conforto e uma flexibilidade maior em negociar ou encontrar opções mais viáveis para sua condição, e se entendem como capazes de optar em quais residências preferem ou não trabalhar. Para Margarete (informação verbal, 2022), as empregadas também têm parte da culpa na desvalorização da profissão, já que muitas por conta própria se colocam para baixo por serem empregadas. Ainda para Margarete (informação verbal, 2022), outra razão que explica a valorização da profissão é que

cada vez menos mulheres jovens sabem fazer as tarefas de casa, algo que também tem peso nos casamentos.

Por essa razão, essa questão da valorização também se relaciona com as últimas transformações que vêm ocorrendo na força de trabalho do município, que com a chegada de um número cada vez maior de imigrantes, tende a se tornar mais diversa e heterogênea por uma perspectiva cultural. Certamente são necessárias mais pesquisas, mas isso também pode indicar uma preferência por parte dos empregadores pela contratação de trabalhadoras mais experientes, mais familiarizadas com a língua e a cultura da região. Muitas também atribuem essa recente valorização no município ao fato de que existem cada vez menos mulheres na região interessadas em exercer a atividade, sobretudo as mais novas, que preferem receber menos em outros empregos para não serem domésticas. Embora a remuneração tenha aumentado, as empregadas afirmam que esse aumento já não se reflete tanto num maior poder de compra, devido à alta inflação dos últimos anos.

Quando comentam sobre a fundação do sindicato, Vera e Cleusa (informação verbal, 2022) compartilham da satisfação em conseguir reunir um grande número de trabalhadoras, que reuniam-se regularmente para conversar de maneira geral, sobre a profissão e outras questões da vida. Cleusa (informação verbal, 2022) comenta sobre sua experiência na fundação do grupo, há pouco mais de dez anos, e o que ouviu quando comentou com sua patroa na época sobre a ideia do sindicato. A participante relembra que, com todas as suas dificuldades, conseguiu ir para as rádios, fazer anúncios e chamar trabalhadoras para o sindicato. No entanto, isso eventualmente lhe causou problemas com seus patrões, que demonstraram rejeição à ideia, e ela temia que também afetasse na hora conseguir novos empregos e oportunidades.

Cleusa (informação verbal, 2022) ainda ressalta a importância de trabalhar para si mesma, algo que só conseguiu agora aposentada do trabalho doméstico. Agora, através de sua loja de salgados, seu trabalho finalmente pode dar melhores resultados e lhe permitir alcançar seus objetivos, algo que nunca conseguiu como empregada. Ainda de acordo com seu relato, foi uma satisfação muito grande quando recebeu um pedido considerável, e mesmo passando a madrugada trabalhando para cumprir o pedido, pode realizar seu sonho de ter uma fachada nova, com portas de vidro em seu estabelecimento. Em outro momento, Cleusa (informação verbal, 2022) comenta sobre um reencontro que teve com a mesma empregadora que lhe trancava fora de casa quando viajava, quando seus filhos ainda eram pequenos:

Eu saí, porque ela me ofendeu muito, eu me ofendi porque ela me disse assim: “Os teus filhos não vão ser nunca ninguém, Salete, não fique esperando isso”. E, no entanto, faz uns três meses que ela veio me visitar, e eu tive a oportunidade de dizer: Fulana, agora você vai me ouvir. Nossa senhora, meu marido queria me matar, mas eu tinha que falar, porque ela veio elogiando né, essa afilhada dela. Eu disse: “Olha Ana, eu não esqueço tudo que tu fez pra Paula e no entanto, ela é filha de uma empregada doméstica, agora aposentada, toda quebrada, porque deixei minha saúde pra você, e no entanto ela é doutora”. Ela disse: “Nossa, eu tenho muito orgulho do Dr Paula”. “Ah, você tem orgulho? Mas você disse que meus filhos não iam ser ninguém na vida...” [...] Ela só me ouviu...”

Por essa perspectiva, a realidade de Cleusa é muito similar à da personagem de Val, sobretudo levando em consideração o desfecho de ambas histórias. Para Cleusa (informação verbal, 2022), após uma vida limpando e cozinhando, poder ver que sua filha se tornou doutora é um sinal de muito orgulho, de uma realização que foi possível graças ao seu trabalho como doméstica. Sem possibilidades de prosseguir seus estudos ou encontrar uma atividade diferente, assim como no caso de Val, o sonho de alcançar maior conforto e uma ascensão social é transferido para seus filhos e filhas, que buscam esse caminho não mais a partir do trabalho, mas na educação.

Os conflitos expostos no filme e nos relatos das colegas, no entanto, entram em contraste com o que muitas das trabalhadoras participantes vivenciam cotidianamente. Sonia (informação verbal, 2022) talvez seja a que mais discorda da experiência das colegas, e também sente orgulho em afirmar que tem acesso a todos os espaços da casa, sem quaisquer discussões e restrições, além de fazerem questão de ter sua presença nas refeições. Para ela, não é possível imaginar situações como estas, já que seus empregadores lhe tratam melhor do que seus próprios familiares, lhe comprando presentes, apoiando suas ideias, iniciativas, e demonstrando preocupação com suas questões pessoais. Para Sonia (informação verbal, 2022), portanto, ser considerada como da família é um motivo de satisfação, já que lhe faz sentir-se bem e respeitada.

Observa-se que na experiência de outras trabalhadoras, conflitos e restrições aparecem como algo muito mais distante do cotidiano, já que sua relação com seus empregadores é vista como muito mais justa, educada e pacífica. Para Margarete (informação verbal, 2022), de maneira geral, conflitos como estes são comuns, mas é tudo uma questão da empregada ser humilde, se pôr no seu lugar e respeitar os patrões, o que não significa um distanciamento e sim, cumplicidade. Em sua visão, críticas e comentários dos empregadores podem também ser uma coisa muito positiva, já que, graças ao que aprendeu trabalhando no passado, hoje leva muito menos tempo para realizar as mesmas tarefas, o que possibilita hoje que ela trabalhe

menos e ganhe mais. Por essa razão, relata sempre ter tido uma boa relação com seus patrões e com suas famílias, tendo abertura para conversar com todas as pessoas, mesmo as pessoas mais fechadas da família (MARGARETE, informação verbal, 2022).

Maria, Margarete e Sônia (informação verbal, 2022), por exemplo, afirmaram ter orgulho de ter a confiança e a liberdade para circular pela casa de seus empregadores, mesmo quando eles não estão em casa. Judite (informação verbal, 2022) também afirma que onde trabalha sempre foi bem tratada e que se sente reconhecida pelo seu trabalho. Por essa razão, pelo menos em Concórdia, a situação parece ser mais favorável, algo expresso numa fala de Judite (informação verbal, 2022), de que antigamente a desvalorização da atividade era muito mais pronunciada, e de que as trabalhadoras tinham uma margem muito pequena de negociação: "Se você não quer, tem quem quer". No entanto, mais uma vez, essa valorização tende a não se refletir em melhores remunerações, tendo em vista a grande carga de trabalho a que muitas vezes são sujeitas.

Embora o discurso das participantes não seja particularmente orientado para uma perspectiva espacial, pode-se observar que o exercício do trabalho doméstico é permeado por geografias injustas, que vão além da escala da casa, e refletem a sociabilidade como um todo, a história do Brasil e do capitalismo como modo de produção. Partindo de Soja (2013), percebe-se que as práticas do trabalho doméstico remunerado só são possíveis graças às desigualdades distributivas, a injustiça na lei ou a falta de cumprimento dela, as desigualdades que perpassam as questões de raça, gênero e educação. Nesse mesmo sentido, no entanto, o reconhecimento da inerente política presente nessas relações, além dos diálogos com colegas e membros do sindicato, ou até mesmo a conscientização através das redes podem representar ferramentas que facilitam a negociação e a garantia dos direitos por parte das trabalhadoras.

Levando em consideração Massey (2013), ao identificar o lugar como um espaço seguro, pausa na vida agitada que caracteriza as cidades modernas, nota-se que a geografia historicamente negou a dinamicidade dos espaços privados, como o da casa. Com base nisso, considerando as contribuições de geografias feministas, faz-se necessário lançar novos olhares sobre estes espaços, buscando pensá-los também como produzidos politicamente, inseridos nas dinâmicas espaciais que estruturam o capitalismo. Embora muitas vezes essa política seja usurpada das representações da casa conforme aparecem no Cinema, sobretudo no Brasil, *Que Horas Ela Volta?* (2015) faz questão de explorar estes espaços do trabalho doméstico, buscando expressar esses pequenos atos que constroem as histórias de maneiras mais amplas.

Para certas trabalhadoras, como Margarete (informação verbal, 2022) a exploração e a opressão são parte do passado da profissão, algo que era relativamente comum nos seus primeiros anos, mas que hoje sabem lidar com maior sabedoria. Para outras, como Vera e Cleusa (informação verbal, 2022), é graças ao diálogo com as colegas, a conscientização dos direitos, o cumprimento da lei e o fortalecimento do sindicato que é possível vislumbrar um futuro mais justo para a profissão. De todo modo, também é necessário reconhecer que a conscientização é apenas o primeiro passo na luta por geografias mais justas, mas é certamente um passo ainda distante ser completado, num cenário em *Que Horas Ela Volta?* (2015) surge como uma das exceções em meio às representações do trabalho doméstico.

Quando o Cinema ecoa a invisibilidade do trabalho doméstico do imaginário das classes altas e médias no Brasil, a empregada tende a aparecer como um acessório da história, sempre bem humorada, prestativa. Nas memórias de Cleusa (informação verbal, 2022) a representação das empregadas costuma ser comum, mas sem muitas particularidades, com exceção à novela *Empreguetes*, que ecoou muitas de suas angústias e anseios enquanto empregada, algo que algumas das colegas concordam. Ao final da exibição, nos momentos que antecederam a saída do local, muitas trabalhadoras comentaram que gostaram muito da obra, bem humorada, mas ao mesmo tempo real e dramática. Inclusive, participantes também destacam o momento em que Val pede as contas no filme, tido como um ato de autovalor e coragem.

Suas percepções parecem apontar, desse modo, para uma transformação cultural que parece acontecer tanto por parte de trabalhadoras como empregadores, pelo menos na região. A crescente demanda pela profissão, o aumento dos salários e a regulamentação fornecida hoje legalmente, as mesmas se encontram numa posição muito mais confortável do que já estiveram, havendo menos espaços para falta de respeito e desentendimentos. Esse resultado, no entanto, não deve indicar a ausência de conflitos em torno do trabalho doméstico, e sim, representa sobretudo um cenário, numa cidade menor e de urbanização recente, e num recorte etário e cultural específico.

Este trabalho não se preocupa tanto em definir ou aprofundar o que poderia vir a ser uma justiça espacial, isso porque, se reconhece a justiça plena deve assumir diferentes caminhos, partindo de diferentes perspectivas, dentre elas, melhor distribuição salarial, maior valorização profissional, o alcance de direitos ou até o fim do trabalho doméstico. A justiça espacial no trabalho doméstico deve ser sempre contextualizada, e envolve um reconhecimento dos fatores que produziram, e permanecem produzindo desigualdades sociais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo a construção da pesquisa, é possível retomar seus objetivos e as discussões desenvolvidas até aqui, trazendo uma perspectiva geral do trabalho, seus resultados, suas limitações e suas contribuições para o cenário científico e social. Como se espera em casos como estes, houve diversas ideias envolvidas na identificação dos objetos, enfoques e conceitos que seriam mobilizados no estudo, e que em sua soma culminaram no texto apresentado neste documento. Inicialmente, o foco principal era pensar o Cinema a partir da Geografia, e especificamente, pensar obras do Cinema nacional como expressões de parte de uma cultura brasileira, de sua formação socioespacial e de seu cotidiano. No entanto, no movimento de construção dessa pesquisa, seu enfoque foi transformado com o intuito de englobar as contribuições da ideia de espaço vivido, além dos relatos de trabalhadoras acerca das relações entre o Cinema e suas atividades. Dessa forma, mobiliza-se a Teorias das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2008) e as epistemologias do Terceiro Espaço (SOJA, 1998) como forma de abarcar não apenas as dimensões simbólicas e materiais do espaço, mas também a sua dimensão vivida.

De maneira mais ampla, a pesquisa teve o objetivo de analisar a relação entre representações sociais do trabalho doméstico e a criação de significados por trabalhadoras domésticas do município de Concórdia-SC a partir da obra *Que Horas Ela Volta?* (2015). Essa análise se deu a partir de dados coletados no grupo focal, realizado com um grupo de trabalhadoras domésticas após a exibição do filme. Este objetivo foi alcançado, tendo em vista que a caracterização do trabalho doméstico remunerado trazida pela obra suscitou que as participantes expusessem num debate as maneiras como entendem e interpretam o exercício da atividade e os objetos que envolvem essa prática em seus cotidianos. Naquilo que relembram, concordam e discordam aparecem inúmeras teias dessas relações de trabalho, das formas que essa experiência afeta sua autoestima e suas identidades.

Tendo em vista o potencial de articulação entre uma abordagem cultural, o estudo do Cinema e a Teoria das Representações Sociais a partir da Geografia, o segundo capítulo, após a introdução, dá conta de aprofundar estas aproximações. A cultura aparece como um universo de produção e reconstrução de imagens, discursos e significados acerca do mundo da vida, configurando um elemento crucial para a compressão dos diferentes grupos sociais e como estes se posicionam frente ao seu cotidiano. Se uma vez a cultura era associada na Geografia com as dinâmicas naturais e sua evolução ao longo do tempo, esse já não tem sido

mais o caso há pelo menos algumas décadas, cada vez mais as imagens e as representações sociais expressam uma realidade em movimento, que produz e sofre os efeitos das transformações em toda sociedade.

Por esta perspectiva, seguindo o objetivo de pensar o papel da organização do trabalho no cotidiano e na manutenção de injustiças espaciais na sociedade, o terceiro capítulo trata com maior ênfase das formulações de Lefebvre (1991) e Soja (1998) e as relações que estabeleceram entre suas teoria e as representações do espaço, em particular no Cinema. O trabalho aparece como um elemento fundamental para se pensar o cotidiano e a vida coletiva em sociedade, nos mais diferentes tempos e lugares que se possa imaginar. Nas sociedades capitalistas, o trabalho tende a ser sujeito a uma lógica hegemônica, que busca determinar e manipular o seu exercício através da produção de valor de troca em detrimentos de valores de uso. A marginalização e precarização do trabalho doméstico envolve uma série de fatores que, em última medida, tendem a reproduzir geografias injustas, todos imbricados com a produção de diferenças, como o gênero, a desigualdade social, a raça, o acesso à educação, a nacionalidade, etc.

Ao levar em consideração os elementos trazidos até aqui, nota-se que o filme de Anna Muylaert (2015) dedica uma atenção particular ao espaço e às vivências que envolvem o exercício do trabalho doméstico remunerado. Não apenas isso, mas também consegue expressar em torno de uma história íntima e pessoal diversos elementos que caracterizam o lugar ocupado pela atividade no imaginário de parte da sociedade brasileira, que se estruturam a partir de uma produção de diferença. Essa diferença deve ser pensada como contextual, ou seja, por mais que possa corresponder a desigualdades concretas que antecedem tal interação, em última medida ela é produzida apenas a partir destas interações e as significações que assumem nos diferentes contextos socioespaciais.

Por fim, ao analisar os significados criados a partir da exibição da obra *Que Horas Ela Volta?* (2015) por parte das trabalhadoras domésticas do município de Concórdia, observou-se que em diversos momentos o filme ecoa as experiências de exclusão e de transgressão vividas por parte das trabalhadoras ao longo de suas trajetórias. Esta atenção que a construção da obra dá à dimensão espacial resulta numa identificação nos relatos de muitas trabalhadoras, que enxergam na trajetória de Val muitos dos anseios que perpassam o exercício da atividade. Por outras perspectivas, no entanto, o enredo vivido pela personagem é, hoje, uma realidade distante no tempo, ou que pelo menos acontece com muita raridade no município de Concórdia. Apesar disso, são destacadas as maneiras em que o recorte demográfico similar

das participantes pode estar envolvido nessa situação de maior conforto e escolha que muitas relatam estar vivendo, como a faixa etária, a experiência na profissão e a proximidade com membros do sindicato.

Conforme destacado no decorrer do trabalho, diversos elementos podem ter impactado os resultados da pesquisa, e que em última medida podem indicar caminhos a serem seguidos ou evitados em futuras investigações. Por uma perspectiva teórica, mesmo que as ideias de Soja (1998, 2000) representam um esforço essencial nesta direção, ainda são necessários mais estudos direcionados ao lugar da cultura, das representações e do sujeito numa Geografia que se assuma fundamentada no materialismo dialético. Por uma perspectiva prática e metodológica, existe um ponto que trouxe ao mesmo tempo vantagens e limitações para a realização do grupo focal, o recrutamento das trabalhadoras com proximidade com o SINTRADC.

Ao longo da concepção e execução da pesquisa, sobretudo devido à ainda recente pandemia de COVID-19, houve muitos atrasos e inseguranças em relação à quantidade de trabalhadoras que poderiam e aceitariam participar da dinâmica. De modo geral, a rede de contatos em torno das mulheres membros do sindicato foi de suma importância para reunir um número considerável de convidadas que aceitaram participar, um total de doze entre diaristas e mensalistas. Devido às fortes chuvas no dia marcado, no entanto, apenas metade das mulheres puderam comparecer, e não houve muito tempo hábil para se agendar outro grupo. Outra limitação foi o cumprimento da obra escolhida, que era de quase duas horas, embora esta já estivesse prevista desde antes da realização do grupo focal. Fosse pelo atraso das chuvas, ou pelo fato de ter sido realizado numa quarta-feira à noite, nota-se que o tempo do diálogo em grupo foi mais curto do que poderia ter sido, pouco mais de uma hora. Por essa razão, associada à proximidade da faixa etária, houve uma diversidade menor de ideias e elementos trazidos pelas trabalhadoras, algo que poderia contribuir para maior riqueza no estudo, assim como novas exposições a domésticas e grupos sociais envolvidos nessa trama.

De todo modo, se entende que o trabalho apresentado aqui contribui e alimenta avanços em alguns debates e frentes de pesquisa que ainda são incipientes como interesse da Geografia. Tanto no Brasil como em boa parte do mundo, o Cinema tem se estabelecido como uma preocupação dos geógrafos, e além de contribuir para esta consolidação, esta pesquisa busca ampliar esses horizontes a partir de uma aproximação de fatores estruturais, como a reprodução, o trabalho e o trabalho doméstico, e do mundo vivido, conforme pontuam Aitken e Dixon (2006). Por essa mesma vertente, também amplia e constrói uma aproximação entre a

Geografia do Trabalho e as dinâmicas culturais, algo que ainda é muito pouco explorado, tendo em vista que há um potencial de se pensar essas espacialidades e suas representações.

Ao longo do texto, é dedicada uma atenção para o espaço da casa e como as relações de trabalho são construídas nesses espaços, particularmente, em torno das problemáticas que surgem no trabalho doméstico. No entanto, parâmetros semelhantes podem ser pensados para o estudo de outras práticas de trabalho, as maneiras como são representadas culturalmente e que se expressam suas espacialidades, não apenas no subemprego ou em profissões marginalizadas, mas também em atividades de maior remuneração e reconhecimento.

Embora a atividade do trabalho doméstico remunerado seja geralmente restrita ao espaço da casa, não é possível ignorar o impacto que a organização social tem em permitir ou formalizar esse cenário. Pensar o espaço do presente envolve um movimento que desenrola os efeitos de tempos passados, suas potencialidades e seus desfechos, enquanto ao mesmo tempo, se aponta para um futuro em potencial, através de suas apropriações e significações. Por essa razão, se por um lado o trabalho doméstico é fruto de desigualdades e injustiças que perpassam a formação da sociedade como um todo, ao mesmo tempo, existem possibilidades que essas relações sejam transformadas em uma direção mais justa.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AITKEN, Stuart C.; DIXON, Deborah P. Imagining geographies of film. **Erdkunde**, p. 326-336, 2006.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. Brasiliense, 2017.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. A propósito do Trato do Invisível, do Intangível e do discurso na Geografia Cultural. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 41-50, 2013.
- AMADOR, Milton Cleber Pereira. **A colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia (1920 a 1960)**. Tese de Doutorado, PPH - Unisinos. 2010.
- ARAÚJO, J. A. Implicações teórico-metodológicas na Geografia ao se adotar as noções de vida cotidiana e cotidiano. In: XII ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2009, Montevideo. **Anais do 12 Encontro de Geógrafos da América Latina**, Montevideo, 2009. v. 1.
- ARCASSA, Wesley de Souza. Friedrich Ratzel: a importância de um clássico. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 1, p. 98-115, 2017.
- AUMONT, Jacques. **A Imagem (a)**. Papyrus Editora, 1993.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.
- AZEVEDO, Ana Francisca de; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João Carlos Vicente. **As geografias culturais do corpo**. 2009.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman Editora, 2009.
- BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, p. 446-462, 2018.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. L&PM Editores, 2018.
- BENACH, Núria.; ALBET, Abel; SOJA, Edward W. **Edward W. Soja: la perspectiva postmoderna de un geógrafo radical**. Icaria, 2010. 285 p.
- BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 81-117, 2015.

BRASIL. **Emenda Constitucional 72**, de 2 de abril de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm)> Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150**, de 1º de junho de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm)> Acesso em: 24 jan. 2022.

BRUM, Eliane. A boa sinhazinha e a boa escrava – nunca mais. In: MUYLAERT, Anna. **Que horas ela volta?** São Paulo: Klaxon, 2019. p. 1-6.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Os caminhos da geografia humana no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 71, p. 129-142, 1993.

CLAVAL, Paul A **Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. Uma, ou algumas, abordagem (ns) cultural (is) na geografia humana. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, p. 13-29, 2008a.

CLAVAL, P. Geografia e dimensão espacial: a importância dos processos na superfície da terra. In: ALMEI-DA, M. G.; CHAVEIRO, E. F; BRAGA, H. C. (Orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008b, p.17-46.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Ed. da UFSC, 2011.

CLEUSA (pseudônimo). **Informação verbal produzida em grupo focal após a exibição de Que Horas Ela Volta? (2015)**, 30 de novembro de 2022, Concórdia - SC. Cedida à Rômulo Scariot.

CÔRREA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia In: CASTRO, Iná Elias. de; GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 7-22, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato, A geografia cultural e o urbano, In CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org), **Introdução à geografia cultural**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007a.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny, SARMENTO, João (Ed.). **Geografia cultural: uma antologia**. SciELO-EDUERJ, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny, COSTA, Maria Helena Braga Vaz de. (Ed.). **Geografia cultural: uma antologia**. Vol. 2 SciELO-EDUERJ, 2013.

CORREIA, Silvia. **Empregadas domésticas e Relações de trabalho nos loteamentos fechados de Presidente Prudente-SP**. Tese de Doutorado. 2010.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**, n. 5, p. 5-29, 1998.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 219-237, 2012.

COSTA, Antonio. Landscape and Archive: Trips" Round the World as Early Film Topic"(1896-1914). **Landscape and Archive**, p. 245-266, 2005.

COSTA, Maria Helena Braga Vaz da. Espaços de subjetividade e transgressão nas paisagens fílmicas. **Pro-Posições**, v. 20, p. 109-119, 2009.

DALLA COSTA, Armando J.; GARCIA, Junior RA. Trajetória da Sadia no Mercado Internacional: das Exportações à Implantação de Unidades no Exterior. **Espacios**, v. 34, n. 11, p. 3-13, 2013.

DUNCAN, James. O supraorgânico na geografia cultural americana. **Espaço e cultura**, n. 13, p. 7, 2002.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. O estudo geográfico dos elementos culturais-considerações para além da Geografia Cultural. **Terra Livre**, v. 2, n. 29, 2007.

FERRER, Erica; SOBRINHO, Fernando Luiz Araujo. As violências contra as mulheres e a Geografia Feminista e de Gênero: de Doreen Massey, Maria Garcia-Ramon, até Joseli Maria Silva. **Conjecturas**, v. 22, n. 1, p. 1287-1307, 2022.

FIORAVANTE, Karina Eugenia. **Geografia e Cinema: a produção cinematográfica e a construção do conhecimento geográfico**. [tese]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

FIORAVANTE, Karina Eugenia.. Geografia e Cinema: a releitura dos conceitos de espaço, paisagem e lugar a partir das imagens em movimento. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 272–297, 2018. DOI: 10.5216/ag.v12i1.43532. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/43532>. Acesso em: 3 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel et al. Different spaces. **Aesthetics, method, and epistemology**, v. 2, p. 1954-1984, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: O nascimento da Prisão**. Leya, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Penso Editora, 2012.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 11-39, 2009.

GALLEGO CAMPOS, Fernando Rosseto. **Uma geografia do futebol amador: espaços de representação do futebol amazonense a partir do "peladão"**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GALVÃO, Andreia. Marxismo e relações de trabalho. **Cadernos Cemarx**, n. 1, p. 37-46, 2004.

GARCIA-RAMON, Maria Dolors. La división sexual del trabajo y el enfoque de género en el estudio de la agricultura de los países desarrollados. **Agricultura y Sociedad**, n. 55; 1990, pp. 251-277.

GARCÍA RAMÓN, Maria Dolors. ¿ Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?: hacia una geografía del género. **SEMATA**, Ciências Sociais e Humanidades, vol. 20: 25-51, 2008

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. **Espaço e cultura**, n. 19-20, p. 51-59, 2005.

GRIJÓ, Wesley Pereira; SOUSA, Adam Henrique Freire. O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações. **Estudos em Comunicação**, v. 11, n. 2012, p. 185-204, 2012.

GODOY, Paulo Roberto Texeira. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 12, n. 2, p. 125-132, 2008.

GODOY, Paulo R. **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. 2010.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 49-76, 1995.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Bertrand do Brasil, 1996.

GOMES, Paulo César Da Costa; BERDOULAY, Vincent. Imagens na geografia: importância da dimensão visual no pensamento geográfico. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 27, n. 2, p. 356-371, 2018.

GONÇALVES, Márcia Cristina Ferreira. **Filosofia da natureza**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

GOTHARDO, Josiane. Análise do filme Que horas ela volta?: o espaço social como palco de conflitos e tensões entre classes. 2017.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, p. 30-49, 2000.

GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, Encarnación. **Migration, domestic work and affect: A decolonial approach on value and the feminization of labor**. Routledge, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Questões sobre a (pós-) modernidade. **Geo UERJ**, n. 2, p. 7-22, 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2000.

HALL, Stuart. Cultura e representação. **PUC-Rio: Apicuri**, 2016.

HARRIS, David Evan. '**Você vai me servir**': desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do Equador. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. edições Loyola, (1989) 1992.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Conceito de trabalho. SÃO PAULO. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal, Coordenadoria Especial da Mulher, p. 65-69, 2003.

HOEFLE, Scott William. Epistemologia e teoria cultural. **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

IBGE. Pesquisa mensal de emprego - **PME: Algumas das principais características dos trabalhadores domésticos vis a vis a população ocupada**. 2010. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/Estudos/Principais\\_caracteristicas\\_trabalhadores\\_domesticos\\_abril2010.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Principais_caracteristicas_trabalhadores_domesticos_abril2010.pdf)

IBGE. **Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo**: Concórdia. IBGE, Censo Demográfico 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IBGE, **População ocupada**: Concórdia. Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2020 (data de referência: 31/12/2020), IBGE, Estimativa da população 2020b.

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - dados dos 4º trimestres de 2019 a 2021. Elaboração: DIEESE. Trabalho doméstico no Brasil. **DIEESE**, 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>> Acesso em: 24 de outubro de 2022.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Domestic workers across the world: Global and regional statistics and the extent of legal protection**. Geneva: International Labour Office, 2013.

IPEA. "Mulher e trabalho: Avanços e continuidades". **Comunicados do Ipea**, n. 40. Ipea: Brasília, 2010.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, n. 44, p. 1-21, 2001.

JUDITE (pseudônimo). **Informação verbal produzida em grupo focal após a exibição de *Que Horas Ela Volta?* (2015)**, 30 de novembro de 2022, Concórdia - SC. Cedida à Rômulo Scariot.

KAPP, Silke. De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana. **Cadernos MetrÓpole**, v. 13, n. 26, p. 439-450, 2011.

LACOSTE, Yves; MESSIAS, Nuno. **A geografia serve antes de mais para fazer a guerra**. 1977.

LAZZARESCHI, Noêmia. Trabalho ou emprego?. **Paulus**, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribuciones a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. (1999). **A Cidade do Capital** (M. H. R. Ramos & M. Jamur, Trans.). Rio de Janeiro: DP&A Editora.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana** (Trad. Sérgio Martins). Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 198 p.

LEFEBVRE, Henri. **The critique of everyday life: The one-volume edition**. Verso Books, 2014.

LÉVY, Jacques. Qual o sentido da Geografia Cultural? 1. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 19-38, 2015.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 483-492, 2013.

LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, p. 87-97, 1996.

MACEDO, Renata Mourão. Espelho mágico: produção e recepção de imagens de empregadas domésticas em uma telenovela brasileira. **cadernos pagu**, n. 48, 2016.

MAFFESOLI, Michel. Pós-modernidade. **Comunicação e sociedade**, v. 18, p. 21-25, 2010.

MARIA (pseudônimo). **Informação verbal produzida em grupo focal após a exibição de *Que Horas Ela Volta?* (2015)**, 30 de novembro de 2022, Concórdia - SC. Cedida à Rômulo Scariot.

MARGARETE (pseudônimo). **Informação verbal produzida em grupo focal após a exibição de *Que Horas Ela Volta?* (2015)**, 30 de novembro de 2022, Concórdia - SC. Cedida à Rômulo Scariot.

- MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, Roberto de Andrade. Espaço, tempo e éter na teoria da relatividade. São Paulo: **Rev. Bras. Ens. Fís**, v. 27, n. 11, 2008.
- MASSEY, Doreen. Flexible sexism. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 9, n. 1, p. 31-57, 1991.
- MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. John Wiley & Sons, 2013.
- MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da massey**. Bertrand Brasil, 2008.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Martins Fontes, São Paulo, 1999.
- MONBEIG, Pierre. Os modos de pensar na Geografia Humana. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 15, p. 46-51, 2017.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. Annablume, 2005.
- MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). **GEOgraphia**, v. 6, n. 11, 2004.
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. Brasiliense, 2012.
- MORENO, Vitor. **Filme da brasileira Anna Muylaert é aplaudido de pé em Sundance**. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/01/1580883-filme-da-brasileira-anna-muylaert-e-aplaudido-de-pe-em-sundance.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2015.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2009.
- NAME, Leonardo. **Geografia Pop: O cinema e o Outro**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013. 192 p.
- NASCIMENTO, Cláudio. Marxismo, Cotidiano e Subjetividade: a fenomenologia do "militonto", 2014.
- NEGRI, Anaurelino; TIETZMANN, Roberto. O limiar da piscina: uma análise do filme "Que horas ela volta?" em diálogo com o imaginário sobre a desigualdade social brasileira. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, p. 199-215, 2022.
- NUNES, Everton de Almeida. Da cozinha ou da sala?" Que horas ela volta?" Estudo de recepção com domésticas e patroas. Dissertação de Mestrado, 2018.
- ORUETA, Agustín Gamir; MANUEL VALDÉS, Carlos. **Cinema and geography: Geographic space, landscape and territory in the film industry**. 2009.
- ORUETA, Agustín Gamir. **Produciendo lugares: Industria cinematográfica e imaginario espacial**. 2013.

VICENTE JUNIOR, Osmani Jurandyr. **Uma análise do plano diretor municipal de Concórdia/SC e suas proposições ambientais**. 2014. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

PAES, Gabriel Guedes. Os limites da fenomenologia na investigação do imaginário. **Ipseitas**, v. 1, n. 2, 2015.

PEDROSA, Breno Viotto. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **Espaço e Cultura**, n. 39, p. 31-58, 2016.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas à empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. **Anais do Encontro da ANPUH**, 2011.

PICOLOTTO, E. L.; LAZZARETTI, M. .; FABIANA HÜBNER, M. . Reformas neoliberais no mundo do trabalho no pós-impeachment de 2016: atores, argumentos e alguns resultados. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 109–125, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/11216>. Acesso em: 28 out. 2022.

PIRIE, Gordon H. Sobre a Justiça Espacial. **Revista Cidades**, v. 14, n. 23, p. 11-22, 2022.

PRATT, Geraldine. Geographies of identity and difference: Making boundaries. **Human geography today**, p. 151-167, 1999.

PORTUGAL, Pedro. Arte vs. Ciência: No plano da investigação e na experiência artística. **Diacrítica**, v. 33, n.1, p. 158-178, 2019 Disponível em: <http://diacritica.ilch.uminho.pt/index.php/dia/article/view/284>. Acesso em 06/09/2021.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **São Paulo: MASP Afterall**, 2019.

**Que Horas Ela Volta?**. Direção de Anna Muylaert. São Paulo: Gullane Entretenimento S.a., 2015. (114 min.)

RAÍZES DIÁRIO, Redação. **BRF diz que 340 funcionários em Concórdia testaram positivo para coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.raizesdiario.com.br/brf-diz-que-340-funcionarios-em-concordia-testaram-positivo-para-coronavirus/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019. 256 p.

RAMINELLI, Ronald. Eva tupinambá. p. 11-44. In DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla Beozzo (Ed.). **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2004.

RAWLS, John. **A theory of justice**: Revised edition. Harvard university press, 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Brasiliense, 2017.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Ed.). **Geografia Cultural: uma antologia**. SciELO-EDUERJ, 2013.

ROVANI, Bruno Pilatti et al. Desenvolvimento Socioeconômico e Cooperativismo de Crédito no Município de Concórdia/SC. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 308-323, 2020.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. EdUERJ, 1998.

SANGION, Juliana et al. **Vale a pena ver de novo?** a Globo Filmes e as novas configurações do audiovisual brasileiro na pós-retomada. 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

SANTOS, C. E. M. ; RAMOS, F. P. ; SCHVARZMAN, S. ; MELO, L. A. R. . Continuidade Expandida e o Novo Cinema Autoral. **Nova História do Cinema Brasileiro**. 2ed. São Paulo: Edições Sesc, 2018, v. 1.

SANTOS, César Simoni. Em direção a uma utopia espacializada: romantismo e vida cotidiana no marxismo de Henri Lefebvre. revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 23, 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SAYER, Andrew. For a critical cultural political economy. **Antipode**, v. 33, n. 4, p. 687-708, 2001.

SCOTT, Heidi. Cultural turns. **A companion to cultural geography**, 1º Ed., p. 24-37, 2004.

SERPA, Angelo. Uma geografia que se pratica no dia a dia. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 11, p. 437-449, 2020.

SHIELDS, Rob. **Lefebvre, love, and struggle: Spatial dialectics**. Londres e Nova York: Routledge, 1999.

SICARD, Monique. Os paradoxos da imagem. **RUA**, v. 6, n. 1, p. 25-36, 2000.

SILVA, Joseli Maria (Ed.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Todapalavra Editora, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. 'NÃO ME CHAME DE SENHORA, EU SOU FEMINISTA'! POSICIONALIDADE E REFLEXIBILIDADE NA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA DE DOREEN MASSEY. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 11-20, 2017.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 63-77, 2019.

SILVA, Harrysson Luiz da et al. **A gestão do território pelo grupo Sadia no município de Concórdia**. 1991.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, (1989) 1993.

SOJA, Edward W. **Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. *Capital & Class*, v. 22, n. 1, p. 137-139, 1998.

SOJA, Edward W. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. 2000.

SOJA, Edward W. **Thirdspace: Toward a new consciousness of space and spatiality**. IKAS, Karin; WAGNER, Gerhard (Ed.). **Communicating in the third space**. Routledge, 2008. p. 63-75.

SOJA, Edward W. **Seeking spatial justice**. U of Minnesota Press, 2013.

SÔNIA (pseudônimo). **Informação verbal produzida em grupo focal após a exibição de *Que Horas Ela Volta?* (2015)**, 30 de novembro de 2022, Concórdia - SC. Cediada à Rômulo Scariot.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

SMITH, Neil. A diversão da cultura: a política da geografia cultural. Traduzido por João Souza. **Revista GEOgrafias**, v. 29, n. 1, p. 331-347, 2021.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. UNESP, 2003.

SZTOMPKA, Piotr. The Focus on Everyday Life: a new turn in sociology. **European Review**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 23-37, fev. 2008. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1062798708000045>.

TAVEIRA, Izabela Maria Rezende. **Representações sociais da qualidade de vida no trabalho**. 2010. 244 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, v. 22, p. 161-178, 2015.

THOMAZ JR, Antônio. Por uma geografia do trabalho. **PEGADA- A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, 2002.

THRIFT, Nigel. **Non-representational theory: Space, politics, affect**. Routledge, 2008.

VAN DEN BRULE, David Melo. As diversas abordagens de justiça espacial na geografia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 2, p. 297-316, 2020.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **FORMA, DIMENSÕES E FEIÇÕES GERAIS DA TERRA: da Antiguidade ao Renascimento (from ancient age to renaissance: discussions and representations about the form, dimensions and general characteristics of earth)**. **Mercator**, v. 9, n. 18, p. 183 a 194, 2010.

VERA (pseudônimo). **Informação verbal produzida em grupo focal após a exibição de *Que Horas Ela Volta?* (2015)**, 30 de novembro de 2022, Concórdia - SC. Cedida à Rômulo Scariot.

XAVIER, Ismail. **Sétima arte: um culto moderno: o idealismo estético e o cinema**. Edições Sesc, 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords: A vocabulary of culture and society**. Oxford University Press, 2014.

## APÊNDICE 1 - FORMULÁRIO

### FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO PARA O GRUPO FOCAL

Este formulário faz parte da pesquisa: Trabalho Doméstico e Justiça Espacial: Diálogos a partir de *Que Horas Ela Volta?* (2015), apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó/Erechim.

<b>Dados Gerais</b>
Nome: _____ Idade: _____ _____
Cidade e Estado de Origem: _____
Estado civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Viúvo ( ) União Estável ( ) Outros

Raça e Cor:

Indígena

Branca

Negra

Amarela de origem japonesa, coreana etc.

Não informado

Você tem filhos? Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

De que maneiras busca lazer e divertimento fora do expediente de trabalho: (**exemplos:** cozinhar, assistir televisão, ir à igreja, usar a internet, ir às compras, passar tempo com a família; viajar, ir ao cinema, etc.)

---

---

---

---

---

---

---

**Escolaridade**

Grau de Instrução da trabalhadora:

( ) 01 – Analfabeto

( ) 02 – Até a 4ª série incompleta do ensino fundamental (antigo 1º grau ou primário), ou que tenha se alfabetizado sem ter frequentado escola regular

( ) 03 – 4ª série completa do ensino fundamental (antigo 1º grau ou ginásio)

( ) 04 – Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental (antigo 1º grau ou ginásio)

( ) 05 – Ensino fundamental completo (antigo 1º grau, primário ou ginásio)

( ) 06 – Ensino médio incompleto (antigo 2º grau, secundário ou colegial)

( ) 07 – Ensino médio completo (antigo 2º grau, secundário ou colegial)

( ) 08 – Educação Superior incompleta

( ) 09 – Educação Superior completa

### **Trabalho**

Tipo de contrato: ( ) Diarista ( ) Mensalista      Filiação sindical: ( ) Sim ( ) Não

Há quanto tempo você trabalha com essa profissão? \_\_\_\_\_ Carteira assinada: ( ) Sim ( ) Não

Como você iniciou a trabalhar na profissão?

\_\_\_\_\_

Com que frequência na semana você se desloca para o(s) local(is) de trabalho:

( ) Diariamente ( ) Entre dois e três dias por Semana ( ) Menos de uma vez por semana

Quanto tempo você leva se deslocando de casa ao trabalho?

\_\_\_\_\_

Você tem outras ocupações remuneradas além do trabalho doméstico?

Você tem planos ou a intenção de mudar de profissão? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais são os seus interesses?

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO

---

### TRABALHO DOMÉSTICO E JUSTIÇA ESPACIAL: DIÁLOGOS A PARTIR DE QUE HORAS ELA VOLTA (2015)

---

**Pesquisador Responsável:** Rômulo Scariot

---

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecê-los.

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de um GRUPO FOCAL. Esse tipo de pesquisa é importante porque permite que o pesquisador alcance perspectivas e opiniões divergentes dentro de um mesmo grupo com características em comum, a partir de um determinado tema. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o grupo focal e solicitar a sua permissão para que o mesmo seja publicado em meios científicos como revistas, congressos e/ou reuniões científicas ou afins. Esta pesquisa será apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó/Erechim.

NENHUM DADO QUE POSSA IDENTIFICAR O(A) SR(A) COMO NOME, CODINOME, INICIAIS, REGISTROS INDIVIDUAIS, INFORMAÇÕES POSTAIS, NÚMEROS DE TELEFONES, ENDEREÇOS ELETRÔNICOS, entre outros serão utilizadas. Sua participação neste grupo focal é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a realização, não haverá nenhum prejuízo a sua pessoa. É garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o grupo focal e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação. Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, pode entrar em contato com o pesquisador responsável Rômulo Scariot, pelo telefone (49) 98416-0850, e/ou pelo e-mail romuloscarior@gmail.com.

#### Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: "TRABALHO DOMÉSTICO E JUSTIÇA ESPACIAL: DIÁLOGOS A PARTIR DE QUE HORAS ELA VOLTA (2015)".

<hr/> <p>Nome do participante ou responsável</p> <hr/>	Data: ____/____/____
<hr/> <p>Assinatura do participante ou responsável</p>	